

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em História

Carolina Paulino Alcântara

**“PRINCEZA DO NORTE”: contradições da modernidade em Diamantina (1889-
1930)**

Belo Horizonte

2015

Carolina Paulino Alcântara

“PRINCEZA DO NORTE”: contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Anny Jackeline Torres Silveira.

Área de concentração: História, Tradição e Modernidade: Política, Cultura e Trabalho.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Belo Horizonte

2015

981.51 Alcântara, Carolina Paulino
A347p "Princesa do Norte" [manuscrito] : contradições da
2015 modernidade em Diamantina (1889-1930) / Carolina Paulino
Alcântara. - 2015.
170 f.
Orientadora: Anny Jackeline Torres Silveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1 .História – Teses. 2.Saneamento - Teses. 3.
Modernidade - Teses. 4. Diamantina (MG) – História –
Teses. I. Silveira, Anny Jackeline Torres. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Carolina Paulino Alcântara**, intitulada: **“Princesa do Norte”: contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930)**, no dia 28 de setembro de 2015 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Anny Jackeline T. da Silveira – Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. James William Goodwin Junior
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

AGRADECIMENTOS

Entrar no curso de Mestrado e concluir esta dissertação não foram tarefas fáceis. Exigiu-me paciência, aprendizado, esforço, persistência e o apoio de muitas pessoas, que me ajudaram com dicas, comentários e reflexões ou simplesmente compreenderam a importância deste curso em minha vida, me apoiando e ajudando a superar minhas dificuldades e a sempre seguir em frente.

Em primeiro lugar agradeço à Anny Jackeline Torres Silveira, minha orientadora, pelas críticas, sugestões, paciência e dedicação, sendo sempre um exemplo de pesquisadora e professora. Através de sua orientação, eu cresci e amadureci muito como profissional!

Agradeço também ao meu orientador de iniciação científica, Bráulio da Silva Chaves, por me acolher ainda na graduação, me apresentando os caminhos iniciais de uma pesquisa. Mais do que isso, obrigada pelo carinho e amizade!

Não posso deixar de mencionar os nomes das professoras Ana Carolina Vimieiro Gomes e Betânia Gonçalves Figueiredo, que estiveram na minha banca da qualificação. Muito obrigada pelos comentários, que foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Aproveito a oportunidade para agradecer aos professores e colegas da linha de pesquisa Ciência e Cultura na História, que fizeram dos encontros do Grupo *Scientia & Technica* um espaço de reflexão e troca de conhecimento. Agradeço, com muito carinho, ao meu amigo Gabriel Verdin pelas conversas acadêmicas e de lazer. Sempre é bom encontrar com você!

Da pós-graduação em História, também menciono o nome da professora Regina Helena Alves da Silva, que me indicou textos fundamentais. A sua disciplina “Cultura urbana e modernidade” foi excelente!

Aos alunos da minha disciplina de estágio docência, “Modernidade e modernização do Brasil como um projeto político das elites republicanas”, obrigada pela paciência e dedicação. Vocês foram importantes para a minha formação de professora e pesquisadora.

Esta pesquisa não seria possível sem o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, sem a colaboração dos secretários da Pós-graduação em História, Maurício e Edilene, e sem o apoio dos funcionários da Biblioteca Antônio Torres, da Câmara Municipal de Diamantina, do Arquivo Público

Mineiro, da Biblioteca Pública Luis de Bessa e das Bibliotecas dos departamentos de Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e da Letras da UFMG.

Eu também gostaria de agradecer aos membros da banca, Betânia Figueiredo e James William Goodwin Jr, por aceitarem o convite de compor a mesa avaliadora. Obrigada pela leitura atenta, pelas críticas, pelos elogios, pelos comentários, pelas sugestões e pelas provocações. Certamente tudo o que foi dito me orientará em trabalhos futuros.

Chegando ao fim deste curso, dedico as minhas melhores palavras de agradecimento às pessoas que fizeram parte deste processo mesmo que indiretamente.

Com muito carinho agradeço ao Léo Ribeiro, ao Fred Othero, à Marina Pedroso, à Luísa Nobre e à Sabrina Galan pela ótima companhia e por compreenderem minhas ausências em alguns encontros.

Agradeço também aos amigos que fiz na PUC, Nhayana Andrade, Kelly Rabello, Luiz Bittencourt, Rodrigo Caixeta e Felipe Soares pelas conversas, distrações e viagens. Esses momentos foram fundamentais durante esta pesquisa. Sou especialmente grata à Lays Souza pela amizade boa e de longa data. Com certeza estaremos sempre juntas!

Não posso deixar de demonstrar meu apreço aos amigos André Mascarenhas, Pamela Naumann, Lauren Rial, Charles Junio, Thiago Vitral, Débora Rocha e Marco Sena, que são muito queridos! Obrigada pelos encontros e pelo apoio de sempre!

À Patrícia Junqueira, agradeço pelas conversas, pelo companheirismo e a amizade sincera! É sempre um prazer enorme encontrar com você.

Também agradeço aos colegas do Museu Casa Kubitschek, em especial, à Grace Alves, ao Luciano Coutinho, à Pauline Louise, ao Marcell Tiago de Souza, à Maíra Nascimento, à Kerolainy de Magalhães, ao Victor Oliveira, ao Fernando Goes, ao Pedro Diniz, à Cláudia Ester, à Andressa Zopelari, à Raquel Marcelina, ao Ronaldo Mendes e ao Matheus Rafael Gonçalves. Obrigada pelo apoio, compreensão e incentivo durante esse último ano e meio do mestrado. Mais do que colegas de trabalho, vocês são meus amigos!

Aos meus tios e primos e às minhas avós Silvia e Neusa (com muito carinho na memória), obrigada pelo respeito, amizade, viagens e pelos ótimos encontros! Agradeço em especial ao meu tio Antônio Flávio Alcântara, que sempre compartilhou comigo a sua experiência de pesquisador e professor.

Aos meus pais, Ricardo e Maria Tereza, e aos meus irmãos, Rafael e Daniela, agradeço pelo apoio, amor, compreensão e pela certeza que sempre faremos o melhor uns pelos outros.

À minha cunhada Renata Ribeiro, obrigada pela amizade e por também dividir comigo sua experiência profissional.

Por último, mas não menos importante, dedico este trabalho ao Raphael Coelho Neto (meu Rapha) agradecendo pelo carinho, o companheirismo, o apoio intelectual, a paciência, a amizade e o amor que sempre me dedicou. Você torna a minha vida muito mais supimpa! Agradeço também a sua família por sempre me acolher tão bem. Vocês são muito especiais!

RESUMO

A proposta deste estudo surgiu a partir da necessidade de perceber como os ideais da modernidade, circulantes na virada do século XIX para o XX, manifestaram-se em cidades do interior, como em Diamantina-MG, orientando discursos e promovendo estratégias de desenvolvimento e melhoramentos locais. No caso da cidade nortista, procura-se entender como suas elites enfrentaram os dilemas da modernização urbana e rural, que marcaram o período da Primeira República no Brasil. Porque, mais do que elaborar um plano sistemático de promoção da economia e política do município, a modernidade diamantinense foi vivida como um discurso. Isto é, um conjunto de propostas elaboradas com a intenção de promover melhoramentos locais, almejando um futuro mais promissor para a região. Portanto, este trabalho trata dos projetos/discursos de modernidade em Diamantina na Primeira República, tendo como objeto principal os debates e as disputas em torno do saneamento da cidade e da região do sertão norte mineiro. As fontes principais são os jornais diamantinenses e as atas das reuniões da Câmara Municipal de Diamantina. Como metodologia para a leitura e análise desse material foram consideradas as formas de organização interna do conteúdo, os grupos responsáveis pela publicação e o público a que se destinavam. Todo material foi analisado de acordo com a problemática escolhida, que eram os discursos sobre modernidade, saneamento, ideais de progresso e civilização, representações sobre a cidade e o norte de Minas, disputas políticas locais, entre outros. O conceito de *imaginário social* estabeleceu os parâmetros necessários para o entendimento do papel dos redatores dos jornais na conformação e divulgação dos signos e elementos modernos, bem como daqueles associados ao sertão. Foi possível identificar que as questões sanitárias também revelavam os impasses da modernidade em Diamantina, demonstrando que para as elites diamantinenses o saneamento poderia ser um elemento facilitador para a conquista do progresso e da civilização. A revisão dos significados de *sertão* e a sua associação ao norte de Minas confirmou que, mais do que confrontar os dilemas urbanos, as elites diamantinenses enfrentavam o problema da cidade inserida no sertão. Como resposta, forjaram a imagem da “Princesa do Norte”, um centro adiantado no sertão atrasado. Para essa análise o conceito utilizado foi o de *entre-lugar*. Sendo assim, ao final deste estudo, espera-se que o leitor conheça um pouco mais sobre as práticas, vivências, discursos e política de Diamantina durante a Primeira República.

Palavras-chave: Diamantina. Sertão norte mineiro. Saneamento. Política municipal.
Modernidade.

ABSTRACT

This study arose from the need to understand how the ideals of modernity, circulating in the late 19th and early 20th century, were expressed in small towns, like Diamantina-MG, guiding speeches and promoting development strategies and local improvements. In the case of the Northern Town, it seeks to understand how its elites faced the dilemmas of urban and rural modernization that marked the period of the First Republic in Brazil. Therefore, more than draw up a systematic plan to promote economy and municipal policy, modernity in Diamantina was experienced as a speech, that is, a set of proposals drawn up with the intention of promoting local improvements, aiming at a more promising future for the region. This paper deals with projects/speeches of modernity in Diamantina in the First Republic, the main object being debates and disputes about the sanitation of the town and hinterland of Northern Minas region. The sources used are the Diamantina papers and minutes of meetings of the Municipality of Diamantina. The methodology for reading and analysis of this material was to consider forms of internal organization of the content, the groups responsible for the publication and the public to which it is intended. All material was analyzed according to the chosen problematic, privileging the speeches of modernity, sanitation, ideals of progress and civilization, representations of the town and the North of Minas Gerais, local political disputes, among others. The concept of social imaginary set the parameters necessary for understanding the role of editors of newspapers in shaping and disseminating the signs and modern elements as well as those associated with the hinterland. It was possible to identify that health issues also revealed the impasses of modernity in Diamantina, demonstrating that for Diamantina elites sanitation could be a facilitator for the achievement of progress and civilization. The review of the meanings of hinterland and its association with the North of Minas State confirmed that more than just meet the urban dilemmas, the Diamantina elites faced the problem of the town, by forging and inserting in the backcountry the image of the “Northern Princess”, an advanced center in backward hinterland. For this analysis the concept used was that of *between-places*. Thus, at the end of this study, it is expected that the reader know more about the practices, experiences, speeches and policy in Diamantina during the First Republic.

Keywords: Diamantina. North of Minas. Hinterland. Sanitation. Municipal Politics.
Modernity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área sob influência de Diamantina no oitocentos	128
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O IMAGINÁRIO DA CIDADE: representações sobre a cidade moderna construída e veiculada pelos jornais em Diamantina	28
1.1 Considerações sobre o imaginário social brasileiro na Primeira República e o papel da imprensa na conformação e difusão desse imaginário	28
1.2 A imprensa e o sonho de modernização de Diamantina	37
1.2.1 <i>Exemplos de cidades consideradas modernas: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo</i>	48
1.2.2 <i>A busca pelo prestígio do antigo Arraial do Tejuco</i>	58
2 CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE NA “PRINCEZA DO NORTE”: os debates sobre serviços de infraestrutura sanitária e ordem urbana	63
2.1 A política municipal e os projetos de saneamento urbano	63
2.2 Aspectos de uma Diamantina para além do discurso da cidade moderna	71
2.2.1 <i>As ruas</i>	71
2.2.2 <i>O comércio de carne e de outros gêneros alimentícios</i>	92
2.2.3 <i>Da construção do cemitério público à proibição dos enterros nas igrejas</i>	98
2.2.4 <i>As obras de canalização de água potável e da rede de esgotos</i>	105
3. CONSTATAÇÃO E REAÇÕES A PARTIR DO IMAGINÁRIO ASSOCIADO AO SERTÃO: Diamantina no norte de Minas Gerais	119
3.1 Considerações sobre o imaginário social brasileiro da Primeira República sobre o sertão	119
3.2 O imaginário dos “homens de imprensa” de Diamantina sobre o sertão: o norte de Minas como abandono, carência e doenças	128
3.3 “Princesa do Norte”: construindo uma imagem de cidade progressista no sertão mineiro	147
3.3.1 <i>Diamantina no entre-lugar</i>	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	163
BIBLIOGRAFIA	164

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, buscou-se entender como os projetos de modernidade, expressos pelos jornais e pelas elites diamantinenses, durante o período da Primeira República, estão imbuídos de contradições, revelando as diferenças entre a “cidade concebida” – descrita/idealizada por esses grupos - e a “cidade vivida” – com seus problemas e limitações.

As elites diamantinenses não elaboraram estratégias de modernização por meio de um plano sistemático de desenvolvimento, que incluísse táticas para a promoção da economia e política local, por exemplo. Ao contrário, o que se percebe são intenções de promover melhoramentos locais, almejando um futuro mais promissor para a região. De maneira semelhante à forma como a historiografia sobre as cidades latino-americanas interpreta a modernidade nesses países¹, a modernidade em Diamantina foi vivida como um discurso, um conjunto de propostas vista como meio para se atingir o desenvolvimento social e econômico almejado pelas elites locais. Esses projetos, presentes em propostas de leis enviadas à Câmara Municipal de Diamantina e em textos publicados em jornais da cidade, são fontes importantes que, inseridas em determinado contexto, revelam posições políticas, intenções e desejos de promover melhoramentos na cidade, fazendo dela um centro progressista e civilizado no sertão norte mineiro.

Espera-se, por meio deste trabalho, que o leitor conheça um pouco mais sobre a história de Diamantina no período da Primeira República. Considera-se que, se não há certo predomínio de análises historiográficas que privilegiam o estudo sobre Diamantina no período do ciclo dos diamantes no século XVIII², ao menos essa é a percepção do público em geral que logo associa a história da cidade ao período da grande exploração das lavras diamantinas. Na verdade, ousa-se dizer que a proposta desta dissertação é ainda mais ambiciosa. Pretende-se perceber como os ideais da modernidade circularam em cidades do interior, como em Diamantina, orientando discursos e promovendo estratégias de desenvolvimento e melhoramentos locais. No caso da cidade nortista, procura-se entender como suas elites enfrentaram os dilemas da modernização urbana e rural, que marcaram o período da Primeira República no Brasil.

¹ Entre os principais autores, citam-se: Adrian Gorelik (1991) e Néstor Garcia Canclini (2003).

² Um estudo de referência é o de Junia Ferreira Furtado (2008).

Por essa época, o suposto atraso dos grandes centros urbanos do país afligia as elites brasileiras, que transformaram o traçado arquitetônico das cidades, promoveram políticas de saneamento, a imigração de estrangeiros, melhoraram as vias de comunicação, moralizaram e segregaram as classes mais pobres, tudo isso buscando adequar-se ao que então se passava nas cidades europeias, dos Estados Unidos e demais países do mundo. A partir da década de 1910, a situação das populações sertanejas pautou os projetos de modernização do país. Os intelectuais brasileiros, como médicos, geólogos, engenheiros, cientistas de instituições de saúde, entre outros, defendiam que se realizasse o desenvolvimento social e econômico recorrendo-se às políticas de saúde pública no interior.

A temática da modernidade em Diamantina, na virada do século XIX para o XX, – entendida como um conjunto de projetos, discursos, representações, imaginários e contradições, que revelavam aspectos da vivência urbana – foi também trabalhada por José Moreira de Souza (1993), que tomou como referência os “agentes diretores” (o estado, a igreja e as oligarquias) de duas das principais cidades do norte de Minas - Serro e Diamantina - procurando entender o papel desses dois centros na formação e na transformação do espaço social da região no século XIX. Segundo o autor, detendo-se sobre o fenômeno urbano, a transformação dessas duas cidades foi tomada por projetos, conflitos, estranhamentos e contradições, que, acompanhadas de perto, esclarecerem as dificuldades de desenvolvimento da região frente aos discursos e ações das elites políticas e econômicas de Minas Gerais, que buscavam a construção da identidade tomando a ideia de certa “consciência da centralidade”. A construção de Belo Horizonte e o discurso da mineiridade, no final do século XIX, são exemplos dessas ações e discursos das elites da região centro-sul do estado que desejavam promover a convergência e a unidade de Minas Gerais, excluindo o norte do debate.

No último capítulo de seu estudo, José Moreira de Souza examinou a relação entre o problema urbano e as condições de habitar com o contexto de transformação da realidade local e o pensamento sobre ordem urbana. O capítulo mostra a diferença entre as coações do espaço vivido e o “desejo” de construir uma cidade adequada às representações de vida urbana moderna. O autor tomou como temática orientadora as discussões em torno da proibição dos sepultamentos nas igrejas.

James William Goodwin Jr. (2007) também se dedicou ao estudo da modernidade em Diamantina, debruçando-se sobre os discursos dos “homens de

Imprensa”³ para representar a cidade, entre os anos de 1884 a 1914. O autor entende que esse grupo fez dos jornais sua tribuna para propor um conceito de “progresso urbano”. Dessa maneira, tendo como referencial os parâmetros urbanísticos burgueses, as elites letradas do Brasil, e de Diamantina, elegeram alguns elementos como “sinais visíveis de civilização”, procurando alterar e normatizar o espaço urbano. Para isso, focaram tanto na transformação do espaço físico quanto nos hábitos dos habitantes citadinos.

Focando na comparação entre Diamantina e Juiz de Fora, o marco temporal delimitado por James W. Goodwin Jr. (2007) contempla os investimentos tecnológicos implementados nas duas cidades. Em 1884, a rede telefônica foi inaugurada pelos juizforanos ao passo que em 1914 a ligação férrea foi concluída em Diamantina. Para o autor a ferrovia, um dos principais símbolos de progresso e de desenvolvimento econômico do século XIX, foi saudada pela elite diamantinense como um elemento portador de um novo tempo para a região, marcando o que o autor chamou de “fim de uma etapa da urbanização no antigo Arraial do Tejuco”. Esse ano marcou também o fim das ilusões da *Belle Époque* europeia com o impacto da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Marcos Lobato Martins (2014) também delimitou o ano de 1914 como um momento-chave de um período iniciado em 1864, no qual se desejou, em Diamantina, “intensamente o ‘progresso’ e a ‘civilização’, usando a riqueza mineral como meio para ingressar na modernidade” (MARTINS, 2014, p. 13). O autor analisava aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade diamantinense durante o século XIX, entendendo que neste período - que também abrangia as décadas de 1910 e 1920 - a cidade manteve-se como uma liderança no norte de Minas Gerais, apresentando uma economia regional pujante, internamente articulada e menos sujeita ao controle mercantil carioca.

Concorda-se com os três autores citados⁴ que afirmaram que a ferrovia constituiu um dos principais símbolos da modernidade local, pautando os discursos das

³ Considerando que este termo traduz a realidade das redações, compostas, em sua maioria, por homens que expressavam suas ideias nos jornais, também se optou por utilizar este termo em alguns momentos, principalmente naqueles que faltou expressão melhor do que “as elites que escreviam nos jornais” ou “parcela da elite que escrevia nos jornais”. Sobre as pessoas que estavam por trás da produção de um periódico, James William Goodwin Jr. (2007) destaca que, enquanto nas redações a presença masculina é maioria, na produção dos jornais, junto às máquinas tipográficas, as mulheres se faziam presente com grande regularidade (GOODWIN Jr., 2007, p. 126).

⁴ É preciso mencionar que os autores James William Goodwin Jr. e Marcos Lobato Martins fizeram parte de um grupo intelectual que existiu em Diamantina, nos anos 2000, ligado ao Centro de Memória e

elites políticas. Entretanto, delimita-se o período da Primeira República como marco temporal deste estudo compreendendo que, além de apostar na ferrovia como uma solução para o desenvolvimento local, os investimentos em infraestrutura sanitária também ditaram os debates políticos, demonstrando que estes também se inseriam nos dilemas da modernidade.

De 1889 a 1930, a população diamantinense assistiu a melhoramentos sanitários, que contemplavam reformas das ruas, a proibição dos sepultamentos nas igrejas, regulamentos sobre os espaços públicos, sobre a higiene do mercado e do matadouro e, ao final da década de 1920, assistiu a concretização dos serviços de canalização da água potável e da construção de uma ampla rede de esgotos. Esses discursos eram acompanhados de debates políticos, que apareciam tanto nas reuniões da Câmara Municipal quanto nos jornais. Dessa maneira, para esse período, é impossível discorrer sobre projetos, discursos e impasses da modernidade sem falar da imprensa e dos grupos políticos locais, que também fizeram dos jornais suas tribunas, acusando seus adversários e defendendo seus ideais.

James W. Goodwin Jr. (2007) chegou a dedicar parte do seu terceiro capítulo para os discursos da imprensa sobre a infraestrutura, sanitarismo e limpeza urbana. No entanto, como seu objetivo era dizer sobre o conceito de “progresso urbano” difundido pelos jornais, ele não se aprofundou na relação entre os discursos de modernidade, expressos pelos semanários, com os aspectos de uma Diamantina que se colocavam para além da ideia de cidade ideal. Frente a isso, um dos objetivos principais desta dissertação será discutir a política municipal e os projetos de saneamento urbano. Escolheu-se falar sobre os debates relativos aos serviços de infraestrutura sanitária

Identidade Regional do Vale do Jequitinhonha, sediado na Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA), mantida pela Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (FEVALE) e associada à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O Centro foi um programa conjunto da UEMG e da FAFIDIA, iniciado em 1996. O Prof. James William Goodwin Jr. foi o seu primeiro coordenador, sendo depois substituído pela vice-diretora da FAFIDIA, a Profª Mariuth Santos. O Centro aglutinou um grupo de pesquisadores da história regional/local e muitos deles fizeram da modernidade em Diamantina seu objeto de estudos. O grupo era originalmente composto por: Mariuth Santos, Marcos Lobato Martins, Antônio Carlos Fernandes, Paulo Francisco Alkimin, Lourdes Ferreira, James William Goodwin Jr. e, depois, Dayse Lúcida Silva. Posteriormente, outros professores e alunos foram incorporando suas pesquisas ao Centro. Muitos dos bolsistas de iniciação científica ou de aperfeiçoamento técnico seguiram carreira acadêmica e continuaram suas pesquisas na área. Júnia Ferreira Furtado e José Newton Coelho Meneses, professores da Universidade Federal de Minas Gerais, também participaram do trabalho e das pesquisas desenvolvidas pelo Centro, mesmo não sendo parte do corpo docente da FAFIDIA. Essas informações ajudam a entender que a escolha por analisar o estudo dos professores James W. Goodwin Jr. e Marcos Lobato Martins nesta introdução foi uma forma encontrada para dizer de um grupo intelectual maior, do qual os dois autores fizeram parte.

porque se deseja entender como os jornais e as elites diamantinenses se apropriaram e enunciaram um discurso de modernidade respaldado na concepção de que a ordem urbana e o saneamento eram elementos que impediam o progresso da cidade. Por meio dos projetos de leis e das colunas de queixas e reclamações publicadas nos jornais, busca-se identificar também as experiências próprias da realidade local, procurando abordar os impasses da modernidade em Diamantina.

Falar de lideranças políticas em Minas Gerais implica dizer sobre as famílias que fizeram o jogo da cena política desde a colônia. Cid Rabelo Horta (1986)⁵, em estudo sobre a história política mineira, destaca que essas famílias, normalmente grandes proprietários de terra, comerciantes ou mineradores, mantinham um círculo social comum, que incluía outras famílias também influentes. Para o autor, foi dessa forma que, ao longo do tempo, se formou “uma verdadeira cadeia de círculos familiares, ou parentelas, cujos membros ora se sucedem nas tarefas de chefia política local e regional, ora se alternam. É a constelação governamental de Minas Gerais” (HORTA, 1986, p. 123).

No Império, essas famílias dividiam-se entre liberais e conservadores, que, segundo Cid Rabelo Horta, representavam “a mesma classe dominante do patriciado rural”. Na verdade, o que existia “eram famílias liberais e famílias conservadoras, que dominavam nesse ou naquele distrito eleitoral”. Era frequente que, mesmo integrando grupos políticos antagônicos, tais famílias mantivessem certa intimidade entre si (HORTA, 1986, p. 119).

Com a República, esses partidos foram extintos e os partidos políticos estaduais tomaram a cena da política nacional. Em Minas Gerais, segundo Maria Efigênia Lage de Resende (2014), houve o predomínio do Partido Republicano Mineiro, que congregava “os interesses de grupos familiares dominantes nas diversas regiões do estado marcadas, pelas suas origens históricas, por atividades econômicas diferenciadas” (RESENDE, 2014, p. 97).

Em Diamantina, as famílias Mata Machado, Felício dos Santos, Caldeira Brant e Mourão compuseram a cena política da cidade, mantendo alguns de seus integrantes nos assentos da Câmara Municipal como vereadores ou como Agente Executivo.⁶ Em

⁵ Teve-se acesso ao texto na forma de sua publicação original, de 1956, na reedição feita pela Análise & Conjuntura em 1986.

⁶ O agente executivo ou chefe do executivo municipal. As eleições funcionavam da seguinte forma: a cada três anos, homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, elegiam os vereadores, que se reuniam em

alguns casos, mantinham ou colaboravam em jornais, fazendo desse espaço o lugar para expor seus ideais, defendendo ou criticando o governo local. Membros da igreja e de instituições beneficentes também utilizavam dos jornais para propalar aquilo que acreditavam e desejavam para a sociedade nortista. A edilidade também mantinha uma publicação periódica, cuidando de divulgar leis, projetos e ações do governo e outras notícias.

Apresentando divergências na forma como conduziram a modernização, em comum todos esses grupos incorporaram o discurso em prol do progresso, identificando suas características, procurando incorporá-las à realidade local, denunciando sua ausência e buscando alternativas para alcançá-las. Defendiam melhoramentos para a cidade e a região, como, por exemplo, a abertura de estradas de rodagem para o Alto Jequitinhonha ou a construção do ramal da estrada de ferro. Também requereram investimentos na educação, no desenvolvimento do comércio, da indústria e da agricultura, no melhoramento das condições sanitárias da região e na resolução dos problemas associados às doenças endêmicas. Compartilhavam, portanto, os ideais das elites de outros locais do país, que também apostaram nas reformas urbanas, no desenvolvimento tecnológico e material, no saneamento urbano e rural para fazer do Brasil um país moderno.

Civilização e progresso, valores fundamentais e constituintes da cultura da sociedade brasileira da virada do século XIX para o século XX, são conceitos-chave para este trabalho. Nesse momento, as elites impuseram uma política que visava moldar a população àquilo que consideravam civilizado, objetivando alcançar o desenvolvimento material e moral das sociedades europeias.⁷ Em outras palavras, desejavam afirmar o país como povo e nação que estivesse em sintonia com a Europa. Originalmente surgido na França iluminista do século XVIII, o termo *civilização* designava um tipo de comportamento social ou individual, considerado como bom, urbano, educado e culto. Além disso, era um ideal que todo mundo deveria almejar, mas que poucos haviam alcançado (SILVA e SILVA, 2010, p. 59).

Segundo Maria Cecília Barreto Amorim Pilla (2003), ao longo dos séculos XVI e XVII, com a ascensão de uma nova aristocracia, o termo *civilidade* passou a designar também comportamentos socialmente aceitáveis. Contudo, foi no século XVIII, com o

seção da Câmara para eleger o Presidente da Câmara, que era o agente executivo do município. Este podia ser reeleito inúmeras vezes.

⁷ Conferir Micael Herschmann et al (1996).

aburguesamento da sociedade de corte francesa, que o termo deu lugar à *civilização*. Para Norbert Elias (1994), esta última palavra referia-se “ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e seus costumes”. Também podia indicar um “tipo de habitação ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinado pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos” (ELIAS, 1994, p. 23).

Utilizando dessas duas palavras, os europeus se imaginavam distintos dos outros povos por serem, segundo eles mesmos, culturalmente superiores. Dessa maneira, de acordo com Norbert Elias (1994), expandindo o conceito à Europa ocidental, *civilização* expressava:

[...] a consciência que o Ocidente tem de si mesmo [...] [e] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior às sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constituiu o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais (ELIAS, 1994, p. 23).⁸

Quanto à palavra *progresso*, pode-se dizer que esta também estava associada a um ideal da sociedade iluminista do século XVIII, que previa um estágio de desenvolvimento que seria alcançado através do uso da razão, da aplicação da tecnologia e do desenvolvimento econômico e material de um país. Para Adriana Rodríguez Pérsico (2008), foi Max Weber quem caracterizou primeiro as sociedades capitalistas por meio do desenvolvimento de processos de racionalização, que “implican la facultad de dominar las cosas por él cálculo, la sistematización de las cosmovisiones y la elaboración de un modo sistemático de vida” (PÉRSICO, 2008, p. 13). Dessa maneira, assentada no pensamento iluminista do século XVIII, que tinha como projeto o desenvolvimento de uma ciência objetiva, uma moral universal, uma lei e arte autônomas, a sociedade burguesa no século XIX teve sua mentalidade baseada “en la doctrina del progreso, la confianza en la ciencia y la tecnología, un concepto mensurable de tiempo, el culto de la razón, el ideal de libertad, una orientación hasta el pragmatismo” (PÉRSICO, 2008, p. 17). Com efeito, tanto a *civilização* quanto o

⁸ De acordo com Norbert Elias, o significado de *civilização* não é uno na Europa. Para os alemães, o termo que melhor lhe expressa o orgulho de si mesmo é “Kultur”. Conferir o capítulo “Da Sociogênese dos conceitos de ‘Civilização e Cultura’” (ELIAS, 1994, p. 21-65).

progresso são ideais burgueses, que foram difundidos por toda a sociedade ocidental a partir do momento que esta classe assumiu o comando, implantando o sistema capitalista de produção.

Percebendo e refletindo sobre as mudanças que iam ocorrendo nos países que se industrializavam, Charles Baudelaire, escritor francês da segunda metade do século XIX, relatou as alterações dos costumes, dos modos de vida, das aparências das cidades (BERMAN, 2007). A partir dele, a ideia de modernidade difundiu-se na França. Da Europa e dos Estados Unidos - que se consolidaram com uma grande nação capitalista no final dos oitocentos - ⁹, todo um arsenal de ideias e novas formas de organização social, que lhes eram próprias, se espalharam pelo mundo. Isso fez com que a burguesia estabelecesse e padronizasse para a sociedade ocidental o seu modo de vida. Nesse processo, os artefatos tecnológicos passaram a serem vistos não apenas como objetos, mas como símbolos desse desenvolvimento material e racional alcançado pelas novas sociedades industriais. Passaram a representar, portanto, uma nova forma de organização do mundo e de suas mudanças.

Procurando definir *modernidade* e *modernização*, Adrián Gorelik (1999) defende que as transformações materiais vividas por esses países estão de alguma maneira relacionadas aos conflitos de valores que, ao longo do tempo, vão gerando e se firmando na sociedade. Nesse sentido, destaca que a *modernidade* pode ser percebida como um modo de vida e de organização social que vem se generalizando e se institucionalizando desde o seu surgimento na sociedade “racional-europeia” nos séculos XV e XVI; e a *modernização*, por sua vez, como os processos que garantem as transformações materiais do mundo (GORELIK, 1999, p. 59). Anthony Giddens (1991) fala da modernidade como um fenômeno que se tornou mundial em sua influência,

⁹ Durante a banca de defesa desta dissertação, o professor James William Goodwin Jr. comentou sobre a importância de trazer para o debate as transformações ocorridas nos Estados Unidos, uma vez que o país é um dos principais exemplos de nação que construiu, a partir dos artefatos tecnológicos, um estilo de vida próprio, que, se caracterizando pelo consumismo, foi exportado para todas as partes do mundo. A política imperialista do final do século XIX, implementada pelo país, e também por outras potências europeias, traduziu uma nova fase do capitalismo, marcado pela concentração da produção e do capital em grandes empresas. Nesse contexto, os grandes empresários dos EUA passaram, mais do que nunca, a procurar expandir sua zona de influência, buscando, principalmente na América Latina, novos mercados consumidores, produtores de matéria prima e fornecedores de mão de obra barata. Depois da Primeira Guerra Mundial, os norte-americanos procuraram expandir sua *American way of life* - expressão que melhor traduziu o clima de euforia vivido pela sociedade industrial norte-americana, que procurou construir para si (e para o mundo) a ideia de que viver bem era sinônimo de consumir sempre mais. A crise econômica, que veio logo em seguida, no final da década de 1920, pôs a prova o “sonho americano”, que mergulhou o país na primeira grande crise do capitalismo. Para saber mais sobre as transformações por qual o mundo passou no século XX, confira o livro de Eric Hobsbawm (1995).

havendo propagação das concepções culturais, econômicas, políticas e científicas no decorrer do século XIX.

Em meados dos oitocentos, as cidades se firmaram como palco dessas modificações estruturais vividas a partir do século XVIII, assim como desses modos de vida inaugurados e difundidos pela burguesia. As cidades já existiam antes do advento da sociedade capitalista, mas a industrialização provocou seguramente uma mudança radical nos centros urbanos que, de alguma maneira, se inseriram nessa lógica. Com efeito, tornaram-se símbolos do que significava moderno e foi nelas que a burguesia mostrou para o restante do mundo seus valores e modo de vida.

Os estados europeus e os Estados Unidos, se apoiando na técnica e na ciência e tendo como doutrina o progresso, a civilização e o uso da racionalidade, reformularam seus espaços urbanos a fim de solucionar os problemas ocasionados pelo crescimento das cidades no século XIX. Na América Latina, esse processo ocorreu em meados do século XIX com os projetos de modernização urbana das grandes cidades. Para Adrian Gorelik (1999), para os latino-americanos, a modernidade foi o caminho para a modernização. Isto é, um conjunto de ideias que foram utilizadas como justificativa para a modernização econômica, política e cultural.

Falar da modernidade significa dizer também sobre as contradições. Afinal, o termo é sempre usado em oposição ao que é tradicional, ao mesmo tempo em que apresenta traços da tradição. Dessa maneira, para a análise das contradições da modernidade em Diamantina, é preciso entender que as elites locais forjaram a imagem de “Princesa do Norte”¹⁰, procurando reafirmar a importância política e econômica da cidade no cenário de Minas Gerais e, mais especificamente, da região norte. Para isso, elas apropriaram da imagem do antigo Arraial do Tejuco¹¹, época que a cidade tinha expressividade mundial como grande centro minerador.

Quanto aos projetos de modernização, pode-se dizer que estes eram limitados a certa classe social que convivia no centro da cidade. Assim como no restante do país, a

¹⁰ “Athenas do Norte” e “Grande Empório do Norte” também foram termos arquitetados e utilizados pelas elites diamantinenses, na segunda metade do século XIX, em alusão à importância econômica e política da cidade no norte de Minas. Entretanto, a expressão “Princesa do Norte” deu título a este estudo porque, além de aparecer recorrentemente nas fontes consultadas, reflete o ideal que visava projetar a cidade de Diamantina como um centro civilizado e progressista no norte mineiro. Ademais, o termo traz consigo a tensão das elites com o passado e tradição monárquico e colonial. Essa discussão será aprofundada no terceiro capítulo.

¹¹ Ou “Tijuco”. Ambas as grafias são utilizadas. Neste trabalho, optou-se pela grafia “Tejuco”.

modernidade em Diamantina era restritiva, pois os melhoramentos - fossem eles de caráter educacional, sanitários ou estéticos - permaneceram como privilégio de uma minoria. Sendo assim, grupos políticos tradicionais da cidade propalavam discursos de modernidade objetivando manter e reafirmar sua tradicional posição de elite frente aos moradores da cidade e também do norte de Minas.

Esses discursos sobre os ideais da modernidade foram analisados principalmente a partir de leitura de jornais da cidade e das atas da Câmara Municipal de Diamantina. Foram selecionados onze semanários para representar a imprensa diamantinense, que se encontram disponíveis online no sistema integrado de acesso ao Arquivo Público Mineiro e nos arquivos da Biblioteca Antônio Torres, localizado na cidade de Diamantina. Quanto aos arquivos da câmara, estes estão disponíveis no prédio da Câmara Municipal de Diamantina, localizado na Praça Conselheiro Mata, no centro da cidade. Eles estão organizados em livros, mas não apresentam um condicionamento adequado. Infelizmente não há cuidados com o espaço, o manuseio, as intervenções e a higiene.

Para a leitura dos jornais, seguiu-se a metodologia proposta por Tânia Regina de Luca (2008) para fontes impressas. Primeiro, encontraram-se as fontes, averiguando sua periodicidade e representatividade de série. Depois, procurou-se localizar as publicações na história da imprensa no Brasil, entendendo a forma de organização interna do conteúdo, caracterizando os grupos responsáveis pela publicação, identificando os principais colaboradores e o público a que se destinavam. Analisou-se todo o material de acordo com a problemática escolhida, que eram os discursos sobre modernidade, saneamento urbano, ideais de progresso e civilização, representações sobre a cidade de Diamantina e o norte de Minas, disputas políticas locais, entre outros. A leitura dos Livros de Atas da Câmara Municipal de Diamantina seguiu quase as mesmas orientações realizadas para as fontes impressas. Procurou-se extrair dados sobre a política municipal, elencando os principais atores, discursos e projetos de saneamento.

Antes de apresentar o conteúdo de cada capítulo, é preciso esclarecer que a grafia original foi mantida, pois se quis conservar a originalidade da escrita, acreditando que a forma e os usos das palavras dizem muito sobre como uma determinada sociedade se expressa.

Sendo assim, o que se espera com a divisão sistemática do texto que será apresentada a seguir é construir uma narrativa que faça com que o leitor compreenda

quais foram esses projetos/discursos de modernidade, quais os principais interlocutores e o papel dos jornais na divulgação desse imaginário, e como as propostas de modernidade refletiam em disputas políticas, transparecendo aspectos da experiência vivida por esses sujeitos e pela população em Diamantina. Não se pode deixar de analisar a maneira como o discurso da modernidade, expresso pelos jornais e pelas elites, se estendia a todo o norte de Minas.

Sobre os capítulos

No século XIX, as concepções europeias de cidade ideal, especialmente a dos parisienses, influenciaram os discursos sobre o urbano no Brasil, refletindo principalmente nos padrões estéticos e arquitetônicos das grandes cidades do país. Estes discursos, que desvelam os paradigmas da modernidade latino-americana, buscavam (re)criar as cidades brasileiras.

Vendo as transformações da capital federal, de São Paulo e de outras cidades do país e do mundo, as elites do interior passaram a repensar as ruas, os prédios e as formas de socialização no espaço urbano que viviam. “Homens de imprensa”, concentrando seus anseios e desejos nas páginas dos jornais, procuravam informar e transformar a sociedade e cidade em que viviam, almejando alcançar certa realidade imaginada: a civilização. Entende-se que a imprensa permite a prática discursiva que constrói sentidos dentro da sociedade, possibilitando ao sujeito que se posicione através da emissão de opinião. Nesse sentido, as elites diamantinenses não só fizeram dos jornais um dos principais espaços de divulgação de seus ideais, expondo suas referências para pensar sobre a cidade moderna, como “brigaram” pela cidade ideal, impondo modelos e cobrando transformações no espaço físico e nos costumes da população local. As resoluções determinadas pela câmara municipal também eram divulgadas por meio da imprensa da cidade, que cumpria esse papel de divulgadora dos preceitos então entendidos como modernizadoras do espaço urbano em Diamantina.

Dessa forma, o objetivo principal desse primeiro capítulo é analisar os textos sobre a noção de moderno e de modernidade, especialmente aquela relacionada aos espaços urbanos partilhados pela imprensa e parte da sociedade de Diamantina. Na primeira parte do capítulo, serão apresentadas considerações sobre o imaginário social brasileiro do período, procurando entender o papel da imprensa na conformação e

difusão desse imaginário. Utiliza-se o conceito proposto por Bronislaw Baczko (1985), em *A imaginação social*, que diz que o imaginário é algo próprio da vida social, determinando a formação de representações e identidades. O objetivo, portanto, é entender como no período da Primeira República no Brasil, os signos e representações sobre a cidade ideal conformaram ações, projetos e discursos de modernidade, que foram especialmente informados e veiculados nas páginas dos impressos. Esses discursos, por sua vez, também se fizeram presentes em pensamentos e ações das elites de várias partes do país.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que o termo *imprensa* não se restringe ao jornal, referindo-se também a revistas, folhetos e almanaques (CAPELATO, 1988, p. 27). No entanto, apesar de utilizar esse termo constantemente na análise, quando houver menção da imprensa, a referência será os jornais diamantinenses.

Desse modo, nas seções seguintes, faz-se um histórico dos periódicos da cidade, informando sobre os grupos mantenedores e os principais assuntos. Os dilemas do progresso vividos por esses grupos permearão a análise, possibilitando um apanhado geral sobre a história de Diamantina na última seção do capítulo. O objetivo é refletir sobre como o passado, especialmente o do período colonial, trazia identidade à cidade e aos moradores, influenciando, inclusive, os discursos de modernização. A transformação urbana local deveria ser um caminho para se alcançar/reviver a importância que a cidade havia tido um dia, seja enquanto núcleo urbano importante na economia do estado seja por meio de seus antigos moradores, responsáveis por estabelecer a fama de que Diamantina era um reduto de patriotas, intelectuais e políticos importantes.

A análise desses projetos de modernidade revela conflitos e contradições, que compõem a história de Diamantina na Primeira República. A política municipal, os projetos de saneamento urbano, os debates políticos, as práticas e resistências da população frente ao que era proposto pela municipalidade são os temas que compõem a narrativa do segundo capítulo. Retoma-se, nesta oportunidade, a análise feita no primeiro capítulo sobre os principais interlocutores do projeto de modernidade, identificando os grupos políticos com suas diferenças e semelhanças. Nesse sentido, são analisados os projetos de leis e as colunas de queixas e reclamações publicadas nos jornais, buscando identificar experiências próprias daquela realidade. O objetivo

principal é perceber outros aspectos de uma Diamantina para além do discurso da cidade moderna, abordando o que se percebe como os impasses da modernidade.

Se no período do Império, a política nacional esteve centralizada na participação de grupos liberais e conservadores que dividiam o poder naquele momento, com a República, o cenário político pouco mudou. A Constituição de 1891 trouxe o federalismo, com repartição de poder entre os estados e a União; o voto deixou de ser censitário; ficou estabelecida a separação entre Estado e Igreja; os partidos Liberal e Conservador foram extintos, surgindo uma série de partidos republicanos estaduais. No entanto, os mesmos grupos e famílias que mantinham o poder político há anos continuaram a ditar as regras do jogo. Nos municípios do interior, como Diamantina, as famílias Mata Machado, Caldeira Brant, Mourão, por exemplo, que eram tradicionais na política local desde o período do Império, se mantiveram no poder também com a República, ocupando as cadeiras da Câmara de vereadores em vários momentos durante o período aqui analisado.

Cada um desses grupos e famílias, assumindo o poder, elaborou projetos de modernização, abarcando propostas de saneamento urbano e melhorias nos serviços de infraestrutura sanitária, tendo como referência os modelos de cidade moderna. Cada um deles conduziu a modernização urbana de uma maneira, recebendo aprovações ou críticas por parte da população e da oposição.

Dessa forma, na primeira parte do segundo capítulo, na seção 2.1, aborda-se a política municipal, destacando os respectivos projetos de saneamento implementados ao longo dos anos pelos agentes executivos e camarários. O objetivo é fazer um panorama geral das administrações que governaram Diamantina para elencar as principais propostas, retomando a análise sobre os grupos políticos e suas concepções de cidade ideal.

Entende-se que a criação das leis é feita para a resolução de conflitos e problemas enfrentados por uma comunidade. Então, para além de contribuir para identificar qual a imagem da cidade ideal informava seus criadores, ao lado dos jornais, das fotografias, da arquitetura, etc. as leis e os projetos aprovados pela Câmara Municipal de Diamantina desvelam uma imagem da cidade vivida, uma trama das relações, dos usos e das práticas que, afinal, constituíam o que era a cidade. A legislação produzida pela câmara informa sobre o modo como a cidade encontrava-se organizada, quais as concepções sobre o urbano, progresso e civilização orientaram os governantes,

quais os problemas que os cidadãos enfrentavam dia-a-dia, as condições sanitárias de edifícios, ruas, praças, mercado e quais os hábitos dessa população.

Para essa análise das leis municipais e do entendimento do contexto urbano de Diamantina, além das atas da Câmara de Diamantina, os jornais serão novamente fontes privilegiadas. Os redatores constantemente publicavam as leis aprovadas pela Câmara, elogiando ou reprovando as medidas nelas determinadas. Além disso, é por meio das seções de reclamações e das notícias cotidianas que é possível ter um contato mais direto com os efetivos problemas enfrentados pela população. Como nota-se ao longo desse capítulo, com frequência, as críticas negativas tinham como objetivo atacar um grupo político oposto, dando subsídios para também abarcar os conflitos políticos locais. Essas colunas ainda falam, mesmo que de maneira secundária e limitada, sobre como a população interferia nos destinos da cidade, sobre as práticas e resistências dessas pessoas frente à normatização do espaço urbano imposto pela administração.

Conforme foi apresentado, na última seção do primeiro capítulo, o destaque será dado a forma pela qual os jornais de Diamantina contribuíram na identificação e na divulgação de uma imagem progressista da cidade. Tal progresso vinculava-se a elementos de diferentes ordens: o passado da cidade, polo da mineração dos diamantes e, por isso mesmo, centro político, econômico e cultural da região norte de Minas; berço de figuras importantes ou de destaque da vida colonial e do império, como Felisberto Caldeira e João Fernandes, contratadores de diamantes na região no século XVIII, e o próprio Joaquim Felício dos Santos, político liberal e autor do livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. No entanto, no que se refere aos melhoramentos urbanos, que aos poucos eram implementados, estes modificavam lentamente a aparência da cidade. Como será identificado ao longo do segundo capítulo, a cidade ainda enfrentava inúmeros problemas de ordem sanitária. Eram várias as queixas da população e dos jornais sobre a ausência de água potável canalizada ou de uma rede de esgoto, ou ainda sobre a ineficiência do serviço de limpeza pública. Esses problemas sanitários afetavam diversas áreas da cidade, dos subúrbios às mais centrais.

Sendo assim, na seção 2.2 o destaque será dado a essas questões, das tramas e vivências que tem a cidade como cenário, mostrando a dinâmica por trás das ações da Câmara, que evidenciam os debates políticos, as práticas e resistências da população frente ao que era proposto pela municipalidade. O objetivo será dizer sobre a cidade que

se revelava a partir da aprovação de leis e do que era publicado nas páginas dos impressos, ou seja, para além da cidade idealizada.

De maneira geral, busca-se com o segundo capítulo compreender como os problemas de infraestrutura sanitária e ordem urbana embalsamaram as disputas políticas locais, revelando tanto as práticas e os conflitos sociais como os limites da modernidade em Diamantina.

A cidade inscrita em um lugar chamado sertão é assunto do terceiro capítulo. O sertão, pensado naquele momento como sinônimo de atraso, abandono, carência e doenças, representava, aos olhos das elites diamantinenses, um empecilho que comprometia a modernização da cidade. Nesse sentido, as elites reagiram a esse desígnio, lançaram um debate que procurava colocar a cidade como porta-voz do norte de Minas - para obter mais recursos para a região - e forjaram a imagem de uma “Princesa do Norte”, um centro avançado, moderno, civilizado no sertão mineiro.

No período da Primeira República, o termo *sertão* foi associado à ideia de atraso, abandono e doenças, revelando hierarquias, contrastes e projetos nacionais que tinham como objetivo enfrentar os dilemas de um Brasil que desejava firmar-se como moderno. Portanto, para além da fase urbana, na qual as elites modernizaram as principais cidades do país, grande parte da sociedade, sobretudo a rural, permanecia isolada de tais investimentos, comprovando que ainda eram muitos os dilemas da modernidade.

Após fazer tais considerações sobre o imaginário relativo ao sertão, Diamantina foi situada nesse contexto a partir da discussão de como os “homens de imprensa” diamantinenses partilharam e divulgaram esse imaginário, associando-o ao norte de Minas. Acredita-se que, para eles, aquela cidade inserida no sertão representava um polo superior, uma espécie de “janela” ou “portal” para o mundo moderno.

Além da dualidade *sertão/litoral*, comumente utilizada no período, a particularidade do discurso local está na ideia de que o norte mineiro estava em oposição ao sul do estado no que se refere aos investimentos do governo. A região norte era imaginada como uma área desprotegida do poder público. Em contrapartida, suas “irmãs do sul” eram sempre contempladas com ações efetivas de modernização.

Esta questão será abordada no final do capítulo por meio do conceito de *entre-lugar*, originalmente apresentado por Homi K. Bhabha no livro *O local da cultura* (2001). Segundo o autor, é preciso analisar o conjunto de representações e identidades a

partir do hibridismo cultural, que se dá dentro do processo de se situar no espaço liminar entre dualidades opostas que designam identidades. Dessa maneira, aceitando pertencer ao sertão, as elites diamantinenses procuravam alcançar o desenvolvimento das cidades modernas, projetando a cidade como uma “Princesa do Norte”. O discurso que prevalecia era de que, identificando Diamantina com a capital do norte de Minas, mais recursos poderiam ser destinados para a região.

Por fim, levando-se em conta o que foi apresentado, espera-se que este estudo contribua para que sejam realizadas outras pesquisas sobre Diamantina durante a Primeira República. Este trabalho, que o leitor conhecerá nas páginas a seguir, é um convite a pensar como a história sobre o saneamento dessa cidade insere-se no bojo das transformações políticas, culturais e sociais por qual passou o Brasil na virada do século XIX para o XX.

1 O IMAGINÁRIO DA CIDADE: representações sobre a cidade moderna construída e veiculada pelos jornais em Diamantina

1.1 Considerações sobre o imaginário social brasileiro na Primeira República e o papel da imprensa na conformação e difusão desse imaginário

Segundo Bronislaw Baczko (1985), toda sociedade elabora um conjunto de referências por meio do qual estabelece suas relações. É através de seu imaginário que a coletividade cria sua identidade, elabora certa representação de si, estabelece suas expectativas e aspirações, designa papéis e posições sociais, bem como cria e impõe crenças e regras (BACZKO, 1985, p. 309). É a partir desses pressupostos que discorre-se sobre o imaginário social brasileiro na Primeira República, momento em que as elites ambicionaram transformar o país em uma nação moderna, civilizada e que trilharia o caminho do progresso. As projeções desse imaginário sobre o espaço físico, especialmente sobre as cidades, foram inevitáveis.

Na virada do século XIX, o modo de vida da sociedade europeia e dos Estados Unidos tornou-se modelo para o restante do mundo, influenciando e alterando a vida social em diferentes lugares, no seu âmbito cultural, político e econômico. No caso das influências da cultura e da forma de vida dos europeus no pensamento brasileiro, estes podem ser percebidas em relatos das elites que viajaram para as cidades da Europa durante os oitocentos. Lá, os brasileiros identificaram elementos da modernidade e traçaram comparações, construindo, nesse sentido, representações sobre a Europa e sobre o seu próprio país. Como aponta Janete Flor de Maio Fonseca (2005), em estudo sobre as cartas escritas por brasileiros que viajaram pela Europa no século XIX, esses relatos são importantes, pois permitem perceber a construção de um discurso de modernidade produzido e compartilhado por essa elite no projeto de construção da Nação no Império, o que ajuda a identificar a reelaboração da imagem do Brasil feita por esses brasileiros que estavam distantes. As elites procuravam, principalmente em Londres e Paris, aprender mais sobre como deveriam ser suas próprias cidades (FONSECA, 2005).

Esse fenômeno não foi exclusivo do Brasil. Os intelectuais latino-americanos da segunda metade do século XIX foram fortemente influenciados pelas culturas da europeia – também dos Estados Unidos - tanto no que liam, como na forma como

interpretavam o que viam. Adrián Gorelik (1999) afirma que, diferente dos europeus, para os latino-americanos a modernidade foi o caminho para se chegar à modernização. Para o autor, na América Latina, a modernidade pode ser entendida como uma “vontade ideológica de uma cultura para produzir um determinado tipo de transformação estrutural”. Nesse sentido, Gorelik afirma que nesses países, as ideias – as questões “valorativas e conceptuais”- vieram, muitas vezes, primeiro, ou até mesmo antes, que “os processos que as geraram em seus lugares de origem” (GORELIK, 1999, p. 59). Grosso modo, diferente das transformações sofridas na Europa, decorrentes do advento da sociedade burguesa-industrial - que, dentre vários aspectos, modificou as relações sociais e de trabalho e, por isso, também transformou radicalmente o espaço urbano -, na América Latina, as transformações urbanas ocorreram por meio de uma política adotada pelas elites sob a influência do modelo de sociedade urbana europeia. Nesse sentido, as cidades latino-americanas podem ser consideradas não apenas o produto da modernidade ocidental, mas como “um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la” (GORELIK, 1999, p. 55). Dessa maneira, a cidade tornou-se objeto privilegiado no desejo de conduzir esses países à modernidade, sendo considerada um instrumento para se chegar a uma “outra” sociedade, necessariamente mais moderna (GORELIK, 1999, p. 56).¹²

As modificações ocorridas nas cidades latino-americanas a partir de 1880 coincidem com as mudanças econômicas, sociais e políticas pelas quais passaram, acrescentando que as elites, alimentando a decisão de apagar o passado recente, começaram a transformar suas cidades para que a sua “fisionomia edílica refletisse a imagem de um país próspero e moderno” (ROMERO, 2009, p. 288). Para isso, muitas cidades passaram por obras de embelezamento e melhoraram sua infraestrutura. As elites americanas construíram novas avenidas e parques, implementaram os serviços públicos, efetuaram obras de esgotos e abastecimento de água potável, canalizaram rios, implementaram medidas de imunização da população, modernizaram os meios de transportes, bem como promoveram a divisão social do espaço. Isso tudo sempre se

¹² Adrián Gorelik (1999) comentava sobre o pensamento de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), escritor e político argentino, que usou a palavra cidade “como ancoragem polar da civilização frente à dupla barbárie da natureza americana e do passado espanhol”. Gorelik acrescenta que para Sarmiento e para toda cultura americana, a “cidade é a modernidade e a civilização por definição, muito além das características reais que encarna em cada momento. A cidade, como conceito, é pensada como um instrumento para chegar à *outra* sociedade – a uma sociedade precisamente *moderna*” (GORELIK, 1999, p. 55-56).

utilizando de todos os avanços que imaginaram os urbanistas conhecidos mundialmente, como Haussmann¹³, em Paris, para resolver os problemas enfrentados pela crescente concentração urbana (ROMERO, 2009, p. 316).

Conforme afirma Arias Neto (2014), no Brasil, principalmente na virada do século XIX para o XX, a dinamização da economia cafeeira provocou um movimento em torno da modernização do país. Ao mesmo tempo em que se expandia a produção e exportação do café, as necessidades de melhorar a infraestrutura de produção e transporte cresciam. Nesse contexto, foram realizados diversos investimentos, como a criação de ferrovias, a modernização dos portos, etc. Segundo o autor, a economia ligada ao café “estimulou e foi estimulada pelos melhoramentos urbanos e pelo desenvolvimento de determinados tipos de indústrias ainda no período imperial” (ARIAS NETO, 2014, p. 209). Isso sem mencionar o fim da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889, que também foram significativas para que as elites do país adotassem projetos de modernização incentivando a imigração estrangeira e visando promover melhoramentos no espaço urbano.

Em São Paulo, por exemplo, a partir da década de 1870, são visíveis transformações socioeconômicas, urbanísticas e demográficas que procuravam assegurar à capital paulista uma imagem de entreposto comercial e financeiro importante para as relações da lavoura do café com o capital internacional. Nesse período, desenvolveu-se a incipiente indústria da região, foram construídas as primeiras ferrovias, foram criadas infraestruturas de transporte, sanitárias, etc. (COSTA, SCHWARCZ, 2000, p. 30). Logo depois, Belo Horizonte, construída ainda no final do século XIX, foi projetada pelas elites mineiras a fim de garantir que Minas Gerais tivesse uma capital moderna bem aos moldes do que a República inaugurava no país. Por isso, a edificação da nova capital, que seguiu preceitos cientificistas e higienistas, é um bom exemplo do desejo de modernização do espaço urbano como forma de evidenciar o progresso e a civilização (SALGUEIRO, 1996; 1997; 2001; SILVEIRA, 2008).¹⁴

¹³ Georges Eugène Haussmann (1809-1891), mais conhecido como Barão de Haussmann, foi nomeado por Napoleão III prefeito do Departamento de Seise (1863-1870), para realizar reformas em Paris, transformando-a em um modelo de metrópole imitado em todo mundo. Para saber mais sobre Haussmann em Paris e suas influências na administração de Pereira Passos no Rio de Janeiro e outras cidades, ver: Jaime Larry Benchimol (1992); Sandra Jatahy Pesavento (2002).

¹⁴ Para os conflitos políticos na construção de Belo Horizonte, ver o estudo clássico de Maria Efigênia Lage de Resende (1974).

O Rio de Janeiro, capital federal, foi eleita pelas elites como o “cartão-postal” da *belle époque* nos trópicos (CARVALHO, 2012; COSTA; SCHWARCZ, 2000). O que significa dizer que o que estava em pauta, mais do que solucionar os problemas causados pela falta de infraestrutura, era a importância que tais ações teriam como representação de um plano nacional de reforma e modernização da Nação (KROPF, 1996). Por isso, no início do século XX, a cidade passou por obras de saneamento e embelezamento. Já a cidade de Santos, importante porto do estado de São Paulo e do país, passou por transformações que foram consideradas, por muitos estudiosos do período, obras de referência nacional pela inovação técnica trazida por Saturnino de Brito, além de ter dado origem a uma cidade com desenho muito moderno para a época, aproximando-a da paisagem urbana europeia (ANDRADE, 1991, p. 568-569). Saindo do eixo sudeste, cidades como João Pessoa, Porto Alegre e outras, também passaram por reformas urbanas.¹⁵ Nas cidades do interior, como em Diamantina, objeto deste estudo, também é possível identificar uma elite que desejava modernizar seu local de moradia.

Todos os exemplos mencionados ilustram a maneira como as elites brasileiras pensaram as transformações urbanas como uma etapa significativa do processo de inserção do país na modernidade. Isso se torna mais claro quando se entende que, no pensamento brasileiro do final do século XIX, a cidade incorporava a noção de civilização por oposição ao mundo da natureza e ao passado enquanto colônia. Estudos sobre a realidade brasileira, além de apontarem essa associação entre o urbano e a civilização, também assinalam sua identificação com o litoral, em oposição ao sertão, entendido muitas vezes como o interior atrasado e distante. A pauta de discussão dos intelectuais, que procuravam propor soluções para que o Brasil superasse seu atraso em relação aos demais países ditos civilizados, ocupava-se tanto do espaço das cidades como também ao sertão e aos sertanejos. Esse é um dos pilares do pensamento social brasileiro na virada dos séculos XIX-XX, que identificava como raiz dos problemas nacionais as diferenças existentes entre os rumos seguidos, no curso da história brasileira, pelas regiões do litoral e pelo interior do país. Com efeito, o sertão foi utilizado para caracterizar as representações que se construíram sobre o Brasil e seus contrastes, diferenciado por lugares de progresso e atraso (LIMA, 2013).

¹⁵Sobre as transformações nessas duas cidades, ver: Gervácio B. Aranha (2003, p. 79-132); Cláudia Mauch et al (1994); Sandra Jatahy Pesavento (1990; 2002).

A discussão sobre o sertão será mais aprofundada no último capítulo, em que analisou-se o imaginário social sobre o sertão no período e como a elite de Diamantina lidou com esse conjunto de representações. No momento, a análise concentra-se sobre a concepção que via a cidade reformulada como o espaço ideal para se construir uma sociedade progressista, moderna e civilizada.

O que se procurou dizer até aqui é que o modelo de sociedade ideal que se queria implementar tinha como base a associação entre a cidade e a civilização. Esse modelo impunha a criação e/ou ampliação dos meios de transporte, estabelecia como meta a dinamização da economia, privilegiava o embelezamento dos centros urbanos, entre outros aspectos.

Quanto ao processo de “embelezamento” das cidades brasileiras - em muitos casos, tratava-se de intervenções pontuais que postergaram para o futuro a resolução dos problemas urbanos – é preciso dizer que mais que o progresso e a modernização econômica e cultural, o que se via era certo verniz, que ia mais superficialmente procurando mudar a realidade. A modernização das primeiras décadas da República pode ser pensada, portanto, como uma busca por retomar essa associação urbano-civilizada em oposição ao atraso, que, no caso, estava associado principalmente às antigas estruturas coloniais presentes em algumas das cidades brasileiras – caso do Rio de Janeiro, por exemplo - e do sertão. Nesse processo, as mudanças tidas como superficiais podem ser associadas aos melhoramentos implementados em regiões centrais e nobres, que expulsavam a população mais pobre para as margens da cidade, ou ainda às novas formas de sociabilidade que iam se acomodando, amoldando aos velhos costumes, comportamentos e hierarquias. O velho mundo rural, escravocrata e patriarcal convivia com os projetos de construção de grandes metrópoles (COSTA; SCHWARCZ, 2000). Nesse sentido, foram adotadas nas cidades vários dos signos então associados ao progresso – como o controle da higiene urbana ou a iluminação, a pavimentação e arborização dos espaços - sem, porém, estender tais conquistas aos mais pobres, cada vez mais segregados às periferias negligenciadas. O pobre e o negro, que envergonhavam as elites, foram expulsos para dar lugar a um novo Brasil que queria mostrar-se branco, europeizado e civilizado.

Na procura pela sociedade ideal – tendo como pressuposto os signos da civilização e do modelo de cidade moderna –, as classes dirigentes validaram suas ações empregando o discurso que dizia promover a modernização do país. Bronislaw Baczko

(1985) propõe que o imaginário social, sendo peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder, precisa encontrar (imaginar ou inventar) a sua legitimidade (BACZKO, 1985, p. 309-310). Nesse sentido, o lema que pregava a conquista do progresso corroborou para que houvesse medidas coercitivas como as mencionadas agora há pouco.

Segundo Baczko (1985), a produção dos “discursos” é uma importante peça na conformação de um imaginário. Pois é por meio deles que se torna inteligível e comunicável o imaginário social. Ademais, é por meio desses discursos que se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem e, em meio a isso, os símbolos servem para introduzir valores, modelando comportamentos e indicando ações (BACZKO, 1985). Com efeito, para melhor entender como os valores pregados pelas classes dirigentes se difundiram pela sociedade é preciso refletir sobre a formação e a difusão dos discursos. Afinal, como aponta Baczko (1985), “a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão” (BACZKO, 1985, p. 313). Sendo assim, aqui, a discussão dá-se em torno da imprensa.

Para se estudar a imprensa é preciso, antes de tudo, entendê-la no seu contexto. Os jornais são fruto da criação coletiva em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual se inserem. Feito de escolhas, aquilo que está publicado depende da realidade político-social na qual esses periódicos foram criados e se encontram inscritos. Dessa maneira, os impressos podem ser entendidos também como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social. Em outras palavras, para além do conteúdo, é preciso analisar o contexto de produção, os interesses, as condições materiais que envolvem a existência e circulação desses. Tudo isso informa sobre o documento histórico que é o jornal, que pode, por exemplo, revelar as relações sociais existentes em determinada sociedade, a compreensão que essa sociedade tinha de si e do próprio momento que viveu.¹⁶

A importância de analisar os discursos dos jornais para compreender a conformação de um imaginário e a sua difusão está no entendimento desses impressos como fruto de projetos coletivos. Segundo Tânia Regina de Luca (2008), os jornais agregam “pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir

¹⁶Essa análise sugerida sobre a imprensa remete à autora Tânia Regina de Luca (2008) em seu texto *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*.

da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). Nesse sentido, a imprensa, como produto de escolhas de grupos que imprimem aos jornais suas ideais, propostas, interesses, e que se move dentro de um conjunto de valores da sociedade em determinado contexto, também projeta sobre o social suas impressões, aspirações e desejos. Mais do que isso, constrói um discurso dominante, para o qual busca legitimidade por meio da veiculação do que era tido como uma verdade, adotando uma postura que se dizia preocupada com o bem público. Em outras palavras, a imprensa busca transformar o seu ponto de vista em um ponto de vista universal utilizando da justificativa de que aquilo que divulga, discute e cobra representa o interesse de toda a população.¹⁷ Isto é, a imprensa do final do século XIX tinha como ideal a busca pela verdade, estabelecendo o culto à objetividade (CAPELATO, 1988).

Para além de veicular a visão do grupo que o controla, o jornal também evidencia opiniões que circulavam entre a sociedade, isto é, pontos de vistas dessa mesma sociedade. Conforme afirmou Maria Helena Rolim Capelato (1988), em estudo sobre a imprensa e a história do Brasil, “a leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época” (CAPELATO, 1988, p. 34). Nesse sentido, as pessoas que escreviam nos jornais atuaram tanto como conformadoras como também divulgadoras de um imaginário.

A imprensa, inaugurada no Brasil logo após a vinda da Família Real em 1808, surgiu com o propósito de civilizar e aprimorar a sociedade colonial por meio do progresso intelectual.¹⁸ Com efeito, a partir dessa iniciativa, diversas outras cidades,

¹⁷Tal justificativa encontra-se presente até hoje. Os proprietários dos grandes jornais apresentam os seus impressos como um veículo de informação independente, que expressa verdade e a vontade da população. Capelato (1988), ao dizer da grande imprensa no Brasil, destaca as contradições desse discurso, uma vez que os proprietários dos jornais estabelecem relações com “governantes, grupos financiadores, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais” (1988, p. 71). Menciona ainda que, no cerne da população de uma cidade ou país, por exemplo, são vários os interesses, o que torna impossível aos jornais expressarem sua opinião a favor de toda sociedade. Os jornais representam, portanto, o interesse de determinado grupo, que se articula com outros grupos, que também tem seus interesses e desejos. Nesse jogo, não sobra espaço na grande imprensa para o “povo”, traduzido aqui por classes menos favorecidas, trabalhadores, grupos marginalizados, por exemplo. Não se aprofundará aqui sobre a atuação da imprensa no Brasil hoje, pois foge do objetivo dessa dissertação. No entanto, cabe salientar que tamanha é a importância do debate sobre a democratização e a regulamentação da mídia no Brasil, incluindo jornais, rádios, revistas, internet, etc., que tal discussão embalou inclusive os debates eleitorais de 2014. Para reflexões sobre as relações entre jornal e poder, estratégias comunicativas, produção de sentidos, entre outros, sugere-se o livro *O jornal: da forma ao sentido*, organizado por Dayrell Porto (2002).

¹⁸Isabel Lustosa afirma que a vinda da família Real para o Brasil provocou mudanças que buscavam garantir o progresso econômico e intelectual da nova sede da Corte. Em relação a isso, destaca-se a abertura dos portos às nações amigas, a implantação de indústrias pelo interior do país e o surgimento da imprensa (LUSTOSA, 2000, p. 24). Essas medidas tiveram como propósito desenvolver o Brasil

inclusive do interior, abrigaram empreendimentos ligados à imprensa.¹⁹ Nesse sentido, os jornais, também símbolos dessa modernidade e do progresso, buscaram imprimir à realidade um determinado ponto de vista a partir dos sentidos da civilização e do progresso. Assumindo pretensões pedagógicas e civilizadoras, estabeleceram um modelo do que consideravam ser uma sociedade ideal – e um dos propulsores na construção desse modelo era a sociedade burguesa europeia e estadunidense.

Como afirma Bronislaw Baczko (1985), o controle dos meios de difusão de um imaginário é uma forma de “persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças” (BACZKO, 1985, p. 314). Seguindo sua proposição é possível pensar que as ideias sobre modernidade e civilização eram, em sua essência, modelos partilhados por grupos, representantes principalmente da elite política e econômica do país, que a partir do controle da imprensa, buscavam inculcar e persuadir o resto da população em torno das mesmas, procurando fazer do seu ideal, o ideal da sociedade. Tanto nos grandes centros urbanos como no interior, os jornais desempenhavam um papel importante na emissão de valores e crenças dessa elite, ainda que a sua recepção seja difícil de mensurar.²⁰

Essa difusão das imagens sobre a civilização e o moderno, pautadas no modelo europeu, também tirou proveito da ampla circulação dos periódicos. As folhas da capital chegavam a destinos recônditos. Além disso, também existia o intercâmbio entre os jornais de cidades diferentes. Supõe-se, dessa maneira, que um modelo partilhado nos

visando estabelecer aqui os padrões europeus. A presença da imprensa significou dotar a sociedade de alguns aspectos essenciais da vida moderna.

¹⁹Os primeiros jornais do Brasil foram criados em 1808 com a Imprensa Régia e a inauguração da Gazeta do Rio de Janeiro. Ainda na cidade do Rio, entre 1821 e 1823, foram inaugurados outros jornais que mantiveram um intenso debate político em razão dos destinos do Brasil. Em Minas Gerais, as primeiras publicações de periódicos se deram em Ouro Preto com o *Copilador Mineiro*, em 1823, e o *Abelha do Itaculmy*, em 1824. Baseando-se na pesquisa feita por Xavier da Veiga (1898), do período de 1823 a 1897 foram criadas centenas de jornais por toda província. Esses periódicos mantinham discussões de todo tipo, desde temas da esfera política, passando por educação, higiene e história. Consulte-se: Isabel Lustosa (2000); Marco Morel (2003) e **Revista do Arquivo Público Mineiro** (2008).

²⁰Ainda mais se tratando de uma sociedade que enfrentava altos índices de analfabetismo. Essa é uma questão importante para se pensar sobre a difusão e a circulação dos jornais no período. Maria Helena R. Capelato (1988), por exemplo, destaca que, no início do século XIX, momento em que surge a imprensa no Brasil, apesar das dificuldades, “diários e panfletos circularam nos pequenos e grandes centros urbanos. A barreira do analfabetismo era contornada pela comunicação oral: a leitura em voz alta, nas esquinas, nas farmácias ou nos serões familiares possibilitava a divulgação das mensagens, muitas vezes de conteúdo político” que, na ocasião, era de caráter “antilusitano e anticolonialista” (1988, p. 38). Acredita-se que situação semelhante também ocorria em todo o século XIX e início do século XX, já que a taxa de analfabetismo continuou alta, a produção dos jornais aumentou e a circulação de informações também. No que se refere à difusão dos ideais das elites que utilizavam dos jornais, não se pode, entretanto, afirmar que, essa população, que lia ou que recebia de alguma forma, os ideais veiculados nos impressos, não assumia uma posição inerte. Afinal, a sociedade age e interage de alguma forma com tais discursos e ideias.

grandes centros atingiam as regiões interioranas através dessa circulação – isso ajuda a reforçar um determinado modelo e a impor o ideal da elite de uma determinada região, a do centro-sul e da capital federal, por exemplo, como ideal das demais elites.

As notícias oriundas do Rio de Janeiro ou do exterior forneciam elementos para a construção de imaginários em torno do que deveria ser uma cidade ideal. O mesmo pode ser dito das experiências que os colaboradores ou repórteres das folhas do interior vivenciavam nas grandes cidades. Nesses locais, em que a modernização chegava com atraso em relação aos grandes centros e onde outros grupos da sociedade tinham pouca ou nenhuma articulação para propor projetos diferenciados, frequentemente era a imprensa que dizia qual caminho a sociedade local deveria trilhar. Tal prerrogativa era justificada em uma imagem da imprensa como sendo detentora da verdade e do conhecimento, e como um veículo que atuava em prol do bem público.

Como mencionado, os jornais estão associados à difusão e defesa de ideias, de projetos e de posições de grupos políticos ou partido. Como na maioria das outras regiões brasileiras, em Minas Gerais as pessoas que escreviam nos jornais estabeleciam com frequência relações estreitas com o poder oficial, sendo muitas vezes membros das elites dominantes da sua região. Como sugere James William Goodwin Jr. (2007), era mais comum verificar pessoas que, “oriundas de famílias tradicionais, atuantes em várias frentes do domínio das elites, fizeram da imprensa um dos seus campos de ação e, às vezes, como o principal, mas não único” (GOODWIN JR., 2007, p. 100). As pessoas que escreviam nos jornais estabeleciam um discurso de identidade própria, muitas vezes traduzido como a de defensores do bem público, estando acima dos assuntos políticos. Isso, por sua vez, dava legitimidade aos jornais.

Abordando os jornais diamantinenses e de Juiz de Fora na virada do século XIX para o XX, James W. Goodwin Jr. (2007) afirma que os “homens de imprensa” em Minas Gerais, mesmo que ligados às elites dominantes, estabeleciam certo grau de autonomia, se vendo e sendo vistos “como uma elite culta e responsável pela propagação das virtudes através das letras” (GOODWIN JR., 2007, p. 94). Nesse sentido, o mundo dos jornais, “antes de ser um campo restrito aos tecnocratas e às elites oligárquicas, era muito mais dinâmico, dele participando regularmente os homens de imprensa, com seus conceitos e suas propostas” (GOODWIN JR., 2007, p. 95). Analisando o papel desses “homens de imprensa”, o autor defende a ideia de que essa parcela da elite procurou estabelecer os caminhos necessários para que se firmasse a

modernidade na região. Por meio dos jornais, buscou definir as políticas urbanas a serem implementadas, cobrando dos governos municipais e estaduais os investimentos necessários para a realização de obras públicas, para a abertura de estradas, a segurança, além de promover o controle social e a implementação das regras de civilidade. A imprensa também apontava problemas e propunha soluções²¹, procurando transformar a realidade na qual estava inserida.

Frente às questões levantadas acima, nas próximas páginas encontra-se um breve histórico do desenvolvimento da imprensa na cidade de Diamantina, abrangendo os principais jornais que circularam até o período em exame, seus principais colaboradores, as ideias e modelos de modernidade que difundiam e suas referências. O objetivo é entender como a imprensa diamantinense conformou e divulgou em suas páginas, símbolos do que considerava ser a cidade ideal.

1.2 A imprensa e o sonho de modernização de Diamantina

A cidade de Diamantina tem sua origem no antigo Arraial do Tejuco, entreposto comercial e minerador do século XVIII. Suas primeiras terras foram demarcadas em 1731 com a descoberta dos diamantes na região. Ali, em torno da mineração, constituiu-se um importante núcleo de abastecimento alimentar local. Também estava presente a produção de artefatos de ferro, mobiliários, algodão e cerâmica, que sobreviveu e, em certos momentos, até se ampliou, ao longo do século XIX.

O arraial de Tejuco só se tornou Vila em 1831, com o decreto Imperial de 13 de outubro, e foi elevada à categoria de cidade em 1838. Entre 1830 e 1900, o município de Diamantina passou por um expressivo crescimento demográfico. Em 1832, a população local era de 12.354 habitantes, alcançando, em 1890, a cifra de 30.412 moradores. Dez anos depois, em 1900, já se somavam 31.048 habitantes (SOUZA, 1993, p. 116).

No final do século XIX, além do expressivo aumento populacional verificado em seu município, Diamantina conheceu mudanças importantes, entre elas, diversas

²¹Especialmente forte em Minas Gerais, devido às diferenças regionais, não se pode deixar de mencionar as divergências nos discursos dos jornais sobre a modernização que emergiam também “dos compromissos com os grupos políticos, com interesses econômicos e com costumes e tradições locais” (GOODWIN JR., 2007, p. 86). Mesmo assim, os jornais daquele período dirigiam-se para um desejo comum: garantir a modernização da sociedade.

transformações no seu espaço urbano e o aparecimento da indústria têxtil na região.²² A partir da década de 1870, foi inaugurada em Diamantina a primeira hidroelétrica do Brasil pela Diamond Mining Company of Boa Vista (MAGNANI, 2008), ficando, porém, restrita ao uso de mineração de diamantes.²³ Por essa época, a cidade ainda foi integrada aos cabos do Telégrafo Nacional e foi inaugurada uma subadministração dos correios. Ao longo do primeiro período republicano, Diamantina recebeu iluminação elétrica (1910), foram realizadas obras de canalização de água potável e, no final da década de 1920, obras de rede de esgoto. Além de melhoramentos que ultrapassavam o campo da infraestrutura básica, como a abertura de cinemas e teatros, inauguração de jornais e a chegada do trem de ferro à cidade em 1914.

O primeiro jornal publicado na cidade data ainda do Império. Segundo o *A Idea Nova, O Echo do Serro* foi um jornal idealizado por um liberal exaltado que era contra o “déspota da época”, Pedro I (*A Idea Nova*, 04/04/1909). Já o primeiro jornal republicano de Diamantina, também foi o primeiro jornal da categoria em Minas Gerais. Ele começou a circular em 1869, sob o nome de *O Jequitinhonha*.²⁴ Depois deste, surgiram outros periódicos, muitos dos quais de caráter republicano, nos quais se discutia o fim do trabalho escravo, a implantação de um aparato educacional, investimentos na

²²Duas crises marcaram a região no século XIX. Uma foi entre os anos de 1808 a 1832 e a outra entre os anos de 1870 a 1897 (MARTINS, 2008b, p. 612). Em consequência dessa última crise, no final do século XIX, apareceram indústrias de tecido na cidade, que impulsionaram certa reordenação do espaço urbano de Diamantina (GOODWIN JR, 2007; MAGNANI, 2004, p. 34; MARTINS, 2008a; MARTINS, 2014; SOUZA, 1991, p. 165).

²³Segundo Antônio Carlos Fernandes (2005), no capítulo em que contextualiza a economia de Minas Gerais no século XIX, havia forte presença de capital estrangeiro na atividade aurífera desde a década de 1820. Na mineração de diamantes sua presença pode ser percebida somente a partir da década de 1880, com o investimento da Diamond Mining Company of Boa Vista, “que abriu suas lavras na região do distrito de Boa Vista, próximo à Bom Sucesso e Extração, em Diamantina”. Fernandes destaca que as tecnologias utilizadas pela empresa, baseadas em jateamento de água para desmanche de barranco e lavagem do cascalho em grandes caixas de decantação, impulsionaram a criação de um complexo produtor, em 1883, no qual foi “construída e inaugurada a primeira usina hidrelétrica brasileira, no Ribeirão do Inferno”. Já a construção da primeira usina hidrelétrica para iluminação pública, de maior porte, ocorreu no Rio Paraibuna, na região de Juiz de Fora, “de propriedade da Companhia Mineira de Eletricidade, pertencente ao industrial Bernardo Mascarenhas, com potência de 250 KW, que entrou em operação em 1889” (FERNANDES, 2005, p. 53). Segundo o autor, maiores informações sobre a instalação da hidrelétrica de Boa Vista podem ser encontradas na Revista o Mundo Elétrico. **Ministério das Minas e Energias**. Rio de Janeiro. MME: 1964, a qual não se teve acesso. Outras informações sobre a hidrelétrica de Boa Vista e de Marmelos-zero podem ser encontradas no artigo da edição online do jornal *Estado de Minas* de 2013, no texto “Linha do tempo da energia” do site da **Eletrobrás** e no estudo de Domingó Giroletti (1988).

²⁴James William Goodwin Jr. aponta que a produção jornalística inaugurada com *O Jequitinhonha* mostra “a importância que a ‘cultura das letras’ assumiu para as elites locais, como também a capacidade destas na demonstração simbólica de sua crescente adesão à modernidade” (GOODWIN JR., 2007, p. 49).

agricultura, transportes e desenvolvimento da infraestrutura da cidade (GOODWIN JR., 2007, p. 50).

Nesse contexto, segundo Marcos Lobato Martins, em estudo sobre política, sociedade e economia em Diamantina no século XIX e início do XX, a política na cidade durante o século XIX foi marcada pelo predomínio dos liberais. “As famílias Mata Machado, Felício dos Santos, Caldeira Brant, Rabelo, Pires, Lessa, Magalhães Castro e Sá eram liberais; os Andrade, Queiroga, Prado, Azeredo Coutinho e Mourão filiavam-se ao Partido Conservador” (MARTINS, 2014, p. 253).²⁵

Grande parte dos jornais diamantinenses considerados nesta pesquisa para o período, pertenceu ou contou com a colaboração de membros dessas famílias, que, apesar de se dividirem entre liberais e conservadores, em comum incorporaram o discurso em prol do progresso, verificando suas características, procurando incorporá-las à realidade local, denunciando sua ausência e buscando alternativas para alcançá-las. Entre os temas que compunham o repertório da modernização urbana e regional propalados por essas lideranças através dos periódicos locais destacam-se: a abertura de estradas de rodagem para o Alto Jequitinhonha, a construção do ramal da estrada de ferro, a manutenção da Administração dos Terrenos Diamantinos nas mãos das elites locais (ao invés de sua transferência para a nova capital, como propunha o governo estadual), o reforço do peso político-administrativo de Diamantina no norte mineiro por meio da atração de órgãos públicos estaduais e federais para a cidade e a viabilização de recursos para as obras de melhoramentos urbanos da cidade (MARTINS, 2014). Isso sem mencionar a defesa de investimentos na educação, no desenvolvimento do comércio e da indústria e da agricultura, no melhoramento das condições sanitárias da região, e na resolução dos problemas associados às doenças endêmicas, entre outros.

Ao contrário do que ocorreu com a imprensa nas principais cidades do país - que no início do século XX ingressavam no que Nelson Werneck Sodré (1999) chama de

²⁵Ao longo da dissertação, citam-se especificamente alguns membros dessas famílias e seus respectivos ideais, como: os irmãos Mata Machado, políticos de renome nacional, também mantenedores dos jornais *Cidade Diamantina* e *A Idea Nova*; os Felício dos Santos, com Joaquim Felício dos Santos, político, fundador do primeiro jornal republicano em Minas, *O Jequitinhonha*, e autor do livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio*. D. Antônio Felício dos Santos, Bispo abolicionista que fundou Biribiry. Os Caldeira Brant, que atuaram na política municipal por meio de Afonso Caldeira Brant, Agente Executivo do Município de Diamantina em 1909-1912; os Mourão, por meio de Olympio Julio de Oliveira Mourão, Agente Executivo da cidade (1897-1908). Quanto às outras famílias, essas atuaram em diferentes ramos do comércio, nas lavras diamantinas, etc. Ver o texto de Marcos Lobato Martins (2014).

fase industrial²⁶, firmando-se como uma empresa -, os periódicos do interior mantiveram seu caráter tradicional, com folhas feitas em tipografias, servindo às lutas locais (SODRÉ, 1999, p. 251). Essa característica esteve presente em Diamantina, assim como em boa parte do estado. Os jornais eram produzidos quase que de forma artesanal, ligados à partidos, à igreja católica, às instituições de caridade e à municipalidade. Era comum também que “as oficinas tipográficas produzissem mais de um jornal, amortizando os custos do investimento em maquinário, possibilitando o surgimento de publicações que não podiam arcar com o investimento” (GOODWIN Jr., 2007, p. 118). Outra característica da imprensa em Diamantina é que ela se restringia a um grupo relativamente fechado. Os nomes dos editores e colaboradores dos jornais, que eram de famílias tradicionais da cidade, muitas vezes ligados a líderes políticos e econômicos, escreviam em mais de um jornal. Goodwin Jr.(2007) ainda acrescenta:

Além de composto por relativamente poucas pessoas, o grupo dos homens de imprensa formava uma espécie de confraria informal, auto-referente e que se utilizava das páginas dos jornais como um instrumento particular de comunicação. Ao longo de todo o período, em todos os jornais, em ambas as cidades [Diamantina e Juiz de Fora], é muito comum encontrarmos alusões ou referências diretas a respeito de assuntos particulares dos que atuavam nas redações: são recados, congratulações, notícias e, vez por outra, agressões, veladas ou não (GOODWIN JR., 2007, p. 111).

Dos jornais diamantinenses escolhidos como fonte para este trabalho, destacam-se, por ora, *O Jequitinhonha*, *A Idea Nova*, *Cidade Diamantina*, *O Itambé*, *O Município*, *Diamantina*, *Estrela Polar* e *O Pão de Santo Antônio*. Estes jornais podem ajudar a compreender os interesses, temas e projetos desses grupos de elites econômica e intelectual que dominavam a imprensa em Diamantina. Esses jornais tiveram um número considerável de publicações, uns mais duradouros que os outros, servindo então ao propósito de mapear esse imaginário em torno dos elementos identificados com a modernidade.²⁷ Apresenta-se agora, um pouco sobre cada um deles em particular.

²⁶Segundo o autor, a fase industrial da imprensa brasileira iniciou-se no início do século XX. Por essa época, nas grandes cidades, o jornal já era uma “empresa, grande ou pequena, mas com estrutura comercial inequívoca”. Portanto, a imprensa, no início do século havia conquistado “o seu lugar, definindo a sua função, provocando a divisão do trabalho em seu setor específico, atraído capitais” (SODRÉ, 1999, p. 275).

²⁷Infelizmente não foi possível ter acesso aos jornais *O Operário* e *Voz Feminina*, que, possivelmente, daria outra percepção sobre a sociedade Diamantinense. No entanto, nesta dissertação considera-se que os jornais selecionados foram suficientes para alcançar a identificação de como essa parte da elite construiu representações e divulgou elementos de modernidade para a sociedade nortista.

O Jequitinhonha durou entre os anos de 1904 a 1906. Adotando o mesmo nome do antigo periódico criado por Joaquim Felício dos Santos no século XIX, os redatores esclareceram que se tratava de um novo jornal, que mantinha, entretanto, assim como o periódico extinto, o mesmo compromisso com a luta pelas causas do município e da região. Esse ideal contribuiu para que os proprietários recorressem ao nome *O Jequitinhonha* (*O Jequitinhonha*, 24 de janeiro de 1904).

Um balanço dos números de *O Jequitinhonha* revela as colunas e temas mais corriqueiros presentes no jornal. Entre as colunas do semanário destacam-se a da “Câmara Municipal” e a “Respingando”, a primeira privilegiando os temas afeitos às questões municipais e a segunda dedicada às notícias diversas procedentes do mundo inteiro. Além delas, havia notícias sobre assuntos científicos, que abordavam desde informações sobre doenças, até aquelas relativas à física e outros campos de conhecimento. Colunas literárias, informações sobre a extração de metais preciosos, agricultura e criação de animais também compunham as páginas do jornal – todos esses temas revelam o perfil “enciclopédico”, reminiscente de uma cultura iluminista. Outra seção de destaque era aquela dedicada à divulgação de opinião dos leitores, frequentemente expressas através de cartas que vinham também de outras cidades próximas, como São João Evangelista, Uberaba, Guanhães, Salinas, entre outras.

Nos jornais *Cidade Diamantina* (que circulou entre os anos 1893 a 1895 e 1898 a 1903) e *A Idea Nova* (1905 a 1912), a família dos Mata Machado, por intermédio dos irmãos Álvaro e Pedro da Mata Machado, expuseram propostas sobre política e desenvolvimento regional. Adotando uma postura de caráter pedagógico e missionária, os irmãos Mata Machado objetivavam civilizar a população da cidade. Defendiam a instrução agrícola profissional; aclamavam pela renovação do trabalho exaltando suas propriedades morais, e a disciplina por ele propiciada; defendiam a obediência às leis, além dos melhoramentos técnicos na produção regional (MARTINS, 2008b). Sobre a postura que os Mata Machado adotaram nos periódicos sob sua direção (*A Idea Nova e Cidade Diamantina*), Marcos Lobato Martins acrescenta:

Da mesma forma que fizeram os Felício dos Santos no jornal *O Jequitinhonha*, os Mata Machado assumiram o papel de guias da opinião pública e de educadores das classes subalternas, tomando parte ativa no processo de difusão dos ideais de civilidade e urbanização (MARTINS, 2014, p. 256).

Segundo Martins (2014), os irmãos Mata Machado tiveram uma atuação política ampla. Além de intervir nas questões locais, por meio da atuação parlamentar, também defendiam os assuntos e reivindicações consideradas caras aos interesses dos grupos de elites regionais. Por exemplo, na administração de Pedro da Mata Machado, entre os anos de 1891-1892, Diamantina assistiu iniciativas vinculadas à modernização, como a reformulação do Mercado Municipal e a construção do Cemitério Público, conforme “o espírito da *Belle Époque*” (MARTINS, 2014, p. 254). Atuando fora do município, o Conselheiro João da Mata Machado, deputado estadual no final dos oitocentos, “obteve aprovação na Assembleia Provincial de Minas Gerais para a lei de construção da Estrada de Ferro Filadélfia (Teófilo Otoni) a Caravelas, de criação do município de Teófilo Otoni”, elevando a sua sede de arraial à categoria de cidade. Ele também apresentou projetos para a criação da Escola Normal de Diamantina e do Liceu de Artes e Ofícios do Serro. Como deputado federal, aprovou a lei que garantiria o privilégio de navegação dos Rios das Velhas e São Francisco (MARTINS, 2014, p. 255).

Todos esses exemplos demonstram a formação de uma liderança política, econômica e intelectual da região, que atuou tanto no norte de Minas, como fora dele. Suas ideias circularam principalmente nos dois periódicos mencionados, deixando uma marca no que se refere aos ideais e aos imaginários referentes à modernidade e a modernização da cidade.

No jornal *O Itambé*, publicado entre os anos 1902 e 1905, vê-se a presença de redatores que compartilhavam desses ideais divulgados pelo *A Idea Nova*. Isso se tornou perceptível quando identificou-se que alguns colaboradores desse último jornal também escreviam no *O Itambé*. Por exemplo, João Felício dos Santos e José Maria Santa Rosa são nomes que assinavam artigos nos dois periódicos.

Além dos jornais ligados a determinados grupos políticos, em Diamantina existiram dois jornais que eram órgãos oficiais do município. *O Município*, primeiro periódico da edilidade, durou apenas o início da República, de 1893 a 1903. O jornal trazia, em suas páginas, além de notícias do município e as atas das reuniões da Câmara Municipal, informações diversas que, dentre outros assuntos, noticiavam sobre questões relativas a outras cidades, por exemplo. O jornal também informava sobre mandamentos ligados a moral e bons costumes. Depois de dez anos circulando na cidade, o encerramento da publicação de *O Município*, estabelecido pelo artigo 8º da lei

municipal n.143 de 3 de outubro de 1903, foi anunciado em 20 de outubro de 1903, pelas páginas de *A Estrella Polar*.

Já o jornal *Diamantina* passou a circular em 1927, por meio do decreto da Câmara de 1926, que autorizava o agente executivo da cidade a estabelecer a publicação do “órgão oficial da Camara”, que passava a denominar-se “Diamantina” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 24 de junho de 1926). Em seus editoriais, os editores se comprometiam – como os dos demais periódicos já mencionados acima e alinhado à tradição da imprensa como “guia dos povos” -, a defender os interesses de Diamantina e região, concorrendo para o progresso da cidade, e a conservação da moral e progresso intelectual. Apesar de órgão oficial da edilidade, o impresso afirmava que defenderia a verdade e a justiça, e se incumbia da tarefa de fomentar a indústria, desenvolver o comércio e animar a lavoura por meio das alianças com a iniciativa particular. Essas propostas estão alinhadas à tradição da imprensa de se portar como “Guia dos povos”, conforme foi analisado no início deste capítulo.

Além dos jornais citados, ligados à edilidade ou a partidos ou grupos políticos, existiram na cidade dois periódicos de caráter religioso: *A Estrella Polar*, representando a Diocese de Diamantina, e o *Pão de Santo Antônio*, que, sob o comando de José Augusto Neves²⁸, representou a instituição de caridade de mesmo nome, defendendo os preceitos católicos.

O surgimento da imprensa católica em Diamantina está ligado à forte presença da Igreja nas questões políticas e sociais da cidade, que, a partir de 1853, abrigou o episcopado regional. A criação da Diocese de Diamantina, instalada em 1864, do Seminário, em 1867 e do jornal *A Estrella Polar*, em 1903, colaboram para a concepção de que se iniciou com essas instituições católicas um processo por parte da Igreja, que visava moralizar, regulamentar e enquadrar o catolicismo popular dentro das normas consideradas corretas pela hierarquia católica – o que contribui para uma intensificação da presença da Igreja na definição dos destinos políticos e sociais da sociedade diamantinense (GOODWIN JR., 2007, p. 49).

Antônio Carlos Fernandes, estudioso da presença da igreja católica em Diamantina, propõe que:

²⁸José Augusto Neves (1875-1955) foi professor, jornalista, funcionário dos Correios e fundador do abrigo Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio, em 1902. Ver a biografia sobre ele no texto de Jayme Neves (1986).

Foi notória a presença da Igreja na construção física da cidade. Prédios, lugares públicos e fábricas sofreram intensa influência moral religiosa. A cidade episcopal impôs um discurso moralizador a sua população. Estabelecimentos de Ensino, o Seminário Diocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores, juntamente com os jornais católicos, *O Católico*, *A Estrella Polar* e *O Pão de Santo Antônio* moldaram um discurso fundador de uma consciência moderna religiosa (FERNANDES, 2005, p. 89).

Segundo Marcos Lobato Martins, o clero da Diocese de Diamantina e os intelectuais ligados à Igreja esboçaram seu próprio projeto de desenvolvimento regional, combatendo o avanço dos ideais republicanos, do positivismo e da Maçonaria. O plano econômico era muito parecido com o projeto dos Mata Machado: “agrarista, benevolente, moderadamente reformador”. Ainda segundo o autor, esse projeto foi “divulgado nas paróquias, nas escolas, nas sociedades beneficentes, na imprensa, na direção da indústria têxtil norte mineira, notadamente em Diamantina” (MARTINS, 2014, p. 388).

O editorial publicado na primeira edição do *A Estrella Polar*, do dia 01 de janeiro de 1903, deixava claro que o periódico dedicava-se aos interesses religiosos e sociais do país e de toda diocese de Diamantina, afirmando ser seu compromisso lutar pelas causas da religião e da pátria brasileira em prol da civilização. Dizia ainda ser o jornal alheio à política, mas que não teria a mesma posição em relação “ao que puder interessar o espírito humano no campo científico, litterario, artístico e social”, contribuindo assim, “quando estiver ao seu alcance, para o bem da Nação a que têm a honra e o orgulho de pertencer seus escriptores”. Dessa maneira, buscava cumprir o papel da imprensa como contribuidora para a “diffusão das luzes e dilatação do império da virtude”. Afirmava que se mal utilizada, a imprensa poderia ocasionar ou reproduzir de inúmeros vícios e males. Defendia, por isso, a imprensa católica, que trabalhava em proveito da sociedade e em defesa da igreja. Propunha-se assim a:

[...] gyrar constantemente em torno do pólo do mundo moral, seguindo para esse effeito os altos ensinamentos do representante de Christo na terra, e paralellamente, as mais seguras doutrinas sociológicas, dissipando as sombras e os embustes do erro. Esclarecendo as consciencias e, quanto possível, reduzindo á verdade catholica aquelles a quem vãoos preconceitos conservam arredios d’esse foco de luz viva e intensa, quem nem com o passar dos tempos se há de extinguir, porque é eterno o seu principio, como eterno é o seu gerador [...] (*A Estrella Polar*, 01 de janeiro de 1903).

Dessa maneira, publicavam-se no jornal textos que tratavam da moral e dos bons costumes, combatendo o alcoolismo, o jogo e o espiritismo.

Entre o noticiário científico publicado pelo *A Estrella Polar*, constavam temas mais variados, desde descobertas no campo da bacteriologia a invenções brasileiras, passando por receitas médicas, que apareciam de forma bastante aleatória. A presença de temas ligados às questões científicas pode ser pensada como uma estratégia adotada pelos intelectuais católicos, que pretendiam fazer das páginas do jornal um veículo importante de informação. Nesse sentido, sob a tutela da igreja, os diamantinenses se informariam sobre os avanços da ciência, sem, no entanto, esbarrar em teorias que poderiam contradizer os preceitos católicos. Além disso, o jornal divulgava textos mostrando cientistas famosos rezando ou portando imagens de santos, comprovando que, ao contrário do que se pensava, a ciência não era inimiga da religião. Por exemplo, em fevereiro de 1912, *A Estrella Polar* publicou um texto descrevendo um pequeno episódio da vida de Pasteur, cientista francês e um dos percussores da microbiologia. Na história, o “ilustrado bemfeitor da humanidade” encontrava-se em sua casa rezando o “seu rosário”. Na mesma página, outro texto ilustrava Santos Dummond, aviador brasileiro, portando uma medalha de São Bento, recebida da Princesa Isabel, pouco antes de conquistar “os ares” (*A Estrella Polar*, 04 de fevereiro de 1912).

Essas são algumas das características da imprensa católica em Diamantina, que refletem um pouco sobre a atuação da imprensa católica no Brasil. Segundo Oscar de Figueiredo Lustosa, no livro *Bispos do Brasil e a Imprensa*, a partir de 1870, a proliferação de diferentes assuntos nos jornais católicos estava associada à “tomada de consciência da importância da imprensa em um meio social que se abre aos problemas [e] às novas conjunturas de transição diante dos quais a Igreja precisa tomar posições e agir” (LUSTOSA, 1983, p. 16). Nesse sentido, a igreja reconheceu e afirmou o papel da imprensa na vida social. Convém informar que, segundo o autor, vários bispos brasileiros abordaram o tema da imprensa em suas pastorais. Caso típico foi o de D. João Becker que, quando bispo de Florianópolis-SC (1908-1912), publicou sua “Quarta Carta Pastoral”²⁹, de 17 de fevereiro de 1912, tratando do “Clero e sua missão

²⁹Segundo Oscar de Figueiredo Lustosa (1983), as Cartas Pastorais eram “instruções mais elaboradas, dirigidas aos diocesanos – clérigos ou leigos – sobre assuntos de relevância na vida da Igreja regional, concernentes à fé ou aos costumes, e também sobre problemas concretos da comunidade”. As Cartas Pastorais sobre a imprensa católica estavam ligadas ou “à criação e circulação de um jornal católico na diocese, ou à instalação de uma filial da Boa Imprensa (a Liga ou Associação), ou ainda à fixação do

moderna”, reservando três capítulos ao assunto: A má imprensa; A boa imprensa; O Clero e a imprensa”. Lustosa ressalta que algo parecido será encontrado numa pastoral de D. Joaquim Silvério de Souza, arcebispo de Diamantina (1905-1933) (LUSTOSA, 1983, p. 5).

Os jornais católicos publicados em Diamantina durante o período analisado eram informativos e preocupados em falar sobre o papel da imprensa na sociedade. Pode-se dizer que esses impressos encontravam-se na segunda e terceira fases da linha do tempo proposta por Lustosa ao falar da história da imprensa católica no Brasil.³⁰ Na “fase da consolidação” (1870- 1900) e da “organização e articulação” (1900-1945), momentos em que aparecem pequenos periódicos católicos em várias localidades do país e que há preocupação em disseminar a “boa imprensa”, o clero de Diamantina procurava fazer do *A Estrella Polar* um órgão informativo, de alcance amplo, que pregava valores católicos. É possível perceber isso nos editoriais, nos artigos de divulgação científica mencionados e em outros textos que falavam sobre os mais diversos assuntos. Em 1912, por exemplo, o jornal lançou uma coluna sob o nome de “Notas Agrícolas”, informando sobre plantio de espécies, manejo da terra e instruções para combater diferentes pragas da lavoura. Neste caso, a igreja tratava de questões que interessavam a um público ligado ao trabalho agrícola, do homem do campo, divulgando informações úteis e aproveitando para falar de temas mais amplos, que atingissem um público que ia além daquele interessado nos assuntos religiosos. Outro exemplo são as colunas “Ordem e Progresso”, que discutiam questões ligadas à doutrina positivista, apresentando seus principais pensadores, conceitos etc. O tom era de crítica, colocando em evidência a oposição entre o positivismo e a doutrina católica.³¹ Também existiu no jornal uma

Dia da Boa Imprensa com a conseqüente coleta de recursos financeiros para o periódico diocesano” (LUSTOSA, 1983, p. 22-23).

³⁰Lustosa dividiu a história da imprensa católica no Brasil em quatro fases: início, a partir da chegada da família real ao Brasil, em 1808, quando as publicações foram autorizadas, surgindo os principais jornais do país. Os jornais católicos desse período se caracterizam pelo seu estilo e seu conteúdo, mais se parecendo com um prolongamento do catecismo, voltado, principalmente para as questões do culto, da piedade e da doutrina. A “fase de consolidação” (1870-1900), momento em que “ocorre uma espécie de explosão de pequenos periódicos nas comunidades eclesiais de todo o país”, tornando a imprensa católica mais ampla e informativa. A “fase da organização e articulação” (1900-1945) em que houve a preocupação com a coordenação e a articulação das questões relativas ao jornalismo católico, que culminou na criação do Centro e da Liga da Boa Imprensa, responsáveis por auxiliar jornais e revistas que quisessem aceitar o seu programa de ação, difundir a boa imprensa e a sã literatura, favorecer a manutenção dos jornais e revistas pertencentes à coligação, etc. Por último, se observa a ampliação dos meios de comunicação social e a utilização de inovações tecnológicas (LUSTOSA, 1983, p. 13-15).

³¹Aqui, não se aprofundou na análise sobre a posição da igreja frente ao que era posto pelo positivismo, entretanto, é importante dizer que em uma série de artigos publicados pelo jornal em 1908, criticava-se

coluna denominada “Visita Pastoral”, na qual se relatavam as idas do clero às freguesias e cidades da região. Nesses relatos, identificam-se impressões sobre a região, a natureza e as populações.

Já o jornal *Pão de Santo Antônio*, fundado por José Augusto Neves, em 1906, apesar de aparecer como um boletim mensal da instituição asilar fundada por ele (Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio), era bem diversificado, não se limitando aos assuntos de sua instituição. Em suas páginas, o desenvolvimento local era uma constante preocupação, tendo o periódico se engajado na cobrança da construção da via férrea desde o ano de sua fundação sob a justificativa de que a estrada traria progresso e desenvolvimento para a cidade e região. Ao lado de alguns ideais progressistas, como a defesa do desenvolvimento representado pelo trem a vapor, o jornal defendia valores conservadores, reprovando o divórcio e condenando os hábitos e vestimentas femininos considerados inapropriados, defendendo os bons costumes cristãos (GOODWIN Jr., 2007).

Para James William Goodwin Jr., o jornal pretendia ser um instrumento por meio do qual José Augusto Neves e seus colaboradores interviriam na vida da população de Diamantina, procurando educá-la para viver numa cidade que queria se modernizar. Uma modernidade que, no entanto, deveria manter vínculos com uma dada moralidade, religiosidade e hierarquia (GOODWIN JR., 2007, p. 108-109).

Sobre a atuação de José Augusto Neves em Diamantina, Marcos Lobato Martins destaca que Neves expôs os fundamentos econômicos do projeto católico também no livro *Chorographia do Município de Diamantina*. A obra foi impressa no Rio de Janeiro em 1899, sendo amplamente utilizada nas escolas de Diamantina. Nesse livro, José Augusto Neves defendeu a agricultura como principal setor de atividade que promoveria o desenvolvimento do norte de Minas. Lamentava, no entanto, que o trabalho agrícola em Diamantina restringia-se ao abastecimento local. Quanto à pecuária, José Neves criticava a pouca atenção dispensada ao melhoramento das raças de bovinos, o que poderia contribuir para o crescimento e melhoramento da atividade. Esses problemas deveriam ser eliminados para que a agropecuária se modernizasse,

Augusto Comte (1798-1857), filósofo francês fundador do positivismo. Sem negar a importância de sua doutrina, questionava-se a forma como se colocavam as ideias, negando ou ignorando os fundamentos do cristianismo (Ordem e progresso, *A Idea Nova*, 31 de julho de/1908; 10 de agosto de1908; 30 de setembro de 1908; 20 de outubro de1908; 31 de outubro de1908; 10 de novembro de1908, entre outros).

cumprindo o seu dever de promover o desenvolvimento econômico da região (MARTINS, 2014, p. 389).

Entre aspectos comuns é possível apontar que os jornais até aqui mencionados adotaram um discurso que enfatizava a sua perspectiva regional. As elites diamantinenses sempre se mostraram preocupadas em inserir o norte de Minas Gerais nos projetos do Estado e do Governo Federal. Elas viviam em constante expectativa por medidas que contribuíssem para associar a cidade e a região aos grandes centros do país. Consciente do papel desempenhado e reivindicado perante à sociedade local, a imprensa em Diamantina se colocou como uma instituição missionária para reivindicar, transformar, impulsionar e inserir elementos de progresso e civilização na sociedade nortista. Para os jornais, Diamantina – tida então como cidade mais importante do norte de Minas – deveria ser uma referência para outros centros urbanos que também precisavam/desejavam se modernizar. Ao exigirem maior atenção e mais benefícios para a região, procuraram fazer de Diamantina uma cidade catalisadora desses investimentos, procurando cada vez mais afirmar sua importância regional, reivindicando, dessa maneira, sua posição de “capital” do norte de Minas.

O conjunto de informações, opiniões e crenças referentes àquela realidade, permeado por outros tantos conjuntos de representações sobre o mundo, sobre a sociedade e sobre si próprio, orientou as ações das elites diamantinenses, refletindo nos discursos dos jornais.³² Questões de natureza moral e os bons costumes, passando pelas queixas e reclamações sobre os problemas de infraestrutura urbana até às denúncias relativas ao abandono e carência em que se encontrava a região foram objetos da imprensa. Um dos maiores desejos das elites diamantinenses era fazer com que a cidade tivesse o perfil moderno das metrópoles do país e de outros lugares do mundo. Dessa maneira, as referências representadas pelos jornais para a conformação do imaginário de cidade ideal foram, principalmente, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

1.2.1 Exemplos de cidades consideradas modernas: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo

“Vertigem e aceleração do tempo”. “Marasmo”. Margarida de Souza Neves (2014) utilizou essas palavras para caracterizar o Brasil do período republicano.

³²Para o conceito de representação aqui utilizado, ver o texto de Helenice Rodrigues da Silva (2000).

Segundo a autora, eram dois cenários que marcavam a realidade do país. O primeiro das grandes cidades e o segundo do interior, das fazendas, dos sertões. Esses dois cenários distintos estavam interligados pelo novo momento político recém-inaugurado no país, que tinha sido, ao menos teoricamente, implantado para todos. Mas o que mudou de fato nessas duas paisagens? O que diferenciava o interior das grandes cidades do litoral?

Se para uma parte da população urbana, especialmente aquela mais pobre e segregada, essa modernização não significou uma melhoria efetiva ou o acesso à cidadania, situação semelhante pode ser observada nas regiões interioranas do país. Nos sertões grassavam o atraso e o conservadorismo. Portanto, a inauguração da República não significou transformações radicais na vida de toda população, uma vez que continuaram a existir aqueles que permaneceram excluídos da participação política.

Quanto às transformações físicas, sociais, econômicas e culturais, que ocorreram nas grandes cidades e que também marcaram esse momento da história do país, a situação é um pouco diferente. Homens e mulheres que viviam ou circulavam pelas ruas das grandes cidades do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, verificaram um crescimento demográfico jamais visto, com grande fluxo de imigrantes europeus, assistindo a mudanças no aspecto físico de suas cidades, que ganharam novas construções, novos meios de transporte, iluminação elétrica. Já nas áreas interioranas, essas mudanças transcorriam lentamente... muitas vezes sem a mesma amplitude e velocidade dos grandes centros, ocorrendo de forma fragmentada.

Na virada do século XIX para o século XX, a população de Diamantina, no norte de Minas Gerais, assistiu a algumas transformações nas suas relações sociais, no espaço físico em que vivia e na sua produção econômica. O aparecimento da indústria têxtil, do trabalhador livre, do telégrafo, dos correios, da iluminação elétrica, da estrada de ferro, de teatros, de jornais, do telefone, etc. fez com que os diamantinenses vivenciassem novas experiências e sentimentos nas ruas e dentro de casa. Mas o que dizer da modernidade vivenciada por Diamantina frente aos avanços tecnológicos e as transformações urbanas pelas quais passavam, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo? Se o projeto civilizatório, compartilhado e assumido pela imprensa belo-horizontina, impunha às elites urbanas de Belo Horizonte que se livrassem de “suas ‘caipirices’, substituindo-as pelas novidades provenientes do Rio e de São Paulo” (JULIÃO, 1992, p. 88), o que a elite diamantinense dizia sobre Diamantina nos jornais, onde, segundo ela mesma, havia animais, falta de higiene e “estrumeira” marcando a

paisagem das ruas, do mercado e das casas da cidade? A modernização em Belo Horizonte, conforme mostra Letícia Julião (1992), estava restrita a certos lugares e a certos grupos sociais. E em Diamantina? Quais as contradições da modernidade? Quais os elementos eram considerados pelos homens dos jornais essenciais para que Diamantina se transformasse em uma cidade moderna e quais eram suas referências?

Por ora, este capítulo ateu-se em responder apenas à última pergunta. Sabe-se que São Paulo e Rio de Janeiro eram, sem dúvida, as principais referências brasileiras de cidade moderna que as elites de várias partes do país tiveram. Não se objetivou dizer com isso que os homens e mulheres desses locais apenas buscaram imitar o que era feito nas grandes cidades. Ao contrário. O que se sugere é que é a partir do conjunto de referências que cada sujeito traz consigo, que uma coletividade constrói e designa seus próprios sonhos, desejos e objetivos e, conseqüentemente, elabora estratégias para alcançá-los. Dessa maneira, as referências dessas elites estavam nas grandes cidades do Brasil e do mundo, como as cidade da França e dos Estados Unidos. E mesmo que procurando imitar o que acontecia nesses centros urbanos, essa transposição foi sempre relida, reelaborada.

O texto mais emblemático sobre os ideais de modernidade que circulou na cidade durante o período aqui examinado intitula-se *A Metrópole do Norte*, tendo sido publicado pelo *A Idea Nova*, em 1909. No texto, o autor imagina Diamantina em 1940, trinta anos após a construção do ramal da estrada de Ferro Central do Brasil.³³ A narrativa descreve a chegada de um diamantinense, acompanhado por um amigo proveniente do Rio de Janeiro à Diamantina. A cidade contava então mais de setenta mil habitantes e, de tão movimentada, chegou a ser comparada pelo amigo carioca com a própria cidade do Rio de Janeiro.

Ao longo do texto é possível perceber vários aspectos que, naquele momento, eram identificados como símbolos de uma cidade moderna. Valendo-se de um bonde elétrico, os amigos passearam pela cidade iluminada, tomada por edifícios *sumptuosos*, belos jardins, um teatro, vários cafés, etc. O carioca Corrêa Neto mostrava-se tão deslumbrado com o que via que cogitava mesmo mudar-se para Diamantina. O nortista respondia aprovando o desejo do amigo, mencionando ainda outros melhoramentos implementados pela Câmara Municipal:

³³Era previsto que o trem chegasse a Diamantina ainda em 1910. No entanto, o ramal foi inaugurado somente em 1914.

E faz bem. Isto aqui tende a melhorar sempre. Cada dia nota-se um novo progresso. A Câmara Municipal, com a renda annual de oitocentos contos, já saneou a cidade, canalizando a água, executando a rede de exgotos, calçando todas as ruas, desde o Lava-pés até o Paula Vieira e o antigo Arranca-rabo que é hoje um bairro populoso (A Metrópole do Norte, *A Idea Nova*, 08 de agosto de 1909).³⁴

Destaque também era dado às diversas colônias de imigrantes encontradas na cidade, sinalizando para a percepção tão comum naquele período da degenerescência da “raça brasileira”. Vale lembrar que, até por volta de 1915, para uma corrente dos intelectuais preocupados com o país o que travava a modernização do Brasil era a suposta incapacidade racial do brasileiro. A vinda de imigrantes europeus representava o mais importante trunfo das elites que desejavam a suposta “salvação nacional”. Portanto, o que o texto deixava entender era que a presença de imigrantes europeus na cidade dava a ela uma imagem de menos atrasada, aproximando-a das experiências e acontecimentos que ocorriam em São Paulo, por exemplo.

Sobre outros elementos de modernidade que poderiam ser encontrados na cidade, o diamantinense enumerava:

[...] cerca de trinta hotéis importantes, entre brasileiros e estrangeiros; casas de pasto; pensões; muitos clubs; importantes casas comerciais; numerosas industrias; um hyppodromo; quatro velódromos; associações atléticas; seis theatros; dez cafés de primeira ordem nas ruas centraes; viação urbana perfeitamente regularisada; bons colégios; gymnasio; seminário episcopal (A Metrópole do Norte, *A Idea Nova*, 08 de agosto de 1909).

O carioca pergunta quantos mercados e o diamantinense responde: “um mercado central; dois de fructas; dois de flores; três de hortaliças; um só de peixe fresco...”. Ao sentarem-se em um Café, encontram outros dois conterrâneos já idosos, João Edmundo e João Felício (redatores do *A Idea Nova* em 1909) que reforçam a ideia das transformações de que a cidade havia sido palco. Eles destacavam ainda mudanças de hábitos, como a inauguração do cassino, então um ícone da sociabilidade dos grandes centros urbanos, que levava a população a deixar velhos costumes, como o tradicional jogo de truque. Portanto, novos hábitos deveriam ser incorporados ao cotidiano da população para que ela mesma se acomodasse na nova cidade, bem mais moderna.

³⁴ O jornal aproveitava a situação para alfinetar a administração anterior, de Olympio Oliveira Mourão, que, segundo os redatores, não havia realizado obras de saneamento na cidade. Essa discussão será retomada no capítulo 2.

Depois de se despedirem de João Edmundo e João Felício, os amigos se dirigem ao hotel, onde se viram enredados pelo burburinho característico de uma cidade moderna, que misturava sons de automóveis e de ambulantes. No final do texto, já em repouso, o carioca diz ao diamantinense: “pois meu velho [...] a Diamantina é na verdade a Metrópole do Norte”, ao que seu colega retruca: “Perfeitamente. Mas moralmente a cidade nada progrediu, talvez até tenha decaído. Foram-se os antigos costumes simples”. Nesse momento, o diálogo deixa perceber também o paradoxo associado pela ideia do progresso: afinal, as novidades instauradas pelos novos tempos muitas vezes exigiam o sacrifício de velhos hábitos, como na passagem em que Corrêa Netto dizia: “infelizmente é a lei natural: uma sociedade, quanto mais cosmopolita, mais refinada em vícios” (A Metrópole do Norte, *A Idea Nova*, 08 de agosto de 1909).

Os dilemas do progresso também foram apontados em diversas páginas da imprensa. A chegada do ramal da estrada de ferro motivou um amplo debate sobre os benefícios e os problemas que representava. Entre os problemas, citavam o aumento populacional, a mudança da paisagem e as possíveis epidemias, que poderiam chegar à Diamantina com uma celeridade então desconhecida. Para diminuir esses impactos, eram apresentadas novas propostas para que a cidade pudesse fazer frente a essas mudanças: melhorar o estado sanitário da cidade, torná-la mais bela e iluminá-la com luz elétrica.

Ao analisar o texto “A Metrópole do Norte”, do jornal *A Idea Nova*, identificou-se o desejo dos redatores, também compartilhado por colaboradores de outros jornais, de ver Diamantina transformada em uma cidade moderna. A aproximação da cidade com o litoral, por meio da estrada de ferro, era o sonho que rendeu muitas páginas nos jornais da cidade. Afinal, o trem era o símbolo maior da modernidade no período: símbolo do avanço tecnológico e da velocidade conquistada pela sociedade burguesa.

Na história, o carioca, que estava visitando Diamantina dos imaginados anos 1940, se surpreendeu com o tamanho da cidade, com o seu desenvolvimento e com sua infraestrutura urbana. Chegou até a comparar a cidade nortista com a capital federal e dizer que alimentava o imenso desejo de morar na cidade que acabara de conhecer. A “nova” Diamantina tinha bondes, iluminação elétrica, edifícios sumtuosos, infraestrutura sanitária... Coisas que já existiam em outras cidades, mas que a Diamantina de 1909 ainda sonhava e lutava por conquistar.

O Rio de Janeiro do começo do século XX era outra cidade, muito diferente da do período colonial e imperial. Não faltaram esforços das elites cariocas para transformar a capital federal, ou parte dela, em um exemplo de cidade da *belle époque* latino-americana. As reformas urbanas assumiram grande importância no projeto político dessas elites. Por isso, era de suma importância que as obras implementadas aparecessem de forma abundante e frequente nas colunas dos jornais, o que de fato acontecia.³⁵ Essas notícias, por sua vez, circulavam entre os jornais de várias cidades do país.

Em Diamantina, o jornal *O Jequitinhonha*, em 22 de maio de 1904, trouxe informações sobre as reformas realizadas no Rio de Janeiro. A carta do Desembargador Carlos Honório Benedicto Ottoni, que, por intermédio de um amigo dos redatores, foi endereçada ao jornal, dava notícias sobre a reforma na capital federal. Segundo o remetente, a cidade estava aos escombros: por toda parte havia picareta; azáfama de demolição, remoção de entulhos etc. No entanto, apesar da paisagem tumultuada, o Desembargador afirmava, com muita felicidade, os frutos a serem colhidos pela cidade e seus moradores:

Dentre poucos annos, o Rio de Janeiro estará transformado em uma cidade confortável, sadia, com ricos palacetes, formosos jardins, lindos cães, uma grande atracção para nacionaes e estrangeiros. Até aqui tínhamos lindas paisagens, o sumptuoso Corcovado, as alpestres vivendas de Santa Thereza, a formosa Tijuca, a vista do mar alto de Copacabana; na Bahia a feiticeira ilha de Paquetá, mas no centro as viellas estreitas, o pardieiro ao lado da casa de conforto, péssimos canaes de exgoto, um exame de mosquitos, viveiros de ratos. Hoje de tudo está curando: - as viellas se alargão, os pardieiros são postos abaixo, os canaes refeitos, dá-se caça de morte aos mosquitos – os vetores de febre amarella, faz-se grande mortandade nos ratos – os transmissores da peste bubônica; o conducto da vasa vae ser posto no mar alto, arejada a cidade com os ventos da barra. A transformação vae ser completa, e toda ella se deve a dois homens: - Rodrigues Alves, o prefeito Passos, e os espíritos verdadeiramente progressistas e patriotas, cujos nomes são constantemente conhecidos em nosso Estado (*O Jequitinhonha*, 22 de maio de 1904).

A fala do Desembargador apontava para o fato de que, até aquele momento, o que se destacava na paisagem carioca, caracterizada como suja e feia, eram os

³⁵Na análise da atuação dos engenheiros no Rio de Janeiro no início do século XX, Simone Kropf (1996) destaca que as notícias sobre as reformas na capital veiculadas nos jornais legitimavam as ações dos engenheiros, fazendo com que suas ideias fossem levadas a toda a população. Os engenheiros enalteciam a atuação da imprensa, tida por eles como um órgão patriótico de reconhecida confiança da sociedade (KROPF, 1996, p. 132).

elementos naturais, o selvagem. O que iria ganhar destaque com a capacidade retificadora do homem, sua intervenção sobre o espaço degradado, é a parte edificada, transformada, civilizada. Na paisagem da cidade moderna ideal não eram os elementos da natureza que deveriam prevalecer aos olhos de quem observava, mas o desenvolvimento material. Mais ainda, deveria prevalecer o domínio do homem sobre a natureza. Também era consenso entre as elites que os problemas relativos ao saneamento básico na cidade travavam o progresso nacional. No imaginário social do período a equação ideal era: cidade moderna = cidade limpa. Dessa maneira, no Rio de Janeiro antes da reforma a imagem que sobressaía era da completa falta de higiene, da enfermidade que tanto atravancava o desenvolvimento econômico e a apropriação burguesa do espaço. Com a reforma, tudo estava curado: deu-se caça de morte aos mosquitos e aos ratos, ambos transmissores de doenças conhecidas e temidas, as ruas estavam arejadas, o esgoto em alto mar e... Tudo feito pelos dois homens considerados mais progressistas e patrióticos do período, o presidente Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos.

A aposta no futuro é uma dentre as várias questões que permeia a modernidade. Homens e mulheres, ao experimentarem a modernidade, passaram a também planejar o seu futuro. A busca pelo que a sociedade burguesa considerava que poderia ser melhor determinou que fossem realizados investimentos em melhorias técnicas, reformas, etc. Em Diamantina, as elites locais, que experimentavam uma modernização à distância, mas que compartilhavam do “espírito moderno” desejavam, assim como o Desembargador, que a cidade enveredasse pelos mesmos caminhos do progresso. No entanto, ao contrário do que faz parecer a fala do Desembargador, não era só a estrada de ferro que a maioria dos diamantinenses desejavam. Boa parte da elite queria que o aspecto físico da cidade também mudasse, assim como ocorrido no Rio de Janeiro.

Em 1905, novamente a coluna “Carta do Rio”, do jornal *O Jequitinhonha*, trazia mais notícias sobre as reformas realizadas por Pereira Passos. O prefeito, nas palavras do autor, parecia “um personagem de lenda, com uma vara mágica a realizar phantasias” (*O Jequitinhonha*, 24 de setembro de 1905): fantasias, sonhos e desejos de uma elite que queria se firmar na modernidade e mostrar para o mundo sua belíssima capital.

Mais uma vez os símbolos da cidade ideal foram mencionados. A capital viu da paisagem “colonial triste” e “dos escombros surgir por encantamento uma cidade dos

sonhos”. Além dos bondes, praças ornamentadas, grandes avenidas faziam surgir em meio à nova paisagem uma nova forma de sociabilizar. O jornal destacou as ruas cheias, pessoas circulando freneticamente, afirmando ter sido no aspecto social que o grande prefeito havia mesmo se destacado; fez de uma cidade triste uma cidade alegre, promovendo eventos e diversão para a população. Eventos estes considerados “do bom gosto, da beleza e do luxo”. Afinal, a modernidade também era movimento e burburinho.

Além do Rio de Janeiro, Belo Horizonte também aparecia nos jornais como símbolo de cidade moderna e foi utilizada como exemplo pelas elites locais, que cobravam mudanças reais. Levando em consideração as modernas infraestruturas da capital mineira, em 1904, *O Jequitinhonha* chegou, inclusive, a publicar um texto defendendo a mudança da capital federal para aquela cidade. O texto era de Candido Eloy, natural de Ouro Preto, comentando sobre as colunas publicadas por Mario de Lima em *A Gazeta*, Rio de Janeiro. Na ocasião, Candido Eloy parabenizou o escritor e o jornal por serem os primeiros a tratarem “de tão importante assumpto para o Estado e para a Republica”. Candido comentou que Minas Gerais estava conseguindo, pela política “essencialmente republicana, proteccionista e economica do atual governo”, se destacar entre os demais estados da União. Acrescentou, em sua fala, que Belo Horizonte, centro de Minas, era uma cidade moderna, “contruida segundo mandam a sciencia, as artes, a hygiene e a esthetica, com todas as condições para vir a ser a primeira cidade do Brasil e portanto muito digna, muito propria e muito apta para a Capital da Republica” (*O Jequitinhonha*, 30 de junho de 1904).³⁶

Mais do que resolver os problemas de higiene e os problemas de ordem material, o que de fato preocupava os jornais era a aparência da cidade. As suas ruas, construídas sem planejamento, de forma aleatória e moldadas às condições do meio, e suas casas, construções antigas, sem higiene adequada, constituíam um dos grandes impasses para a conquista da civilização. O mesmo pode ser dito sobre os serviços urbanos e os costumes da população, que eram constantemente criticados pela imprensa.

A limpeza pública de Diamantina, problema que tomou as páginas dos jornais da cidade por décadas, era constantemente criticada pelo jornal *Diamantina*, órgão oficial do município, que repudiava o hábito de jogar lixo nas ruas. Um artigo, de 1927, citava

³⁶No dia vinte e sete de dezembro de 1903, antes mesmo da publicação do *O Jequitinhonha*, *O Itambé* destacou a possível mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Belo Horizonte (*O Itambé*, 27 de dezembro de 1903).

outro texto publicado no *Diário de Minas* sob o título de “A Lama, a poeira e os micróbios”, de autoria de um escritor mineiro que assinava sob o pseudônimo Fábio Lourival. No artigo, Lourival afirmava que em muitos lugares a sujeira das ruas não é culpa da municipalidade, mas da população que atira lixos nas ruas “transformando-as em seminários imensos de micróbios”. O redator diamantinense assegurava que as palavras de Lourival podiam tranquilamente traduzir a realidade de Diamantina, onde “pensa muita gente que é lícito e natural atirar-se à via publica o lixo das casas, das hortas e quintaes”. Para persuadir a população a mudar seus hábitos e eximir a administração local dos problemas da sujeira nas ruas, o jornal destacou que “no Rio de Janeiro, em B. Horizonte e nas mais adiantadas cidades do paiz, o povo se esmera em trazer asseada as frentes de suas casas” e aclamava: “precisamos seguir esse exemplo em Diamantina. Se ruas sujas nem sempre demonstram descuido das municipalidades, provam sempre contra os hábitos de asseio e hygiene do povo” (*Diamantina*, 27 de agosto de 1927). Então, além de uma reforma física, os “homens de imprensa” defendiam uma reforma moral. Era preciso agir na cidade e também sobre sua população.

Além do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, uma das grandes cidades brasileiras que impressionava os redatores do *A Idea Nova* era São Paulo. Constantemente o jornal destacava o exemplo paulista, que, segundo eles, promoveu os elementos considerados essenciais: a higiene, a educação e a imigração.

Na coluna “Cartas Paulistanas”, o correspondente, Otavio Mouret, residente em São Paulo, reafirmava essas impressões ao dizer várias vezes que a capital paulista era um exemplo de cidade moderna para o Brasil, destacando que, desde a proclamação da República, São Paulo tornou-se uma cidade de progresso rápido, tendo passado por vários melhoramentos iniciados na gestão do Conselheiro Antonio Prado. Sem violência ou desapropriação, como no caso carioca, Prado havia transformado a cidade em uma grande metrópole: “numa cidade bella, confortavel, verdadeiramente europeia” (*A Idea Nova*, 02 de setembro de 1906).

Interessante que o autor compara os feitos do prefeito paulista com os do Barão de Haussmann na França e ainda afirma que o prefeito de S. Paulo superou o Barão, pois fez milagres na cidade, contando com receita enxuta e não tendo contraído nenhum empréstimo. Segundo o jornal, até aquela data, Paris sofria com os empréstimos, que sobrecarregavam as suas finanças. Em São Paulo, ao contrário do que ocorreu em Paris

e no Rio de Janeiro, o prefeito, contando com todo o apoio da população e da imprensa, ia aos poucos transformando a cidade (*A Idea Nova*, 02 de setembro de 1906).

Em outro momento, na coluna “Urbe et Orbe”, o jornal *A Idea Nova* (17 de fevereiro de 1907) deu continuidade aos elogios a São Paulo. O colunista defendia o estímulo à imigração italiana para o norte de Minas como única opção para garantir a prosperidade da região. Tomando como exemplo os investimentos realizados pelo estado paulista, destacava que São Paulo “é a primeira cidade do Brasil em população, industria, commercio, hygiene, calçamento, viação, iluminação, água, esgotos, etc. [...] em nenhuma outra parte do país a instrução pública está tão generalizada e tão bem organizada [...]”.³⁷ Todo o progresso alcançado pela cidade ocorreu, segundo o jornal, devido à riqueza e prosperidade do elemento estrangeiro, que aos poucos ia substituindo os antigos costumes populares brasileiros. Sobre isso, afirmou ainda que era um movimento natural: “A medida que a civilização, o movimento, a vida, invadem uma cidade, as relíquias do seu passado, as crenças, as tradições e festas populares vão abandonando naturalmente o núcleo do progresso” até desaparecem dos poucos refúgios ainda existentes.

Retoma-se aqui o dilema do progresso: para se transformar na cidade ideal era inevitável que a sociedade local perdesse suas tradições. Mas quem iria preferir viver como antigamente, longe de todos os benefícios que o progresso traria? Foi essa a pergunta feita ao final do texto publicado em “Urbe et Orbe”. O redator imaginou Diamantina sendo invadida pelo progresso, com todos os elementos existentes nas grandes cidades: bondes, teatros, clubes, centros sociais, o meio intelectual, a imprensa desenvolvida, as avenidas arborizadas, percorridas por “elegantes e rápidos automóveis, carros, victorias, [...] uma população de cem mil almas; a comunicação diária com o Rio, pelo trem de Ferro; enfim, o conforto físico e moral, que é a verdadeira e única razão de viver”. Realizado esse “sonho”, segundo o colunista, não haveria nenhum diamantinense que iria preferir a Diamantina atual, “sem industria, sem commercio, sem vida, velha e triste decadência da florescente Tejuco”(Urbe et Orbe, *A Idea Nova*, 17 de fevereiro de 1907).

Em meados da década de 1910, segundo texto publicado pelo *A Estrella Polar* (03 de maio de 1914), a cidade nortista possuía 2.000 casas com cerca de 12.000

³⁷ Essa comparação com São Paulo está em sintonia com o “discurso do atraso” mineiro, que tinha a capital paulista como parâmetro. Ver o estudo de Otávio Dulci (1999).

habitantes; 10 praças, 36 ruas. Possuía ainda colégios de instrução secundária, três bibliotecas, “diversas sociedades beneficentes”. Naquela época, publicavam-se cinco periódicos, que mantinham a tradição da imprensa na cidade. Quanto aos problemas de Diamantina, afirma o redator que o comércio e a indústria tinham “pouco progredido”. Sobre a aparência, todos os edifícios, com poucas exceções, eram do estilo colonial. Na opinião do jornal, eram construções “pesadas e sem gosto”. O texto atentava ainda para a infraestrutura sanitária, que era a mesma “do tempo do Tejuco”, sem que tivesse “sofrido o melhor melhoramento”. A distribuição de água não obedecia às normas de higiene da época, desenvolvendo “febres tifoideas com carácter epidêmico”.

Para os jornais, a aparência da cidade, que não teria passado por nenhum processo de “embellezamento”, e a infraestrutura sanitária condenavam Diamantina ao atraso. No entanto, apesar de fazer críticas à presença de construções do período colonial, existia a ideia de que, no caso de Diamantina, havia um passado visto como áureo. Sobre a cidade se havia construído uma memória de fausto e de desenvolvimento que se queria recuperar. Dessa maneira, os projetos de modernidade, expressos pelos jornais e pelas elites diamantinenses, revelaram expectativas informadas pelo passado, especialmente o colonial, período em que Diamantina tinha importância no cenário da capitania e no império português. Buscava-se, portanto, resgatar a opulência e o prestígio do antigo Arraial do Tejuco.

1.2.2 A busca pelo prestígio do antigo Arraial do Tejuco

Segundo Junia Ferreira Furtado (2007; 2008), a descoberta oficial de diamantes no nordeste de Minas Gerais data do segundo quartel do século XVIII. Em 1734, estabeleceu-se na Comarca do Serro Frio a Demarcação Diamantina, também chamada de “Distrito Diamantino”, cujos limites eram constantemente revistos, conforme ocorriam novos achados de diamantes, cada vez mais ao norte da Capitania. Nesse contexto, dois núcleos urbanos destacavam-se na região: Vila do Príncipe, cabeça de comarca, e Arraial do Tejuco (atuais Serro e Diamantina, respectivamente).

Exploraram-se tantos diamantes nessa região que a América Portuguesa tornou-se grande exportadora de pedras preciosas a partir daqueles anos. A Coroa procurou monopolizar a exploração das minas no distrito, dificultando o contrabando. Em consequência disso, durante todo o século XVIII, o Tejuco ficou reduzido à situação

jurídica de arraial, com o objetivo de que não se instalasse uma Câmara Municipal na localidade. Apesar disso, era um núcleo urbano grande para os padrões da época, sendo maior, inclusive, que a Vila do Príncipe. Localizado mais perto dos rios, o Tejuco era mais populoso e, por isso, os homens de negócios e mineradores se estabeleceram por lá (FURTADO, 2007).

No terceiro quartel do século XVIII, havia “quase quinhentas e dez casas no arraial, dispostas em dezenove ruas e sete becos, com o total de oitocentos e oitenta e quatro moradores livres” (FURTADO, 2007, p. 317). Além disso, a elite do Tejuco era ilustrada, refletindo no seu grau de instrução, considerado elevado para época. De acordo com Júnia Furtado, era comum a presença de tejuicanos em universidades do exterior, sendo maioria entre os brasileiros matriculados nessas instituições (FURTADO, 2007, p. 318-319).

Após a independência, em 1831, Arraial do Tejuco tornou-se vila e, em 1838, cidade Diamantina, recebendo, por essa época, estrangeiros que visitaram boa parte do Brasil em decorrência da abertura dos portos às nações amigas, em 1808.³⁸ Esses viajantes relataram sobre as construções e vivências da cidade, ajudando a construir uma imagem próspera de Diamantina. O naturalista Auguste Provençal de Saint-Hilaire (1779-1853), por exemplo, demonstrou-se impressionado com a cultura dos moradores: “homens de costumes delicados, cheios de afabilidade e hospitaleiros”. Acrescentou ainda que “nas primeiras classes da sociedade”, essas qualidades “são ainda acrescidas por uma polidez sem afetação e pelas qualidades de sociabilidade. Encontrei nesta localidade, mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo enorme de se instruir” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 33). O naturalista francês comentou ainda sobre a beleza da cidade, com jardins “geralmente melhor cuidados do que os que havia visto em outros lugares”, mesmo que dispostos “sem ordem e sem simetria”. Para o viajante, as ruas coloniais conferiam charme à cidade: “perspectivas

³⁸Essa medida, decretada por D. João logo após a chegada da família Real ao Brasil, pôs fim ao exclusivismo português e deu início ao ciclo das expedições científicas do século XIX. Muitas academias de ciência e governos europeus financiaram a vinda de naturalistas para o Brasil. O governo português incentivou essas viagens científicas para conhecer mais sobre o seu próprio território. Para as viagens de naturalistas no Brasil, conferir os estudos de C. de Mello Leitão (1941), Flora Sussekind (1990, p. 104-156) e Ana Maria de Moraes Belluzzo (2000).

muito agradáveis dessa mistura de casas e jardins dispostos irregularmente sobre um plano inclinado” (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 34).³⁹

Em 1868, em *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, livro resultado de um conjunto de textos publicados no jornal *O Jequitinhonha*, Joaquim Felício dos Santos (1822-1895) foi um dos primeiros da região a resgatar a história de Diamantina, evidenciando aspectos da sociedade que se formou no Distrito Diamantino ao longo dos séculos XVIII-XIX. Em sua narrativa, Felício dos Santos (1976)⁴⁰ dedicou parte do seu texto a personalidades do antigo arraial, procurando discorrer sobre a formação intelectual e atuação política. Por meio de análise de documentos oficiais, o texto evocava o passado, demonstrando entusiasmo e carinho pela história da região.

Ao chegar a Primeira República, as elites diamantinas também procuravam divulgar a imagem de uma Diamantina bem-sucedida. A história do antigo Arraial do Tejuco e os seus ilustres moradores, principalmente aqueles que se destacaram em diversas áreas, orgulhavam as elites. Elas cortejavam seus conterrâneos e lembravam os tempos em que o município sobressaía na região como importante centro econômico de Minas Gerais, num “deslumbrante quadro da prosperidade na sua mais alta fase e expansão”. Ao lançarem as vistas sobre o passado, diziam ver uma “Diamantina rica e civilizada, praça forte comercial e economicamente fallando-se, a irradiar a vida a outros centros populosos do norte da então província” (*A Idea Nova*, 08 de dezembro de 1906).

Às vezes, a importância histórica e a atuação dos filhos diamantinos eram lembradas juntas: “espaço do ouro, das pedras preciosas, de finas joias, e habitado por uma população forte, sadia, composta por homens trabalhadores, arrojadamente aventureiros”. Mais ainda, diziam que Diamantina era “empório da intelligencia e da arte, ninho de formosura e da graça, deslumbrava as jovens das gerações passadas, os olhos dos estrangeiros e viajantes admirados” (*A Idea Nova*, 08 de dezembro de 1906), como Saint-Hilaire, mencionado anteriormente.

Era comum reafirmarem também o papel dos nascidos na cidade nas grandes lutas nacionais pela independência e pela república, ou nas guerras do Paraguai e

³⁹Saint-Hilaire chegou ao Brasil em 1816, onde permaneceu até 1822. Ele empreendeu quatro viagens pelo país. Esteve no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em seus relatos, encontram-se aspectos da geografia, história, economia e cultura dos locais por onde passou. O viajante esteve em Diamantina em 1817.

⁴⁰Não se teve acesso à edição original de 1868. A edição de 1976 corresponde à série Reconquista Brasil das editoras Itatiaia e Universidade de São Paulo.

Uruguai. O valor da região era encarnado e reafirmado por esses filhos: “que outra cidade mineira tem produzido fructos mais brilhantes, em todos os ramos do saber humano?”. Seja “na jurisprudência, na Medicina, na Engenharia, nas belas artes, nas letras, na imprensa, na política, no sacerdócio, a Diamantina tem produzido tantos filhos ilustres, que tememos citar, mesmo os mortos, com receio que nos escapem alguns” (*A Idea Nova*, 19 de janeiro de 1908).

O que se desejava resgatar, quando se rememorava a história de Diamantina, era o papel que a cidade teve no passado, a importância e o lugar que ela ocupou na sociedade mineira. Modernizar a cidade poderia ser um caminho e um projeto para se resgatar essa opulência, esse papel de destaque.

O texto “Vão-se as tradições...”, publicado pelo *A Idea Nova* na ocasião da inauguração da estrada de ferro é mais um artigo que trata dos dilemas do progresso. Para Aldo Delfino, autor do texto, a inauguração da locomotiva simbolizaria um novo momento para a cidade: seriam “novos costumes, novas vestimentas, nova gente”. Pela primeira vez, “os velhos e as crianças” assistiriam o “progresso invadindo o sertão solitário”, transformando o aspecto urbano, mudando o vocabulário da população; e “cada dia, com pedreiros e carpinteiros importados, irá perdendo o que lhe resta ainda do pittoresco, o ar dos bons tempos primitivos” (*Vão-se as tradições...*, *A Idea Nova*, 01 de agosto 1909).

O texto de Delfino colocava em evidência o passado da cidade, que merecia estar sempre guardado e vivo na “memória dos moços e na saudade dos velhos”. “Falarão de ti através dos tempos, e ficarás gloriosamente lembrada nos escriptos daquelle que te tornou immortal – Joaquim Felicio dos Santos”. Para Delfino, o progresso era inevitável, mas a nova Diamantina cresceria “na tradição que te fez respeitada pelas tuas legendas”, podendo a antiga cidade “desaparecer tranquila, porque morres com gloria” (*Vão-se as tradições...*, *A Idea Nova*, 01 de agosto 1909).

Não se desejava reviver a cidade colonial, ou tal como ela foi um dia, mas o papel que ela teve, com sua opulência, importância e glória. Portanto, a situação descrita por Delfino exemplifica como, no imaginário local, a história e o traçado colonial representavam uma tradição que conferia identidade à cidade, mesmo que, em contrapartida, a permanência das ruas, becos e prédios desse período dificultasse a modernização local. Concorde-se aqui com James William Goodwin Jr., que afirma que “a permanência do traçado colonial urbano dificultava os melhoramentos

diamantinenses, mas representava também uma tradição que conferia identidade à cidade” (GOODWIN Jr., 2007, p.74).

2 CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE NA “PRINCEZA DO NORTE”: os debates sobre serviços de infraestrutura sanitária e ordem urbana

2.1 A política municipal e os projetos de saneamento urbano

Pedro da Mata Machado, agente executivo entre 1891-1892, elaborou um projeto que seria apresentado à Câmara, contemplando diferentes serviços urbanos. Tal projeto é revelador das concepções que parte da elite dirigente de Diamantina tinha sobre o espaço urbano naquele momento. Os serviços de canalização de água e rede de esgoto, por exemplo, seriam feitos por terceiros e pagos com o dinheiro da municipalidade através da Câmara Municipal (SOUZA, 1993, p.195). Veja os dois primeiros objetivos de sua proposta:

1º estabelecer (...) uma rede perfeita de esgotos, construída de acordo com as mais rigorosas exigências da moderna higiene;
2º canalizar água potável abundante e sadia para as casas particulares (...) que será (...) conduzida às habitações particulares, aos edifícios e chafarizes públicos, em um sistema perfeito de canalização (Pedro da Mata Machado, 1893, apud SOUZA, 1993, p.195).

O projeto deixa clara a importância do saneamento básico na definição urbana desejada para a cidade, especialmente no que se referia ao esgotamento e ao fornecimento de água potável à população. Vale lembrar que naquele momento a preocupação com as condições sanitárias das cidades foi uma das grandes questões da modernidade, que ditou comportamentos e as políticas públicas em vários países. Como salientou George Rosen, os serviços de saúde pública incluíam redes de esgotos, fornecimento de água potável, coleta de lixo, entre outros (ROSEN, 1994).

Em Diamantina, como mostra a documentação, esses melhoramentos sanitários só seriam efetivados ao final da década de 1920, com a canalização da água potável e a construção de uma ampla rede de esgoto. Mas, ainda que esse primeiro projeto não tenha sido implementado, até o final da Primeira República, outros diversos seriam apresentados e debatidos pelos integrantes da câmara, sendo em alguns casos postos em prática. Dessa maneira, os grupos políticos expunham propostas de desenvolvimento local, demonstrando preocupação em trazer para a cidade hábitos e elementos materiais considerados essenciais para o processo de modernização urbana. Nesse contexto,

discutiram sobre a necessidade de criar condições sanitárias favoráveis para que a cidade se firmasse como um centro urbano civilizado, revelando concepções diferentes que se organizavam em torno de dois objetivos não excludentes, mas também não necessariamente determinantes: tornar a cidade atraente por um lado, e habitável por outro, ou, em outras palavras, entre o que se pode chamar de oferta de serviços essenciais e as obras de embelezamento.

José Moreira de Souza (1993), em estudo sobre a atuação de Serro e Diamantina como centros dinâmicos no processo da formação do norte mineiro, dividiu as elites diamantinenses do final do século XIX entre “democratas-conciliadores-parlamentaristas e republicanos-florianistas”. Segundo o autor, para o primeiro grupo, “era necessário eliminar a miséria da cidade, promovendo uma população sadia”. Para o segundo, “a cidade deveria ser embelezada, com ruas calçadas e ocupada por parques urbanos”. Dessa maneira, “conservadores e liberais *versus* republicanos-florianistas gestavam nesse momento uma política local que se prolongaria anos afora e daria origem a partidos que representavam as mesmas ideias dos serviços urbanos”. Os discursos sobre o que consideravam ser “superficial e fundamental” marcaram “os momentos de transformação do espaço urbano” em Diamantina (SOUZA, 1993, p. 196-197).

O surgimento do “florianismo”, fenômeno político-militar nacionalista, marcou a vida política brasileira na primeira década republicana, especificamente entre 1891 e 1897.⁴¹ Repercutindo também em Diamantina, os adeptos do governo de Floriano Peixoto, e membros dirigentes da Câmara Municipal entre 1893-1894, recebiam críticas da oposição por meio do jornal *Cidade Diamantina*, dos irmãos liberais Mata Machado. Ciro Arno⁴², natural da cidade e autor de *Memórias dum estudante*, livro de memórias sobre sua juventude no norte de Minas, relata sobre a exaltação política na cidade, destacando que o semanário em questão publicava recorrentemente artigos contra “a

⁴¹Floriano Peixoto, presidente do Brasil entre 1891 e 1894, foi o principal representante da linha de pensamento político-militar, que desejava implementar políticas de modernização na estrutura militar brasileira, buscando a introdução do serviço militar obrigatório. Ambicionava, também, promover o desenvolvimento da indústria, a imigração e a construção de vias de comunicação, como estradas e ferrovias. Segundo Maria Efigênia Lage de Resende (2014), “Floriano, com suas posições antiliberais, torna-se símbolo do republicanismo mais radical. Seus partidários [...] são defensores de um projeto político antiliberal e militarizante” (RESENDE, 2014, p. 109). Para saber mais sobre o governo de Floriano Peixoto, consulte-se também a dissertação de mestrado de Guillaume Azevedo Marques de Saes (2005).

⁴²Ciro Arno é pseudônimo para Cícero Brant, que utilizou desse nome para assinar textos no *Cidade Diamantina*, *O Itambé* e *A Idea Nova*.

municipalidade, o governo do Estado e o marechal Floriano”. O jornal sofreu represálias, ficando sua publicação suspensa por algum tempo devido a um ataque de “alguns florianistas exaltados” que “empastelaram as oficinas” numa certa madrugada (ARNO, 1949, p. 67).

Nos anos que se seguiram, na administração de Olympio Julio Oliveira Mourão, agente executivo entre 1896 e 1908, as agitações políticas centravam-se sob essa mesma perspectiva: a oposição, representada principalmente pelas famílias liberais Mata Machado e Caldeira Brant, acusava o governo de não realizar as obras que consideravam ser essenciais para a modernização da cidade. Em 1899, por exemplo, por meio do jornal *Cidade Diamantina*, criticavam as obras de calçamento, afirmando que a edilidade só realizava esse tipo de melhoramento: “Como remédio exclusivo e única medida de administração, o trabalho da edilidade cifra-se em calçar, descalçar, rebaixar, nivelar, cortar e recalçar as mesmas ruas”. Mais do que realizar tais obras, o jornal defendia ser necessário também fornecer à população “água e luz” (*Cidade Diamantina*, 1899 apud SOUZA, 1993, p. 196).⁴³ Os redatores do periódico viam a luz elétrica iluminar várias cidades do país, bem como serem realizadas obras de saneamento, e se valiam disso para alfinetar a administração da cidade.

Algumas vezes, os vereadores contestavam tais críticas, procurando tratá-las como calúnias que não representariam a opinião pública. Em 31 de janeiro de 1905, por exemplo, o vereador Sebastião Andrade protestou contra as “injustas acusações” publicadas pelo *O Itambé*, “em seu último número”. Segundo Andrade, a Câmara Municipal não era “merecedora de tais objurgações” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 31 de janeiro de 1905).

O Itambé foi inaugurado em 1901, tendo notícias sobre a sua circulação na cidade até por volta de 1905. Sob o comando de Augusto Mario Caldeira Brant, promotor de justiça da cidade, contou com colaboração de Aires da Mata Machado e Ciro Arno, também redatores do *A Idea Nova*⁴⁴, revelando que os ideais de progresso, civilização e modernidade, bem como a posição política adotada, eram compartilhadas por ambos os periódicos.

⁴³Não se teve acesso ao *Cidade Diamantina* do ano de 1899. Utiliza-se a referência de José Moreira de Souza porque considera-se fundamental expor como as críticas feitas à administração de Olympio Mourão apareciam nesse jornal, principal representante da oposição política em 1899.

⁴⁴Sobre esse jornal ver capítulo 1.

Quanto aos projetos de saneamento urbano apresentados pela edilidade durante a presidência de Olympio Mourão, em 1900, o Código de Posturas da Câmara Municipal de Diamantina, que substituiu o antigo código de 1848, foi uma dentre as principais medidas aprovadas. Na seção intitulada “Infracção contra hygiene, salubridade e limpeza” pública do referido código, objetivava-se a defesa da saúde dos moradores da cidade, dando enfoque à necessidade de implementar ou manter serviços essenciais e de regular ou proibir certas práticas disseminadas entre a população, a fim de evitar epidemias locais. Também se ocupava da hygiene e embelezamento. A fim de garantir esses objetivos, o código regulava sobre diferentes atividades que tinham lugar dentro do espaço urbano, como, por exemplo, a instalação de fábricas, sob a justificativa de que elas exalavam na atmosfera, gases infecciosos; determinando que somente os matadouros municipais pudessem abater animais para consumo; implementando o serviço de limpeza e asseio das ruas diariamente, com remoção do lixo duas vezes na semana; proibindo cemitérios particulares; obrigando os pais a vacinarem e revacinarem seus filhos etc. Além disso, o código buscava regular ainda as profissões de medicina e farmácia, garantindo seu exercício somente às pessoas qualificadas (Código de Posturas da Câmara Municipal de Diamantina, *O Município*, 14 de julho de 1900).

A determinação, através do código de posturas, de um conjunto de ações consideradas como infrações contra a ordem urbana, manutenção de bens públicos, hygiene, salubridade e limpeza pública revela quais as concepções correntes sobre o habitável e o atraente, ou belo. Em julho de 1900, Olympio Mourão parabenizou os vereadores que aprovaram as novas regras, afirmando “que si não é a ultima palavra sobre esse assumpto, preenche ao menos as inúmeras lacunas de que se sentia o que estava em vigor, podem igualmente servir de base para as Camaras vindouras votarem outros de acordo com o progresso da nossa cidade” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 20 de julho de 1900). Por meio de seu jornal oficial, a administração municipal reafirmou que considerava a aprovação desse novo código uma medida de progresso, e confirmou que deveria mesmo ser tomada como modelo pelos municípios vizinhos (Nota, *O Município*, 22 de agosto de 1900).

Ainda em 1900, os vereadores aprovaram a resolução de número 12, de 19 de junho, que dividia os serviços municipais em quatro seções principais: 1- Obras públicas, água do rego, encanamentos e pias; 2 - Açougues e matadouros; 3- Iluminação e limpeza pública; 4- Contrabando e inspeção do mercado e subúrbio da cidade. Cada

seção ficaria sob responsabilidade de um procurador, encarregado de fiscalizar seu distrito, não consentindo “inmundicies, animaes damninhos e atulhamentos nas ruas, escavações nas calçadas, danos causados nas servidões públicas, dísticos indecentes nas paredes, muros e chafarizes”. A cidade ficava dividida em três distritos: o primeiro compreendendo a porção noroeste; o segundo, o centro; e o terceiro, o sudeste. Em cada um desses locais, os fiscais deveriam impor “imediatamente aos contraventores das posturas em vigor as respectivas multas” (*O Município*, 23 de junho de 1900).

Em 1905, foram concluídas as obras do cemitério, iniciadas no governo de Pedro da Mata Machado, em 1891. A Lei n. 163 de 13 de outubro de 1905, além de estabelecer o seu funcionamento, trazia outras determinações relativas aos sepultamentos na cidade. O artigo 3, por exemplo, estabelecia que, após 12 meses da inauguração do cemitério, ficaria proibido o enterramento nas igrejas. O não cumprimento dessa medida, posta em prática somente dez anos mais tarde, revela sobre os embates entre tradição, religiosidade e modernidade, que serão analisados na seção 2.2.3.

A Lei n. 163 também trazia outras disposições relativas à higiene, como a criação de um regulamento municipal que, elaborado pelo agente executivo e submetido à aprovação da Câmara, autorizava a edilidade a fiscalizar e desinfetar o interior das habitações quando julgasse necessário, e a realizar “visitas semestraes ás casas de comunidade, romminando a multa de cem mil reis aos infractores” (*O Jequitinhonha*, 25 de novembro de 1905).

Ao longo desses anos, outras regras foram discutidas ou aprovadas, como o controle do comércio de gêneros alimentícios⁴⁵ e outras determinações que buscavam intervir nos diferentes hábitos da população, como criar animais nas ruas e jogar lixo e entulhos nas praças, por exemplo.⁴⁶

⁴⁵Algumas dessas determinações versavam especialmente sobre a salubridade do local onde seriam abatidas as carnes, incluindo o matadouro público. Por exemplo, em 16 de abril de 1901, a Câmara aceitou a proposta de Lúcio Cardoso & Cia., que pedia preferência para o abatimento e abastecimento da cidade de carne, garantindo que, dentre outras medidas, obrigariam “o açougueiro a empregar o systema moderno de conducção da carne e do retalho [...]” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 16 de abril de 1901). No entanto, em 02 de agosto de 1901, a edilidade celebrou outro contrato, dessa vez pelo período de cinco anos, a partir de 1903, com Cardoso, Mascarenhas & Cia. para o abastecimento de carne verde na cidade (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina 02 de agosto de 1901).

⁴⁶Em 1899, a edilidade autorizava o pagamento de terceiros pelos serviços prestados na limpeza de ruas (*O Município*, 04 de março de 1899). No ano seguinte, *O Município*, órgão oficial, noticiou a resolução da Câmara Municipal ao proibir a criação de porcos em chiqueiros e “pateos” situados dentro do perímetro da cidade” (*O Município*, 15 de março de 1900). Ainda em 1900, foi sancionado o Código de

Em 1908, Afonso Caldeira Brant assumiu o cargo de agente executivo do Município, depois de ampla campanha realizada pelo *A Idea Nova*, que criticava em suas páginas a ausência de obras de saneamento e embelezamento na administração de Olympio Mourão. Os redatores citavam, por exemplo, que ao longo de doze anos, a municipalidade não calçou e limpou ruas centrais e nem realizou obras importantes, como a construção da rede de esgotos na cidade (*A Idea Nova*, 23 de junho de 1907).

Apesar de tais críticas, entre 1908 e 1912, a edilidade aprovou obras e medidas que se assemelhavam às que foram realizadas até então, como o calçamento de ruas, limpeza, reformulação do Mercado etc. (Obras públicas, *A Idea Nova*, 29/11/1908), sem, no entanto, efetivar reformas mais ousadas, como a construção de uma rede de esgotos, tão requisitada anos atrás. O jornal parabenizava o agente executivo e os camarários pelo empréstimo adquirido junto ao Governo do Estado para construir a rede de esgotos e a canalização da água potável. Entretanto, tais melhoramentos só foram retomados e concretizados na administração de Juscelino Dermeval da Fonseca, em 1928.

Em meio a um conjunto de resoluções que pouco avançava em relação ao que fora feito pelos antigos membros da Câmara, em 1910, pela primeira vez a população de Diamantina assistiu a cidade ser iluminada por luz elétrica. Uma medida considerada pelos dirigentes do governo atual de utilidade pública e modernidade, “há tanto tempo almejado e sempre frustrado” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 28 de julho de 1910).

De 1912 a 1915, Juscelino Pio Fernandes assumiu o cargo de agente executivo. Entre os atos de sua administração, destaca-se a Lei nº 249, de 18 de julho de 1914, que estabelecia o regulamento do Cemitério Municipal da cidade, determinando que os sepultamentos dos copos ocorressem ali, ao invés de nas igrejas (Câmara Municipal de Diamantina, *A Estrella Polar*. 06 de junho de 1915). Sancionada em julho de 1914, a lei só entrou em vigor em 3 de maio de 1915. Até essa data, houve na cidade um intenso debate sobre os sepultamentos nas igrejas, envolvendo, principalmente, membros de confrarias e autoridades eclesiásticas, favoráveis à manutenção dos costumes e ritos

Posturas, que, conforme mencionado, versava sobre práticas comuns entre moradores, como jogar lixo nas ruas, criar animais nas ruas da cidade, lavar roupas em fontes e chafarizes, entre outros. Em 24 de Janeiro de 1901, a Câmara de Diamantina resolvia que ficava autorizado o agente executivo levantar muros no pátio da Escola Normal, para evitar que se depositasse lixo no local (*O Município*, 06 de julho de 1901).

católicos, e a elite dirigente que, apoiando-se nos ideais modernizadores da época e nos preceitos médicos, defendia a organização civilizada do espaço urbano separando os vivos dos mortos. A expectativa pela inauguração do ramal em Diamantina da Estrada de Ferro Central do Brasil foi outro tema que pautou as ações e discursos das elites, alimentando, inclusive, a discussão sobre os enterramentos ocorridos fora do cemitério público.

Em 1916, José Eulálio assumiu a presidência da Câmara. Em seu mandato, o vereador Cosme Couto manifestou seu apoio ao presidente da Câmara e outros membros do legislativo caso resolvessem a situação do jogo do bicho em Diamantina. Mais do que falar sobre o jogo na cidade, o vereador fez críticas ao governo de Olympio Mourão e aos “olympistas”, demonstrando que a política municipal centrava-se ainda entre aqueles que eram simpatizantes do senador e os que eram seus críticos. Dando prosseguimento ao seu discurso, Cosme Couto destacou que Mourão permitiu que Diamantina fosse privada de “todos os melhoramentos indispensáveis a uma cidade culta e civilizada, desmoralizando com a sua figura triste e apagada, o nome da Diamantina ativa e independente”. Dessa maneira, culpava Olympio Mourão e seus simpatizantes pela perda da fama da cidade no grandioso Tejuco. Para o vereador, era importante alimentar a tradição, não devendo esquecer-se de ensinar às gerações futuras os exemplos de civismo e patriotismo (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 29 de setembro de 1916).

A leitura do livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, entre os anos de 1916 e 1918 e de 1919 a 1921, sugere que pouco se avançou nas obras de saneamento da cidade. Nesses últimos três anos, Cosme Alves Couto, agente executivo, e os vereadores da Câmara discutiram, principalmente, sobre o destino do Mercado Municipal, devido às condições de higiene e a falta de espaço adequado para o estacionamento das tropas. A população participou da discussão, manifestando-se por meio de um abaixo-assinado a favor da transferência do Mercado da Praça Barão de Guaicui para a Praça Dr. Prado. Entretanto, a conversa seguiu outro rumo, e as fontes apontam para a permanência do Mercado no seu local de origem (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 23 de setembro de 1919; 26 de setembro de 1919; 27 de setembro de 1919; 25 de novembro de 1920), onde está até hoje.

Cosme Couto renunciou ao cargo de chefe do executivo, sendo substituído por Alcides Horta que permaneceu no cargo até 1923. Neste ano, Juscelino Dermeval da

Fonseca tomou posse como agente executivo municipal tendo declarado anos depois, no seu relatório de prestação de contas em 1931, que assumiu como “ponto capital” do seu programa administrativo, os serviços públicos de água e esgoto da cidade, concretizados em 1928. Segundo Fonseca, quando assumiu a presidência da Câmara, “a água que abastecia Diamantina corria em rego aberto na terra, sem nenhum revestimento ou cobertura”. Esse canal, chamado de “rego publico”, “fôra construído em 1740, pela antiga ‘Sociedade da Lavra da Roda’ para a lavagem de cascalho aurífero no morro da Grupiara. Tinha, pois, cento e oitenta e três anos”. Mais do que antigo, para ele, “originariamente destinado a fins muito diversos, não possuía nenhum dos requisitos necessários a um canal aductor de água potável”. Os problemas advindos da falta de canalização eram os mais variados, indo da falta de capacidade de levar água a toda população no período de seca, até, durante a estação das chuvas, transformar-se o rego “em enxurrada, conduzindo toda a sorte de impurezas”. O agente executivo dizia ainda que a presença de animais mortos era constante, piorando a qualidade da água e transformando-a em veículo de doenças. Chegando à cidade, “suas águas distribuíam-se em bicas de aroeiras ou telhas, que as levavam às “pias”, de onde, em encanamentos particulares, quasi sempre imprestáveis, iam ter as casas. Tudo colonial, rudimentar, anti-higienico” (FONSECA, 1931, p. 9).

A grande maioria das prescrições citadas ou das obras de saneamento efetivadas revelam a influência dos discursos técnico-científicos e dos preceitos higienistas e urbanísticos que circulavam na época. Uma miscelânea entre noções miasmáticas e contagionistas que consideravam o surgimento das doenças como decorrência das condições do ambiente insalubre em função do acúmulo de lixo e da água parada, da falta de higiene e da ausência de tratamento de esgoto, ou como resultado de agentes causadores das doenças, assim como os seus respectivos hospedeiros.

É preciso salientar que mesmo que as percepções da bacteriologia comesçassem a se firmar na comunidade médica, a sua imposição não se deu de maneira simples e imediata. Sendo assim, mesmo no século XX, quando as pesquisas já se voltavam para combater o agente causador da doença, a associação entre o ambiente, sujeira e doença não foi eliminada.⁴⁷ Por isso, é possível falar tanto no século XIX quanto no século XX, em complementaridade entre as diferentes estratégias sanitárias adotadas pelos

⁴⁷ Até os dias atuais a associação entre doença e sujeira permanece como poderoso elemento da retórica da saúde pública. Para saber mais, consulte-se o livro de Naomi Rogers (1996).

chamados “higienistas clássicos” e pelo “novo higienismo”, surgido após a chamada “revolução pausteriana” (CAPONI, 2002). Em estudo comparado entre Argentina e Brasil, Sandra Caponi (2002) mostrou que nas estratégias propostas pelos higienistas e aquelas realizadas à luz dos descobrimentos da microbiologia não existem necessariamente confrontação e oposição, mas algo que a autora denomina “una especie de solidaridad y complementariedad” entre as duas teorias. Sobre essa questão, do surgimento da bacteriologia e as ações em torno da saúde pública no Brasil, Gilberto Hochman (2006) destacou que certas ações ocorreram em decorrência do pensamento científico vigente, mesmo que este se mostrasse equivocado ou incompleto. Ademais, para o autor, o fato de se saber que “as doenças tem causas necessárias (o micróbio) não elimina por completo o reconhecimento da existência de outras variáveis externas à interação humano-germes, que poderia facilitar ou impedir esse encontro” (HOCHMAN, 2006, p. 57). Nesse sentido, a opinião pública já assimilava algumas questões apontadas pela bacteriologia, no entanto, o combate às doenças dependia de vários fatores, entre eles o ponto de vista dos vários atores sociais interessados na reforma do espaço urbano.

Esse último aspecto norteou as análises apresentadas nas páginas a seguir. Por meio das colunas de reclamações e dos textos publicados pelos redatores discutindo a salubridade da cidade, busca-se perceber as experiências e vivências da população e os interesses dos grupos sociais envolvidos.

2.2 Aspectos de uma Diamantina para além do discurso da cidade moderna

2.2.1 As ruas

Falar sobre as ruas das cidades nos séculos XIX e XX significa discorrer sobre um dos principais *locus* da modernidade. Por elas transitaram homens e mulheres de várias idades e classes, que vivenciaram experiências diversas em decorrência das mudanças políticas, econômicas e sociais pelos quais vários países passaram.

Por essa época, as ruas das cidades europeias foram apropriadas pela burguesia, que fez desse espaço verdadeiro palco de sociabilidade, mais do que simples lugar de circulação. Em estudo sobre autores modernistas que relataram sobre a modernização dos grandes centros urbanos, Marshall Berman (2007) analisa a confrontação entre

ambiente e sujeito, destacando como as cidades modernas transformaram as vivências e as formas pelas quais a sociedade percebia o mundo à sua volta. Nesse sentido, as pessoas transitavam pelas ruas recentemente pavimentadas – fruto das grandes reformas urbanas, como a de Paris – vivenciando aquilo que era novo: lojas, cafés, cinemas... Um conjunto de elementos urbanos que informavam e povoavam as expectativas e fantasias dos cidadãos.

A modernidade impactou de maneira diferente distintas sociedades, acarretando experiências próprias em cada uma. Quanto ao que ocorreu na América Latina, Adrian Gorelik (1999) e José Luis Romero (2009) assinalam que os projetos que visavam à constituição ou reformulação dos espaços urbanos tinham conotações político-ideológicas que perpassavam pelos projetos de modernização nacional. Segundo os autores, antes de ser uma experiência concreta, a modernidade nesses países foi vivida como um discurso, um conjunto de propostas vistas como meio para se atingir o desenvolvimento social e econômico almejado pelas elites nacionais (GORELIK, 1999; ROMERO, 2009). Com efeito, a construção ou a reforma das ruas seguiram os preceitos já aplicados pelos urbanistas europeus para se pensar uma cidade moderna. Esses princípios adotavam, por exemplo, os padrões de salubridade, funcionalidade, eficiência e racionalização (ROMERO, 2009).

Ao contrário do que ocorreu nas grandes cidades do Brasil e apesar da vontade que as elites e os periódicos diamantinenses tinham de modernizar a cidade e a região, a população de Diamantina não testemunhou grandes intervenções e mudanças no espaço físico no qual vivia. As leis aprovadas pela Câmara Municipal, que diziam respeito ao embelezamento e saneamento das ruas, iam modificando lentamente as vivências e a aparência da cidade. As regulamentações sobre os usos destinados ao espaço urbano foram sendo criadas aos poucos, almejando excluir das vias públicas os animais, o lixo, os pobres e os “desocupados” e qualquer outra coisa que, se opondo aos padrões do que era considerado civilizado, salubre e belo, se apresentasse como obstáculo para que a cidade pudesse ser vista como ambiente moderno. Seguindo os padrões estabelecidos por outras transformações urbanas realizadas no período (como Paris, Rio de Janeiro Belo Horizonte, Juiz de Fora), também em Diamantina, a modernidade planejada passava pela limpeza e regularização das ruas. Por exemplo: em 23 de abril de 1900, apesar de anunciar cortes no orçamento, a prefeitura confirmou que as obras de “urgente necessidade, asseio, hygiene e illumination da cidade” não seriam suspensas, bem como

se manteria a regularidade na limpeza pública, demonstrando interesse em preservar a higiene e a aparência das vias (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 23 de abril de 1900). Em 19 de julho de 1900, o projeto de número 8, posto para votação na Câmara, proibia, dentre outras questões, que tropeiros estacionassem nas ruas do centro “cavallos, bois, vaccas ou outros animaes, para tratá-los, estorvando o transito publico, estragando as paredes dos edifícios e ameaçando de qualquer desastre” o pedestre. A preocupação com a presença de animais na praça do mercado permaneceu por anos até que, em 21 de setembro de 1927, a prefeitura autorizou a desapropriação de um terreno próximo ao Mercado para a construção de um pátio para estacionamento de tropas depois de descarregadas. Em 14 de fevereiro de 1902, a prefeitura mandou fechar à noite o Beco do Tasca, no centro da cidade, visando mantê-lo limpo e livre de “actos imoraes que ali se praticão”. Em 30 de janeiro de 1902, a edilidade criou normas de edificação, demonstrando estar atenta às regras da arquitetura e de higiene do período. Algo semelhante ocorreu em 29 de janeiro de 1923, quando os vereadores aprovaram a resolução de número 2, determinando que as construções devessem prezar pela higiene e estética (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 1900 a 1930).

Os agentes executivos e camarários também atentaram para a necessidade de modificar a largura das ruas, pois acreditavam que a estreiteza de algumas vias do centro contribuía para a insalubridade do local e dificultava a circulação de pessoas, carroças e mercadorias. Por exemplo, a Ata da 3ª sessão da reunião da Câmara Municipal, aos 21 de julho de 1910, apresentava o projeto de número 5, lido pelo Sr. Dias de Andrade, que considerava que um dos grandes problemas enfrentados por Diamantina era suas ruas estreitas, marcadas pelas condições higiênicas em seu estado mais rudimentar frente ao que estava estabelecido pela higiene pública do período. O agente executivo autorizou as reformas em algumas ruas e tudo mais que fosse considerado necessário para a realização das obras, como, por exemplo, as desapropriações. Andrade chamou a atenção para os preceitos da higiene utilizados na construção de Belo Horizonte, considerando que as obras da cidade exigiam que se considerasse “não só a Hygiene como também a esthética, que as ruas sejam bastante ventiladas e offereçam espaço sufficiente para futuras arborisações” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 21 de julho de 1910).

Por trás da maioria das resoluções da Câmara, existia um acalorado debate entre os grupos políticos locais que, utilizando-se dos jornais, publicavam textos de cobranças

e acusações. *A Idea Nova*, um dos principais periódicos do período, apresentava em suas páginas a coluna *Queixas e reclamações*, trazendo à luz os principais problemas da cidade na opinião de seus moradores. Frequentemente, colunas desta natureza cumpriam a função de um espaço de manifestação da população sobre os problemas que a afligiam, especialmente aqueles relacionados à experiência urbana. No entanto, não seria difícil imaginar que os editores pudessem interferir e orientar os rumos de tais críticas, selecionando os assuntos que ganhariam espaço em tais colunas. Algumas reclamações apontavam para a falta de higiene existente nas ruas da cidade, destacando a ausência de uma limpeza regular das vias, o que poderia levar a graves consequências. Reclamação dessa natureza é o que pode-se observar na coluna publicada no dia 17 de junho de 1906:

Inúmeros casos de febre tem aparecido n'estes últimos dias na cidade, podendo-se affirmar, sem medo de errar, que se deve attribuir o desenvolvimento d'essa epidemia à falta absoluta de hygiene e asseio das nossas ruas, verdadeiros focos de infecção. A Diamantina, que tem um clima ameno, seria uma das mais confortáveis cidades de Minas si aquelles que tem obrigação rigorosa de zelar pela saúde pública, ligassem mais importância à vida dos seus concidadãos. Quase todos os annos temos de lamentar o desaparecimento de vidas preciosas, victimas da incúria do governo municipal. E' inútil qualquer reclamação: só temos que appellar para a Divina Providencia (*Queixas e reclamações, A Idea Nova, 17 de junho de 1906*).

O artigo dramatizava a situação: os cidadãos, sem poder apelar para a municipalidade, deveriam rezar e “apelar para a Divina Providência”, resumindo assim a ineficiência do poder municipal em realizar a limpeza das ruas e zelar pela segurança dos habitantes. Para o autor da reclamação, o que determinava o péssimo estado sanitário da cidade era a administração, que negligenciava a saúde pública.

Vale lembrar que quem estava à frente da Câmara como presidente e agente executivo era Olympio Oliveira Mourão. Os Mata Machado, então na oposição política, se utilizavam de seus jornais (*Cidade Diamantina* e *A Idea Nova*) para expor suas críticas ao administrador. Sobre as divergências políticas e ideológicas entre membros dessas duas famílias, Cid Rabelo Horta (1986) explica que na década final do Império, os Mourão romperam com os Mata Machado, firmando como membros do Partido Conservador. Tal oposição teria marcado a política municipal durante as primeiras décadas da República.

Os Mata Machado, do Partido Republicano Mineiro, manifestavam seu apoio a Francisco Sales, Presidente de Minas Gerais na época, publicando o Diretório do Partido Republicano de Diamantina que propunha uma alternativa à política praticada até então. Defendiam a redução dos impostos e sua melhor aplicabilidade. O jornal sustentava ainda que “as câmaras não deve[riam] fazer política, mas sim – instrução, hygiene, pontes, estradas, luz, água, exgottos, enfim todos os melhoramentos de carácter útil e permanente”. Segundo o jornal, “chegou a hora de fazer alguma coisa verdadeiramente útil para o aniquilado município” (*A Idea Nova*, 27 de outubro de 1906).

O descaso com as questões públicas era atribuído à falta de amor e patriotismo dos integrantes da Câmara Municipal, que mantinham a cidade em péssimas condições sanitárias, travancando o progresso local. Em texto elucidativo, o jornal expressou sua antipatia ao governo local afirmando que, se as ruas por onde transitavam os diamantinenses não estivessem concertadas e limpas ou iluminadas ao anoitecer, era porque o agente executivo julgava “conveniente que assim seja” (*O Município*, *A Idea Nova*, 07 de abril de 1907). Em outras palavras, tudo dependia das escolhas feitas pelos membros da Câmara e o chefe do executivo, realizando ou não obras necessárias para a cidade.

A fim de sensibilizar a população sobre a importância de sua participação nos destinos da cidade, o jornal comparava o espaço público ao mundo privado da casa: “A cidade é o prolongamento do lar; por isso o governo da cidade, o governo do município deve nos interessar quase tanto quanto o governo de nossa própria casa”. Afinal, “O ar que respiramos, a água que bebemos, as ruas por onde transitamos, o escoamento dos miasmas que nos envenenam, tudo nos é fornecido, bom ou mau, pelo governador do município”. Daí a importância de se estar atento ao que faziam os administradores da cidade, vigiando, criticando, reivindicando, como então fazia o próprio jornal. Apoiando-se em um discurso que exaltava a ideia de patriotismo, os redatores afirmavam:

Para quem ama o seu lar, para quem tem amor à sua cidade, não há campo mais santo, não há terreno mais sagrado onde se possa exercer benéfica, salutar e creadora acção, que o município. E para o homem político verdadeiramente amante do bem commum, verdadeiramente patriota, não há gloria mais invejável que a de ter feito benefícios reaes a terra de seu berço; a gloria de deixar em uma cadeia luminosa de monumentos imperecíveis [...] de conforto e de progresso para o pobre povo, feitas ténazmente,

pacientemente, dia a dia, vintém a vintém, com o tributo que o povo, bom e sofredor, derrama quotidianamente no cofre municipal. Essa, sim, é a gloria que todo cidadão deve almejar, bem diferente da gloria política, que faz brilhar o individuo e passa, fugaz e humana, deixando após ruinar, confusão e desalento (*A Idea Nova*, 07 de abril de 1907).

O texto era uma chamada para que o cidadão participasse da vida pública, mas também uma crítica aos políticos que agiam de forma egoísta, pensando em sua glória, quando deviam apenas trabalhar desinteressadamente para o bem social do povo.

Nas críticas à municipalidade, que investia naquilo que era considerado desnecessário e ignorava o que efetivamente deveria ser feito, recorrentemente os redatores lançavam mão do termo “politicagem”⁴⁸. Era por meio dessa palavra que os redatores do *A Idea Nova* diziam que a municipalidade negligenciava os interesses dos cidadãos, desperdiçando os recursos, que deveriam ser investidos naquilo que era de interesse público, e aproveitando dos cargos da Câmara para empregar funcionários que não tinham aptidão ou interesse pela coisa pública (*A Idea Nova*, 21 de abril de 1907; 02 de junho de 1907; 16 de junho de 1907).

Em 21 de abril de 1907, as críticas feitas pelo *A Idea Nova* à edilidade culminaram no texto intitulado “A Idea nova”, afirmando que cumpriria mais uma vez o seu papel de “doutrinar e esclarecer o povo”, mostrando a partir daquela data a todos os diamantinenses a situação deixada pelo governo municipal, que permitiu que os serviços públicos ficassem “em completo abandono”:

Inteiramente livre, a *Idéa Nova* aceitará a luta no terreno em que collocar a situação [do governo municipal] que há longos annos applica a renda para o custeio da política, deixando os serviços públicos em completo abandono. Sem alterar uma linha no seu programma, fará analyse rigorosa e enérgica, porem verdadeira e justa, do misero estado em que se acha o município desde que, pelas tramoias vergonhosas do bico de Penna, foi seu governo empolgado pela situação que o tem explorado. Querendo manter-se no terreno dos princípios para doutrinar e esclarecer o povo, no exercício de um direito tão sagrado como a situação julga ser o seu - de perpetuar-se no domínio exclusivo do município só forçado pela attitude descompuesta e insolente dos campeões do partido da Camara, o nosso jornal rebaterá as suas injurias e calumnias. Si, porem, elles forem capazes de manter a discussão em esphera elevada, folgaremos com isso, porque no lodaçal das contumelias nada de útil se poderá colher (*A Idea Nova*, 21/04/1907).

Ao criticar o governo municipal, *A Idea Nova* opunha-se tanto ao agente executivo, quanto aos vereadores. Mostrava-se insatisfeito com a política local, marcada

⁴⁸Comumente interpretado como “política ordinária, mesquinha e interesseira” e “súcia de maus políticos” (SILVA, 1988, p. 1658).

por corrupção e “tramoias”, que se realizavam por meio de eleições à bico de pena, isto é, abertas e não secretas, favorecendo o controle de políticos sobre os eleitores.⁴⁹

Segundo os redatores do semanário, os partidários de Olympio Mourão não conseguiram administrar bem a cidade (*A Idea Nova*, 23 de junho de 1907). Com os recursos que tinham em mãos daria para realizar diversos melhoramentos que a cidade demandava, desde aqueles relacionados à salubridade – abastecimento de água potável, serviços de esgotos, calçamento das ruas – como ainda benfeitorias como iluminação, passeio público para a sociabilidade da população, ligação com os distritos, entre outros, justificando, assim, o título de “*Princesa do Norte*”. Pelo que dizia o jornal, a cidade não honrava mais o título que tinha. Eis o texto publicado pelo *A Idea Nova*:

Si de dez annos a esta data estivesse governando o municipio um administrador sério, honesto, operoso, compenetrado da alta responsabilidade do cargo e que fizesse uma administração escrupulosa e fecunda, a Diamantina estaria na vanguarda das cidades mineiras e poderia aceitar com orgulho o epitheto que hoje só por ironia lhe cabe – *Princesa do Norte*. Com mil e tantos contos, honestamente empregados em dez annos, a Diamantina seria hoje uma cidade modelo: ruas limpas e bem calçadas; um admirável serviço de aguada publica; um systema completo de esgotos; illuminação electrica; um jardim publico para recreio da população, etc. Os districtos estariam em condições superiores às actuaes (que são deploráveis) e em communicação franca com esta cidade, por pontes e estradas. O aspecto ruidoso e triste de Diamantina é o exemplo mais convincente do poder nefasto da politicagem odiosa e retrógada, criminosamente dirigida por homens ambiciosos e sem escrúpulos (*A Idea Nova*, 23 de junho de 1907).

Se as colunas de cartas dos leitores e, principalmente, as colunas com queixas e reclamações já apareciam com certa frequência no periódico, a partir do texto acima elas apareceram com maior intensidade para dar mais sustentação às críticas feitas pelo jornal. Como é próprio da imprensa, essa frequência poderia muitas vezes guardar relação com os interesses dos redatores, através da manipulação do seu número e conteúdo, visando forjar uma realidade na qual prevalecesse certa insatisfação da população.

Em junho de 1907, a cidade foi sede do Congresso das Municipalidades⁵⁰, evento que reuniu representantes de diversos municípios do norte de Minas, além de

⁴⁹Lembrando que somente os homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, tinham direito ao voto, sendo este facultativo. Nesse contexto, as eleições a bico de pena, a que se refere o autor, era uma forma de eleição praticada na Primeira República, cujo voto era aberto, portanto, não secreto, existindo certo controle dos políticos sobre os eleitores (GLOSSÁRIO..., 2015).

políticos como o presidente do estado, secretários de governo, a imprensa e outros visitantes. Pouco antes do evento, que colocava a cidade sob os holofotes da administração e da imprensa estadual, *A Idea Nova* dava publicidade às críticas de um morador da cidade, reclamando que, mesmo com a presença de ilustres figuras do cenário estadual, a administração municipal prestava pouca atenção aos serviços básicos, estando a cidade vergonhosamente “suja, imunda, mal calçada, escura e sem água”. A culpa de situação tão deplorável, dizia o leitor, não era da população, mas exclusivamente do seu agente executivo (Sr. Redactor, *A Idea Nova*, 30 de junho de 1907).

O texto discorria especialmente sobre a sujeira a que estava relegado o centro urbano, reforçando tanto a imagem de incúria administrativa, como a imagem do jornal enquanto um baluarte na luta pela defesa da salubridade da cidade.

Apezar de enérgica reclamação que o vosso conceituado jornal fez no numero passado, nenhuma providencia tomou a Camara para a limpeza do becco da Tasca, cujo estado de immuncie é a prova mais concludente do desleixo e da incúria dos administradores que nos infelicitam. O teatro continna também a ser uma sentina publica, tanto é o lixo e tantas são as immundicies que a Camara deixa serem lançadas nas suas paredes lateraes (Sr. Redactor, *A Idea Nova*, 30 de junho de 1907).

Cabia à municipalidade limpar as ruas, como também regular sobre o uso dos espaços e fiscalizar e punir a população que desobedecia às leis. Ao longo dessa análise, pode-se perceber outras reclamações dessa natureza, acusando o governo de negligência e os moradores, de desobediência.

⁵⁰Os agentes executivos das municipalidades do Norte de Minas se reuniram à convite da Câmara Municipal de Diamantina para tratarem coletivamente dos interesses da região. Estiveram na cidade o Presidente do Estado, João Pinheiro, e o Secretário do Interior, Manoel Thomaz de Carvalho Britto. Naquele ano, Aristides Rabelo, diamantinense, escreveu uma crônica intitulada “Diamantina”, publicada pela revista **Kosmos** do Rio de Janeiro, falando sobre o Congresso das Municipalidades do Norte. Rabelo informava sobre o evento, dizendo que, assim como são todos os congressos, aquele também foi simples formalidade, “ficando apenas a recordação das festas; dos banquetes para os que não são da terra e as dívidas”. Segundo Rabelo, por causa do congresso, Diamantina foi muito vista e muito falada, causando uma boa impressão aos visitantes. No entanto, passados os três dias de festança, Rabelo comentava sobre como a cidade voltava “à sua vida pacata”, onde a “pobreza entra para a terra e a riqueza sai com os estrangeiros” que ia à região explorar suas últimas minas. Para o cronista, tudo continuava como antes e nada de novo viria: a estrada de ferro, “continuará a distar 20 léguas; não existirão estradas; o governo lhe presenteará com uns quilos do jornal ‘Minas Gerais’ e a Diamantina grata dará ao governo, de quatro em quatro anos, um deputado. É assim, sob este aspecto, que a princesa do Norte de Minas é uma interessante cidade” (MOURA, 2015).

Ainda que se considere a possibilidade de uma atuação mais direta de redatores nos textos publicados nas colunas de reclamações, de forma geral, tanto as reclamações como as opiniões ali expressas ajudam a identificar os problemas de infraestrutura urbana daquele período. Por meio delas é possível divisar outra cidade, bem diversa daquele ideal de modernidade e progresso difundido pela própria imprensa. Por outro lado, o fato de exporem uma situação contrastante com o que determinavam as posturas municipais, além de sugerir uma falha das autoridades na imposição e fiscalização do seu cumprimento, também aponta para formas de resistência e a indisposição da população na aceitação de normas e comportamentos que lhes eram impostos. E se funcionavam como espaço da crítica social à administração local, as seções de reclamação e, por conseguinte, os jornais também se transformavam em veículo de comunicação entre esses dois atores, especialmente quando se abriam espaços para que os representantes do governo local respondessem às demandas populares. Por exemplo, na edição que se seguiu àquela em que a reclamação discutida acima veio a público, o periódico deu espaço à retificação feita pelo Dr. Antonio Motta, provedor da Santa Casa (a quem pertencia o teatro), informando haver determinado a limpeza da rua do teatro (O Theatro S. Isabel, *A Idea Nova*, 07 de julho de 1907).

Dessa maneira, se aos olhos da população e dos redatores era da competência do município zelar pela limpeza das ruas da cidade, cabia à imprensa cuidar dos interesses da sociedade, publicando em suas páginas textos cobrando maior ação da edilidade. Esses interesses estavam, entretanto, emaranhados ao que era vantajoso para os jornais dentro do cenário político local. Foi o que ocorreu no ano seguinte, quando o *A Idea Nova* deixou de ser oposição para ser simpatizante do novo governo municipal. Com efeito, entre 1908 e 1912, o periódico divulgou as atas e resoluções da Câmara Municipal acompanhadas de muitos elogios, como bem demonstram as notícias que tratavam da limpeza e remoção do lixo. Em 12 de abril de 1908, por exemplo, o jornal elogiava a nova administração, que, em pouco tempo, já havia empreendido algumas obras, como calçamento de ruas e assinado um contrato de iluminação pública, etc. (*A Idea Nova*, 12 de abril de 1908). Quatro meses depois, o semanário continuava a parabenizar os serviços prestados pela atual administração, mesmo com a dívida deixada pelo governo anterior (*A Idea Nova*, 02/ de agosto de 1908). Destaque também era dado a outras medidas como a proibição de animais nas ruas, principalmente as vacas que, segundo os redatores, além de sujarem os logradouros, atropelavam os

transeuntes e impossibilitavam o trânsito da população (*A Idea Nova*, 28 de fevereiro de 1909; 29 de março de 1909; 04 de abril de 1909).

O apoio do jornal ao governo municipal estendeu-se até 1912, sendo revigorado no período eleitoral. Em 7 de janeiro daquele ano, por exemplo, o impresso publicou um texto elogiando a política municipal, que firmara os contratos para a obras de canalização da água potável e a construção da rede de esgotos. Para o jornal, o governo municipal tem um “grandioso programma com o maior beneficio que se podia prestar a esta terra” (*A Idea Nova*, 7 de janeiro de 1912). Além de destacar positivamente as obras do governo, o semanário afirmava que a manutenção dos membros da Câmara era uma garantia de novas conquistas, assim como a implantação de um serviço regular de higiene (*A Idea Nova*, 18 de fevereiro de 1912). Porém, os resultados da eleição foram desfavoráveis e o jornal voltou então à carga na oposição aos novos governantes municipais. Novamente a água e esgoto foram os objetos de crítica nos textos do *A Idea Nova*.⁵¹

O novo governo, entretanto, lançou mão de estratégia semelhante, apontando os problemas herdados pela administração anterior, entre os quais destacava o mau estado sanitário da cidade. Por meio do jornal *A Estrella Polar* do dia 23 de junho de 1912, os vereadores tornaram pública uma carta respondendo às acusações feitas pelo jornal *A Idea Nova*. Demonstrando não apresentar nenhuma ligação administrativa com os governos passados, os novos membros da Câmara Municipal esboçaram, em traços gerais, seu programa de governo comprometendo-se a levar a efeito os serviços de “higiene, obras publicas, instrucção primaria, etc.”. Diziam desprezar qualquer mentira dita pelos antigos governantes ou pelo seu jornal, o *A Idea Nova*. Segundo a carta, o jornal de oposição havia atacado por adiantamento a Câmara empossada há poucos dias, “emprestando-lhe pensamentos e actos de que não cogitou, deturpando a verdade dos factos e insultando sempre”. Também questionava os métodos adotados pelo jornal, afirmando que este procurava iludir a população com mentiras expressas em artigos de acusação. Além disso, dirigia perguntas capciosas aos médicos da cidade, “porque, procurando illudir a boa fé do publico, fingindo devotamento aos interesses de Diamantina, só visava conseguir *uma corrente formidável*, não contra o *monstruoso projecto*, mas contra a Camara que o povo elegeu”. Protestavam ainda questionando por

⁵¹Essa discussão será aprofundada na seção 2.2.4, na qual serão analisados os projetos e disputas sobre os serviços de abastecimento de água potável e da rede de esgotos.

que o jornal não criticava o Cel. Augusto Caldeira Brant, agente executivo e presidente da Câmara passada, “sob cujos auspícios se levantou o empréstimo”, não concretizando, porém, as obras de saneamento da cidade (Câmara Municipal de Diamantina. Em defesa, *A Estrella Polar*, 23 de junho de 1912).

O livro de Atas da Câmara desse período também informa sobre a indignação dos vereadores recém-empossados com o semanário de propriedade dos irmãos Mata Machado. Em 11 de junho de 1912, por exemplo, durante a votação de um projeto visando a substituir as placas das ruas da cidade, um vereador comentou sobre a possível repercussão do projeto nas páginas do *A Idea Nova*. Afirmou, no entanto, que não receava ataque político do jornal, como seria esperado, mesmo porque o semanário não “mere[cia] fé”, pois só propalava calúnias, procurando sempre fazer “insinuações injustas” ao governo municipal (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 11 de junho de 1912).

Nesse mesmo período, uma comissão de higiene foi formada pela Câmara Municipal, encarregada de realizar um diagnóstico sobre “o estado de limpeza e actual conservação das ruas da cidade”. O agente executivo nomeou Assis Moreira Junior, José A. Neves e Dr. Firmino Junior como relatores, sendo todos eles externos à Câmara (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 03 de junho de 1912). Além de buscar contestar as avaliações feitas pelo *A Idea Nova*, o governo municipal dava nítida impressão de querer desqualificar as críticas apontadas pelo jornal, dizendo que apenas uma comissão especializada, para esse expresso fim nomeada, poderia ponderar sobre o estado de salubridade da cidade. Diziam que se havia pessoas que lutavam pelo aperfeiçoamento e pelo progresso local, entre elas estava a atual administração, responsável por nomear uma comissão de tão alta monta.

O trabalho da Comissão deu origem a um relatório, publicado pelo jornal *A Estrella Pollar*, nas edições dos dias 11, 18 e 25 de agosto e no dia 1º de setembro de 1912. O relatório comentou sobre a sujeira das vias públicas, declarando que a imundície encontrava-se por toda a parte, desde as vias que davam acesso à área central, até os bairros mais afastados. Em todos esses locais, as ruas eram infeccionadas pela descarga de esgoto. A comissão exigia urgente reparo das ruas, considerando degradante o estado que haviam ficado por absoluta carência de conservação. A avaliação realizada apontava as administrações anteriores pela situação da cidade, afirmando não terem as mesmas efetuado serviços de limpeza e conservação. Além de

se eximirem em apresentar planos para melhorias, como, por exemplo, o alinhamento das ruas. A falta de planejamento nos traçados das vias e no alinhamento das residências prejudicava o trânsito local, comprometendo outros serviços e o próprio embelezamento urbano. O comitê também comentou sobre a falta de fiscalização na construção dos edifícios, devendo os fiscais considerar, se não a higiene das moradias, ao menos, a estética do local (Relatório, *A Estrella Polar*, 25 de agosto de 1912).

Outro aspecto que chamou a atenção dos membros da comissão foi a presença de animais vagando pelas praças e ruas da cidade. Conforme concluía o relatório, essa prática havia sido praticamente ignorada pela administração anterior. O texto pedia soluções do presidente da câmara sob a justificativa de que em cidades civilizadas animais e humanos não conviviam juntos: “Dir-se-há porventura civilizada a cidade onde, sem sobressalto, não sahem senhoras á rua e onde espavoridas disparam fugindo do animal que a cada passo encontram e que receiam sempre?”. E questionava: “Como embellezar e ajardinar praças e squares, livres de gradil, segundo em toda parte é costume, se nas ruas não tolhermos o passo a toda casta de animaes domésticos?” (Relatório, *A Estrella Polar*, 25 de agosto de 1912).

As considerações feitas pela comissão levavam em conta a concepção de que as cidades funcionavam de maneira semelhante aos organismos humanos: “Pois também na complexidade dellas são as cidades organismos unitários e centralizados à semelhança dos nossos”. Para que a constituição física da cidade se mantivesse sã, vigorosa e exuberante era mister que fossem “tão exactamente ordenados como são no organismo humano todos os aparelhos reguladores daquellas suas funcções desde o estado embryonario, fundamentaes na vida de todos os seres” (Relatório, *A Estrella Polar*, 01 de setembro de 1912).

Diante de tudo que havia investigado e analisado, a comissão concluía que, não fossem as condições climáticas favoráveis de Diamantina, a cidade já teria sucumbido. Para resolver essa grave situação exigiu a vigilância das ruas, a extinção do mercado público (outro espaço criticado pelo mau estado sanitário), o melhoramento das condições topográficas da cidade e a implementação de um novo código de posturas aos moldes da legislação das cidades do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Belo Horizonte, etc. A comissão finalizou o texto evidenciando o oneroso legado deixado pelos governos anteriores. Aos olhos dos relatores, eram sem dúvida pesadas as responsabilidades que o

novo agente executivo assumia, hipotecando seu apoio ao novo governo (*A Estrella Polar*, 01 de setembro de 1912).

Os problemas apontados pela comissão não diferiam muito do que era criticado pelo *A Idea Nova*, conforme se pode verificar nas páginas acima. Cada jornal defendia o programa de um determinado grupo político. No entanto, ao contrário do que se conseguiu perceber através das páginas de periódicos como *O Itambé*, *Cidade Diamantina*, *A Idea Nova*, *O Municipio* e *Diamantina* – estes dois últimos órgãos oficiais da edilidade – não se identificou um posicionamento explícito, quer seja de apoio ou de oposição, dos outros jornais consultados na pesquisa em relação a esse e outros governos do município.

Se a publicação do relatório da Comissão de Higiene no *A Estrella Polar* pode sugerir certa simpatia desse jornal com o governo que tomava posse em 1912, esse semanário procurou transmitir ao seu leitor a ideia que adotava uma postura alheia aos assuntos políticos. Vale lembrar que o discurso que procurava transparecer imparcialidade marcou a linha editorial do jornal. Em um dos seus primeiros números, por exemplo, os redatores do *A Estrella Polar* defendiam que aquele era um impresso católico, destinado aos assuntos da sociedade diamantinense, mas que, dentre outros aspectos, era alheio à política (*A Estrella Polar*, 01 de janeiro de 1903).

De maneira geral, o que se pode afirmar é que cobranças, reclamações e críticas foram feitas por todos os periódicos acompanhados, e que as ruas da cidade se mantiveram como principal objeto de escrutínio de seus artigos. Além disso, é preciso ratificar que esses jornais comungavam uma ideia de progresso, existindo certa concordância no que se referia aos modelos a serem seguidos e aos problemas que deveriam ser enfrentados. Eles se diferenciavam na avaliação que faziam sobre o papel dos dirigentes na consecução desse projeto.

Se os jornais deixavam em evidência que se o governo não agia ou agia pouco, para a maioria dos redatores, a população contribuía para piorar a situação das ruas. Ou seja, além de terem que ser cotidianamente reivindicados ao estado, o progresso e a civilização deveriam ser ensinados à população, entendendo que estes ideais não estavam ainda difundidos entre todos os diamantinenses. Dessa maneira, a imprensa assumia papel pedagógico, orientando a população quanto às quais condutas assumir e quais costumes deveriam banir.

Em 1913, o jornal *Pão de Santo Antônio* e *A Estrella Polar* cobraram o melhoramento dos serviços urbanos, chamando a atenção da edilidade principalmente para os costumes e a falta de asseio da população. Apontavam os limites dos melhoramentos implementados pelos governantes até então, dizendo que os avanços não atingiam todos os bairros da cidade, ficando restritos à área central (*Estrella Polar*, 08 de junho de 1913) - a falta de iluminação em dois bairros da cidade, Pobres de Santo Antônio e Rio Grande, era um exemplo recorrente (*Pão de Santo Antônio*, 15 de fevereiro de 1912). Também lançaram suas críticas contra os maus hábitos da população, apontando, por exemplo, a falta de “escrúpulos” das pessoas que insistiam em despejar imundícies nas ruas (*Pão de Santo Antônio*, 15 de fevereiro de 1912). Conforme afirmavam, fatos dessa natureza eram frequentes, independente de terem sido proibidos pelos regulamentos municipais.

A Estrella Polar, além de apontar a diferença entre as transformações que haviam sido implementadas dentro e fora das áreas centrais, parabenizava a medida da Câmara Municipal pela inscrição em alguns muros da cidade de dizeres como: “É proibido, sob pena de multa e prisão, o despejo nesta rua”. Em seguida responsabilizava a população (principalmente aquela mais pobre) pela sujeira das vias. Saindo da área central, nos bairros do entorno da cidade, como a Rua do Jogo da Bola, por exemplo, o jornal dizia que era vergonhoso e perigoso as “asquerosas imundícies [que] provocam vômitos aos traseuntes e aos hospedes que entram, vindos do lado da matta, [e] dão a mais triste nota da hygiene da nossa cidade”. O jornal destacou, mais uma vez, a culpa de certa parcela da população, principalmente, a que habitava os “immundos cortiços – outra vergonha para Diamantina – no becco que desemboca no alto da rua do contracto” (*A Estrella Polar*, 08 de junho de 1913).

Além das notícias informando o estado deplorável das ruas, o jornal *Pão de Santo Antônio* criou uma coluna intitulada *Queixas do povo*. O objetivo era dar voz aos moradores da cidade a fim de pressionar a municipalidade. Um breve levantamento dos temas abordados pelos moradores aponta que um dos principais objetos de reclamação era o mau cheiro exalado pelas ruas. Outros problemas destacados eram a falta de fiscalização e a presença de animais soltos nas vias (*Queixas do povo*, *Pão de Santo Antônio*, 18 de março de 1917; 17 de outubro de 1926).

Um colaborador do jornal *Pão de Santo Antônio*, diante das impressões pouco favoráveis sobre a cidade expressas por um visitante vindo da capital, reforçava a ideia

de que o problema era em grande parte devido à falta de educação da população, isentando a municipalidade de responsabilidade.

Pessoa recentemente chegada da Capital teve a franqueza de nos confessar que achou as nossas ruas muito sujas. Não podemos replicar, porquanto, deante de factos, não prevalecem argumentos. Ponderamos, entretanto: a Municipalidade actual não descarta dessa e outras necessidades; pelo contrário, não pode é evitar que quase uma população inteira se abstenha de sujar as ruas, como infelizmente o faz. Há carroças que conduzem, o lixo, no entanto, ainda bem uma rua não acabou de ser varrida, já começam atirar-lhe casca de laranja [e] quanta espécie de immundicie há em casa ou na taberna. Outros botam para a rua exgottos d'água servida. Fizesse cada um de sua parte, para ajudar o actual Agente Executivo, que é por demais solícito em attender reclamações e providenciar as necessidades publicas, que as cousas seriam outras (*Pão de Santo Antônio*, 04 de julho de 1920).

Dessa maneira, se no capítulo anterior, os jornais se referiam a Diamantina com orgulho dos grandes homens que honravam o seu nome dentro e fora do estado, o contrário poderia ser dito sobre certa parcela da população, que desmantelava a reputação da cidade por não prezar pelo asseio das ruas. Sobre isso, também disse o jornal *Diamantina*:

O povo diamantinense é, sem duvida, um dos mais cultos de Minas. Inteligente e progressista, fácil e naturalmente acompanha, dentro das possibilidades do meio em que vive, a evolução dos costumes dos centros mais policiados do Estado. Entretanto, ainda se notam nesta cidade certos costumes, que aberram inteiramente das normas da verdadeira civilização, não condizendo com os hábitos de asseio que caracterizam todos os nossos interiores. Referimo-nos ao facto de entender muita gente que as ruas são logar de despejo de immundicies e detritos de toda espécie. Quizeramos que o nosso povo fosse como, por exemplo, o povo hollandez, que procura, por todos os meios ao seu alcance, concorrer para a limpeza das suas cidades, evitando atirar às ruas um simples caroço e lavando regularmente até a própria fachada das casas. Mas, na impossibilidade de sermos como o povo holandez, achamos que não é difficil a cada um de nós evitar systematicamente sujar a via-publica com cascas de laranja, papeis rasgados, serragem de madeira e mil outros restos, que, com um pouco de cuidado e boa vontade, não iriam attestar, nas ruas, o descaso de grande parte da população pelo asseio das mesmas. Dizem muitos: - A Camara incumbe limpar as ruas. Nada temos com isso. -Sim. Incumbe à Camara proceder à limpeza das ruas; mas compete também aos moradores dellas contribuir para que se conservem asseadas. Porque ninguem póde negar que o que suja continuamente as nossas ruas são as immundicies que lhe atira o povo (*Diamantina*, 24 de novembro de 1927).

Ao eleger o povo holandês como modelo de comportamento, enfatizando a idealização europeia nas imagens de progresso e civilidade em voga, o redator também ratificava a imagem que os “homens de imprensa” cultivavam: a de que eram grandes

conhecedores do mundo. Afinal, a Holanda era um exemplo menos óbvio que Inglaterra e França, por exemplo.

Além disso, procurando esclarecer de quem era a culpa pela falta de higiene na cidade, o autor do texto ressaltava que não era de totalidade da população, mas daquela parcela que ainda se encontra aferrada a velhos costumes. Certamente esse “povo” inteligente e progressista de que fala *Diamantina*, inseria a elite letrada, os redatores e todos aqueles que partilhavam esses signos e os sentidos da modernidade e civilidade urbanas. Entre aqueles que se encontravam atrelados aos velhos e condenáveis hábitos, jazia a população pobre e sem educação.

Como órgão oficial do município, nada mais natural que os redatores do *Diamantina* afirmarem que a Câmara cumpria com suas obrigações, relegando à população a culpa pelas sujeiras das ruas. Como fora dito em outro momento, o discurso dos jornais sobre a municipalidade oscilava de acordo com os interesses políticos. As denúncias ora apareciam para questionar a negligência e o descaso do poder em relação à higiene e ora para condenar os hábitos da população eximindo os governantes. As críticas feitas aos costumes da população trazem outras perspectivas de análise para além do ponto de vista dos conflitos políticos. Essas críticas revelam que parte da população ignorava solenemente esse projeto de modernização e civilização encampado pelos jornais e por certa parcela da população, assim como pelo próprio ente público, responsável pelas leis e regulamentos que normatizavam o uso do espaço urbano.

Nesse sentido, para promover a imagem de Diamantina como cidade progressista, moderna e higiênica os jornais defendiam a transformação dos modos de vida, assumindo um papel pedagógico, como instrumento de educação e divulgação do ideal de civilização entre a população pobre e iletrada. Algumas vezes defendiam a exclusão daqueles que se colocavam como obstáculo desse projeto. Esses eram: os desocupados, os vagabundos e os doentes. Dessa maneira, além de reprimir hábitos considerados inadequados, os redatores dos jornais procuravam divulgar textos que criticavam a mendicância, a vagabundagem, a vadiagem, o jogo e o alcoolismo. O objetivo era manter a moral e os bons costumes em Diamantina, pois o comportamento das pessoas que viviam pelas ruas causava mal estar aos redatores dos jornais e à municipalidade, que procuravam afastá-las do centro, buscando promover uma espécie de higiene social.

As políticas voltadas para o afastamento ou moralização das classes pobres que ocupavam as áreas centrais das grandes cidades foram praticadas em muitos países. Durante o século XIX, em cidades como Londres, Paris, Berlim e Nova York, a ameaça da presença das classes ditas “perigosas”, consideradas imorais, insalubres e violentas levou a diversas ações por parte do Estado com o objetivo de promover reformas no espaço urbano. A Higiene se tornou um alibi para a reforma social em muitos lugares.⁵² Henri Lefebvre (2001), por exemplo, analisou as transformações na capital francesa em decorrência do processo de industrialização e do consequente aumento demográfico. Ele destacou que a burguesia, na reforma de Paris, procurou afastar os proletários, cada vez mais presentes, das áreas centrais. É importante salientar que, nesse contexto, a associação entre doença e sujeira “perpassava a opinião de médicos e leigos sobre o problema da salubridade, justificando o preconceito e o temor em relação aos pobres” (SILVEIRA, 2008, p. 87).

O jornal *Sete de Setembro*, de publicação semanal e que, na época do Império, se autodenominava do partido conservador, pedia “justiça” e o “saneamento do Becco do Motta”. O autor do texto, assinando como Polygnatus, descrevia a situação do beco:

Estes vagabundos, sem o menor emprego, vivem dia e noite em bachanaes, impedindo o transito das famílias, que por ali já não passam por temerem do aprisco d’essa colméa de jogadores. Perguntamos ao Sr. Delegado de polícia, o que tem feito das ordens que tem de recrutamento? O jogo não é expressamente prohibido por lei? S.s. queira ter a bondade de applicar a hygiene policial, isto é, fazer o saneamento do Becco do Motta, mandando postar ali uma patrulha de soldados para a salubridade do estado sanitário desta cidade, alterada pela vagabundagem infrene dos ociosos (*Sete de Setembro*, 06 de janeiro de 1889).

No começo do século XX, o jornal *O Município* também anunciou os problemas relativos ao jogo na cidade. João Camelo, colaborador do órgão oficial do município, destacou achar impressionante como o jogo do Bicho cresceu e se alastrou da Capital da República para as cidades, lugarejos e vilas do sertão. O colaborador afirmou que era muito triste ver homens, mulheres e crianças rindo, praguejando e dizendo obscenidades nas ruas enquanto esperavam o resultado dado pelo bicheiro (O Bicho, *O Município*, 05 de abril de 1902). O jogo também foi assunto do jornal *A Estrella Polar*, que chamou a

⁵²Conferir o estudo de Peter Hall (2007), especialmente capítulo 2. Sobre o exemplo de Paris, ver Henry Lefebvre (2001), especialmente capítulo 1.

atenção do delegado auxiliar para a “jogatina desenfreada, que tanto mal está fazendo á sociedade diamantinense” (Dr. Senna Valle. *A Estrella Polar*, 01 de dezembro de 1910).

A vagabundagem e a mendicidade também foram objetos de considerações dos jornais. *O Municipio* comentou sobre os problemas que a cidade enfrentava com as pessoas sem ocupação pelas ruas e elogiou as medidas tomadas pelo delegado municipal, que foi pessoalmente reprimir a vadiagem nos cortiços da Rua do Bonfim, local onde viviam as mulheres “sem ocupação alguma” (*O Município*, 18 de abril de 1903). Anos depois, *A Idea Nova* comentou sobre o problema de mendicidade e exigiu repressão por parte das autoridades. O jornal citou a falta de hospício e de asilo para abrigar essa população e destacou a importância da casa de caridade Pia União Pão de Santo Antônio que prestava auxílio aos pobres da cidade (*A Idea Nova*, 17 de junho de 1906; 07 de outubro de 1906).

Os redatores do jornal *A Estrella Polar* também recriminaram a vagabundagem. Mais do que problema social, a pobreza era problema de ordem pública, portanto da esfera policial:

Temos ou não temos policia? Afinal é uma pergunta que precisa ficar respondida. Parece que não temos, porque do contrário não andaria pelas ruas essa malta de meninos mal educados, acostumando-se à vida ociosa e viciosa. É triste ver o desenfreamento desses futuros diamantinenses, que a ninguém respeitam, de todos zombam, não perdoando sequer aos pobres mendigos! [...] (*A Estrella Polar*, 06 de outubro de 1910).

A questão da infância já havia sido objeto de considerações em 1906, pelo jornal *A Idea Nova*, quando apontava a necessidade da fundação de estabelecimentos de instrução, assistência e proteção aos menores. O objetivo, segundo o jornal, era livrar dos vícios, os meninos e também “regenerar os degradados pela miséria” (Cartas paulistanas, *A Idea Nova*, 11 de novembro de 1906).

Na década de 1920, o problema parecia persistir. Naquele ano, o jornal *Pão de Santo Antônio* avaliava como preocupante a presença de meninos nas praças e ruas de Diamantina. Assim como *A Idea Nova*, apontava a necessidade de criação de institutos agrícolas ou profissionais que contribuiriam na resolução do problema da infância na “nossa terra, sem o que tudo continuará para o álcool, para a rapinagem, para a perdição” (Digno de nota, *Pão de Santo Antônio*, 28 de novembro de 1920).

Os problemas relacionados ao consumo de álcool também eram unanimidade entre os periódicos. Já em 1902, *O Município*, reproduzindo um artigo do jornal *O Norte*, alertava sobre os males físicos e morais advindos do hábito, afirmando que o consumo de bebidas alcoólicas pela sociedade era alto, pois atingia tanto o “homem educado” quanto o “pobre borracho”. O artigo deu mais ênfase para os males físicos, citando a loucura e outras “diversas molestias nervosas”, a “degeneração gordurosa”, sendo “conhecida a predileção do álcool para o cérebro, o fígado, estômago, coração e rins”. O autor do texto não defendia a proibição da bebida alcoólica na sociedade, mas alertava para os males do seu abuso (Embriaguez, *O Município*, 29 de novembro de 1902).

O Jequitinhonha também destacou algumas vezes os males que o álcool poderia causar na sociedade, reproduzindo as opiniões expressas por um determinado doutor Morel. O jornal apontava que com frequência a bebida atingia várias gerações de uma mesma família, podendo levar à depravação moral na primeira geração e à extinção da família já na quarta geração:

Segundo os resultados mais positivos da sciencia, reunidos pelo dr. Morel, o alcool [age] na família do modo seguinte: Primeira geração: - Depravação moral, excessos alcoólicos. Segunda geração:- Embriaguez habitual, excessos de mania, amollecimento cerebral. Terceira geração: - Hypochondria: melancolia, suicídio. Quarta geração: - Imbecilidade; idiota [sic], esterilidade, excuncção da família. Um grande naturalista inglez comprovou igualmente que as famílias dos alcoólicos se extinguem à quarta geração, realizando-se plenamente aquella ameaça de Deus: “Eu castigarei os peccados dos paes nos filhos, até a terceira e quarta geração” (Efeitos do alcool, *O Jequitinhonha*, 02 de outubro de 1905).

Artigo semelhante também veio a lume na coluna intitulada “Palestra Scientifica” do dia 6 de dezembro de 1906, do jornal *O Jequitinhonha*. Objetivava-se informar a população sobre os perigos que trazia o consumo de bebidas alcoólicas (Palestra Scientífica, *O Jequitinhonha*, 06 de dezembro de 1906). Entretanto, os jornais que mais fizeram campanha pelo fim desse tipo de bebida foram os dois periódicos de cunho católico: *O Pão de Santo Antônio* e *A Estrella Polar*.

O periódico *Pão de Santo Antônio* informava sobre a questão da embriaguez na sociedade brasileira, publicando e divulgando textos falando sobre os problemas que o álcool causava no organismo e na sociedade. Publicava ainda artigos de outros jornais, demonstrando que compartilhava da missão de alertar a população para “as grandes

chagas que corroem o organismo social”, assumindo, assim, um papel pedagógico, de orientação da população.

Defendendo a família e o papel dos pais na formação dos filhos, o artigo “A Embriaguez”, publicado originalmente no *Mensageiro* de Campinas, falava das obrigações dos pais, que deveriam educar e vigiar os seus filhos para prevenir a formação de maus hábitos, incutindo “o horror deste [a bebida] e de outros vícios degradantes”. Nesse contexto da criação e da formação dos jovens, o trabalho e o estudo assumiriam papéis importantes, pois faziam com que esses jovens não vivessem à toa, dispondo “sabidamente todas as horas do dia”, sem “nunca se entregue à embriaguez” (*A Embriaguez, Pão de Santo Antônio*, 31 de agosto de 1911).

Quanto aos problemas que o consumo de bebidas alcoólicas pode causar no organismo, o jornal publicou informações do clínico Miguel Couto⁵³, que afirmava que todo o organismo era prejudicado pelas ações do álcool. O sistema nervoso, dizia o médico, era o mais atingido. Mais do que problema de saúde física, o consumo de álcool deveria ser encarado como problema moral, pois, segundo Couto, o alcoolismo “dissolve o caracter”, destruindo a vida e degenerando os descendentes. Falando por fim da “família alcoólica”, que poderia ser chamada de “beberrões”, “imbecis, loucos e criminosos”, Miguel Couto dizia sobre como a bebida causava a degeneração física e moral do indivíduo e do social (*Que mal faz o álcool ao organismo humano?, Pão de Santo Antônio*, 27 de setembro de 1921).

O álcool como problema moral ganhou voz no jornal, que apontava o consumo da bebida como causador de inúmeras desgraças, que matava mais do “que todas as guerras reunidas”; que fazia “milhões de lares infelizes”; que destruía as esperanças; as leis; que deixava “as esposas abandonadas, os filhos esfomeados, os paes, cujas cabeças foram cobertas [...] pelas magoas que lhes causam os filhos viciados” (*Inimigo do homem, Pão de Santo Antônio*, 25 de março de 1923). Dando maior amplitude ao problema, o jornal afirmava ainda que a embriaguez era a “deshonra da pátria”;

⁵³Miguel de Oliveira Couto (1865-1934) foi um clínico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, atuante na defesa por mais ações do estado nos sertões brasileiros. Na sua concepção, a higiene e a educação deveriam andar juntas, uma vez que a ignorância corroborava para a insalubridade e atraso do povo. Para isso propunha a atuação de médicos e educadores, considerando sua ação como verdadeira missão preocupada com o bem coletivo. Como homem de seu tempo, ao mesmo tempo em que apostava na educação e higiene, defendia a aplicação de uma política eugenista como medida que reduziria o fardo que a mistura racial representava. Homem importante no cenário nacional e internacional, seus discursos afirmam uma preocupação constante em legitimar a atuação ampla e diversificada do médico (HERSCHMANN, 1996, p. 31-38).

“degeneração da raça”; “o maior obstáculo do progresso”; “causa de crimes”; “mãe da miséria”; “agulhão das enfermidades”; “principal agente da loucura”; “o que apressa a morte”; “o que faz desgraçadas as famílias”; enfim, “o que enche os manicômios de loucos; os cárceres de criminosos; o mundo de miséria, e o inferno de condenados” (Que é a embriaguez?, *Pão de Santo Antônio*, 06 de julho de 1924).

A *Estrella Polar* também afirmou que o álcool causava desgraças físicas e morais. O jornal defendeu o papel de associações e dos jornalistas: “Os jornalistas sérios e moralizados, devião aderir a estas associações, para regeneração da sociedade, formando d’este modo um cordão sanitario contra essa peste – e assim, prestar-se-hia um relevante serviço à Religião e à Patria”. Na ocasião, o jornal comentava os problemas enfrentados com o consumo de álcool em cidades da região (Pelas freguezias, *A Estrella Polar*, 10 de novembro de 1911).

Assim como o *Pão de Santo Antônio*, *A Estrella Polar* buscou a chancela científica, recorrendo a médicos para apoiar as opiniões que veiculava (O alcoolismo, *A Estrella Polar*, 08 de dezembro de 1912). Em suas páginas, os redatores ainda defendiam a proibição da produção e do consumo de bebidas alcoólicas em Diamantina (Alcoolismo, *A Estrella Polar*, 02 de novembro de 1913). Para isso, utilizaram como exemplo a suspensão do consumo de bebidas em cidades do sul e em países como Estados Unidos (Alcoolismo, *A Estrella Polar*, 19 de outubro de 1913).

Como percebe-se na leitura das páginas dos impressos, nesse papel de divulgação dos preceitos modernos – uma espécie de pedagogia da civilidade – os jornais mobilizavam a ciência como instrumento de apoio, sendo essa, portanto, elemento de chancela das proposições/diretrizes que levariam a sociedade ao progresso e à civilização. A criação do homem e da mulher moderna seria objetivo de um trabalho pedagógico permanente dos “homens de imprensa”, que divulgavam os princípios científicos com o objetivo de transformar e moldar os costumes.

Dessa maneira, todos os discursos reproduzidos e analisados até aqui prezavam pela “ordem” urbana. E assim como no quesito de higiene, as ruas continuavam como palcos privilegiados do processo de normatização da cidade. Com efeito, além de divulgar e se basear nas concepções científicas para dizer sobre as ruas, a punição e a vigilância eram cobradas pelos jornais que exigiam mais atuação das autoridades envolvidas no controle e ordem pública. Aos olhos dos redatores, era preciso garantir a adoção de medidas higiênicas para modificar a paisagem das ruas da cidade, marcada

quer pela presença de lixo, animais, sujeira, miasmas e odores, como também de pessoas e comportamentos indesejados.

Mas além de ruas belas e salubres, as cidades modernas e civilizadas deveriam ser organizadas de modo que cada espaço fosse ocupado de maneira correta. Assim, outras atividades também foram objeto de campanha pela regulamentação, como o comércio de alimentos e os sepultamentos, temas das seções seguintes.

2.2.2 O comércio de carne e de outros gêneros alimentícios

A preocupação com o controle do abastecimento de gêneros alimentícios será uma constante na cidade de Diamantina nos primeiros anos da República. Em 1893, a municipalidade havia adquirido o antigo “rancho dos tropeiros”, construído em 1835 para criar ali o Mercado Municipal, no qual se pudesse estabelecer uma fiscalização mais eficiente dos produtos comercializados para a população.

Tendo como princípios norteadores os aspectos associados à higiene circulantes no período e as propostas sobre o embelezamento da cidade, a municipalidade expediu diversos ofícios determinando que o diretor do Mercado procurasse manter toda a ordem nas dependências do lugar, proibindo a aglomeração de gente e de pessoas suspeitas ou que sofressem de moléstias contagiosas. O Mercado também deveria permanecer sempre limpo e seus empregados deveriam tratar as pessoas com urbanidade (Da Câmara, *O Município*, 13 de julho de 1895).

Como a cidade mantinha uma tradição como entreposto comercial da região, sendo destino de tropas de diferentes lugares, a presença de animais na praça do mercado era acontecimento corriqueiro em Diamantina. No início do século XX, a coluna de *Queixas e reclamações* do jornal *A Idea Nova* sempre trazia solicitações pelo melhoramento do aspecto sanitário das imediações do mercado. Era recorrente a preocupação com o embelezamento do espaço e seus arredores, uma vez que o mercado localizava-se na área central. Entre outras justificativas usadas para embasar as solicitações de proibição da permanência das tropas junto à Câmara estavam as doenças, cuja transmissão era associada à proximidade de animais e de seus dejetos (*Queixas e reclamações: mercado. A Idea Nova*, 06 de maio de 1906). O jornal chegou, inclusive, a pedir a demolição do prédio do mercado, exigindo que fosse criado um novo edifício que atendesse aos preceitos de higiene preconizados para atividades daquela natureza. O

espaço era considerado pelo jornal um foco de infecção, ponto verdadeiramente vergonhoso, que expunha o visitante da cidade a um quadro deveras “inconveniente” (Collaboração. Questões municipais. *A Idea Nova*, 03 de junho de 1906). Mas parece que as solicitações publicadas pelo periódico não surtiram efeito, uma vez que no ano seguinte, o jornal afirmava continuar o mercado “num deplorável estado de relaxamento e immundicie asquerosa [...] apesar das continuas e enérgicas reclamações que há mais de um anno temos feito aos poderes competentes” (*A Idea Nova*, 29 de dezembro de 1907).

Os problemas associados à higiene do Mercado também foram objeto da Comissão de Higiene, mencionado na seção anterior. Em seu relatório, publicado em *A Estrella Polar* em 1912, seus membros expuseram as precárias condições nas quais se encontrava o edifício, localizado em uma região que parecia concentrar “o que mais torpe e ignóbil se deparou às vistas da presente investigação”. Pois, o prédio era como uma “flor de cloaca desabrochando no seio de uma estrumeira”, e, sem saneamento algum, era ainda “cratera de vulcão de fezes”, com gases infecciosos que contaminavam todo o espaço (Relatório, *A Estrella Polar*, 18 de agosto de 1912).

Nos anos seguintes, o Mercado Municipal continuou a ser pauta nos debates em torno da reordenação urbana. A população e a municipalidade discutiram sobre qual destino seria dado ao prédio, que poderia ser reformado ou até transferido de lugar. Em 1919, a municipalidade aprovou o projeto de número 3, de 23 de setembro de 1919, autorizando o agente executivo a realizar a remodelação do Mercado, construindo um pátio interno, “onde possam permanecer os animais durante o dia, evitando assim o perigo e desvantagem de sua estadia em roda do prédio”. Além de retirar os animais das ruas, o projeto assegurava ainda que fosse observada “toda a hygiene na construção do prédio e pateo, assentando-se no mínimo 3 latrinas sanitárias” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 23 de setembro de 1919). Entretanto, a população da cidade manifestou-se contrária à decisão da Câmara, posicionando-se a favor da transferência do Mercado para outro lugar. Em setembro, a edilidade autorizava a construção do novo mercado na praça Dr. Prado, considerando que o lugar era abastecido por água potável e com rede de esgoto, com espaço adequado para receber os tropeiros – o que evitaria animais soltos pelo centro da cidade e danos às ruas e calçadas (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 27 de setembro de 1919).

Até que se resolvesse o problema do prédio do Mercado, os vereadores aprovaram a resolução de número 12, garantindo que o mercado público fosse “o único estabelecimento, dentro da zona urbana, em que os agricultores e tropeiros poderão descarregar as suas tropas para expor à venda, a varejo e por atacado, os seus productos” (Projeto de Lei n. 12, Art.1, Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 25 de novembro de 1920). Porém, até o final da República, os projetos para construção de um novo mercado público ou para reforma do prédio antigo não vingaram, apesar da municipalidade ter reservado para este último a importância de até 80:000\$000 (oitenta contos de reis), em setembro de 1923 (Projeto de n. 4, Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 29 de setembro de 1923). Juscelino Dermeval da Fonseca, em relatório sobre seus gastos entre os anos de 1918 a 1930, lamentou por não ter conseguido tratar da remodelação do mercado, como desejava (FONSECA, 1931, p. 9).

Outro assunto associado aos gêneros oferecidos à população a encontrar eco entre os moradores e redatores da cidade foi o serviço de abastecimento de carne verde.⁵⁴ O antigo Código de Posturas Municipal, do ano de 1848, que ficou em vigor até 1900, estabelecia a fiscalização do município sobre a qualidade das rezes abatidas. Conforme previa o artigo 22 do referido código de 1848, todos os animais, antes de abatidos, deveriam ser “examinados por um dos Fiscaes da Câmara, que também inspeccionará o serviço de matança, fazendo observarem-se os preceitos de salubridade recommendados por lei” (*O Município*, 25 de fevereiro de 1896). As regras de higiene estendiam-se também aos lugares de comercialização da carne, devendo os açougues observar as regras de higiene e asseio em seus açougues, sob pena de multa e prisão (Lei nº38, de 12 de dezembro de 1896, *O Município*, 19 de dezembro de 1896). No entanto, mesmo com a existência de regras para os serviços realizados nos matadouros e açougues da cidade, os jornais diamantinenses informavam sobre as precárias condições sanitárias desses locais, conforme verificado a seguir.

Na administração de Olympio Mourão, a ata da 2ª sessão da Câmara, do dia 16 de abril de 1901, trazia um projeto visando melhoramentos no abastecimento da cidade. Antonio Tolentino, vereador, por meio do projeto número 11, falava do serviço de abastecimento de carne fresca na cidade, propondo que fosse concedido a Lúcio Costa o privilégio de abatimento de carne verde à população. Para justificar sua apresentação, o

⁵⁴ Carnes recém abatidas, não defumadas ou salgadas.

autor fazia uma minuciosa descrição sobre o serviço de abastecimento de carnes, destacando as imundices e falta de higiene reinante no matadouro e nos açougues. Também enfatizou a presença de carnes contaminadas e de pessoas doentes que se reuniam pelas manhãs à porta dos açougues, “deixando ali suas moléstias” – eram “negros, negras, crianças na mais obscura promiscuidade”. Fechando suas observações, o autor do projeto discorria sobre os empregados nesse serviço em Diamantina, considerados por ele como pouco ou nada asseados. O redator do projeto informava ainda que “este problema de hygiene alimentar tem obtido solução satisfatória nos centros adiantados e já se tornara necessária entre nós, a adopção de medidas tendentes a regularisar e inspeccionar o consumo de carne fresca” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 16 de abril de 1901).

O município não firmou contrato com Lúcio Costa, mas com a companhia Cardoso, Mascarenhas & Cia., que ficaria encarregada de abastecer a população de Diamantina de carne pelo período de cinco anos a partir de 1902 (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 02 de agosto de 1901). Entre as determinações estabelecidas pelo contrato destacam-se: (1), a exigência de que o animal a ser abatido tivesse uma aparência saudável; (2), o espaço físico dos açougues, que deveria ser amplo, bem arejado, com paredes e chão ladrilhados ou cimentados, equipado com uma “bica d’água”, com uma grade separando o comprador do pessoal do serviço e mais uma pequena mesa para a balança; (3), a limpeza dos estabelecimentos, que deveriam ser lavados diariamente, sendo os ossos e demais restos enterrados fora da cidade, a fim de evitar que ficassem expostos, sendo objeto de consumo de pobres e de animais, favorecendo o adoecimento dos mesmos e sobrecarregando os cofres públicos. Por fim, o contrato estabelecia que os matadouros deveriam ser inspecionados por um médico pago pelos concessionários e os funcionários deveriam ser “sadios e sem tuberculose”, devendo utilizar vestes “sempre limpas e sem cheiro” e ter uma reconhecida moralidade.

O Município, órgão oficial da edilidade, fez propaganda do novo acordo, tratando-o como um importante empreendimento que garantiria a certeza de ter “rezes gordas e sadias” para o consumo da população (*O Município*, 18 de setembro de 1901). Para as elites dirigentes, que desejavam divulgar e impor os preceitos que consideravam necessários para se constituir uma cidade moderna e limpa, os matadouros eram um dos importantes equipamentos que deveriam ser fiscalizados. Por isso, a edilidade, por meio

do seu jornal, justificava tais medidas afirmando que era preciso ter o controle sobre a carne, sobre o local de abatimento e comercialização a fim que se evitasse o adoecimento da população. Afinal, dizia ser sabido que a carne “na maioria dos casos, pode transmitir ao homem os mesmo morbos que flagellão o animal donde ella provém”. Além “da escolha do rez, é necessário que os açougues sejam rigorosamente asseados e servidos por empregados que não soffrão moléstias contagiosas, para evitar-se que a carne, fornecida por um animal são, se adultere posteriormente e se transforme em perigosa alimentação”. Cabia aos poderes públicos, portanto, impedir que se compromettesse “a saúde pública por meio de uma alimentação deletéria, como seja a carne de animaes doentes, ou por qualquer forma adulterada nos açougues”. O redator da notícia encerrou o texto vangloriando os feitos da municipalidade, agradecendo “por mais este melhoramento para nossa terra” e dando parabéns “aos nossos conterrâneos, que devem louvar a Camara Municipal e agradecer aos srs. Cardoso, Mascarenhas & Comp.” (*O Municipio*, 18 de setembro de 1901).

O contrato celebrado entre a firma e o município permaneceu por cinco anos. Não há notícias sobre o cumprimento ou não das diretrizes estabelecidas pelo acordo. Entretanto, identifica-se alguns anos depois que o comércio de carne verde ainda era objeto de reclamações e sugestões. Em 1904, por exemplo, o jornal *O Jequitinhonha* publicava uma nota “a pedido de grande numero de pessoas”, que foram “ao nosso escriptorio de redacção” para fazer um “appello aos snrs. empresários da carne verde para que visitem e inspeccionem, de quando em vez, os açougues”. Argumentavam elas que os mesmos continuavam a fornecer a população “carne tão detestável” (*O Jequitinhonha*, 06 de março de 1904).

Em 1907, o jornal *A Idea Nova* (Inspeção e carne, 28 de julho de 1907) focalizava o rigoroso serviço de inspeção de carnes de Paris, no qual uma nova técnica era empregada a fim de detectar animais tuberculosos. Tal observação se fazia acompanhar de várias outros protestos contra a qualidade das carnes comercializadas na cidade. Por exemplo, em 1909, o jornal manteve suas críticas ao governo municipal no que se referia à qualidade das carnes que eram vendidas nos açougues, bem como à higiene desse local, exigindo que as autoridades competentes intervissem contra esses abusos (*A Idea Nova*, 28 de fevereiro de 1909).

A Estrella Polar, em 1913, publicou uma nota em nome dos seus eleitores que reclamavam do carroceiro que conduzia a carne para os açougues. Segundo o que foi

publicado, o homem transportava a carne utilizando a mesma roupa, “empastada de sangue podre”, o que conformava em uma situação perigosa. É preciso lembrar que, principalmente no caso do *A Idea Nova*, o problema com o abastecimento de carne e com a qualidade de seu serviço eram mais um tema a compor a campanha de oposição feita pelo semanário contra o agente executivo e vereadores, que ocupavam os assentos da Câmara entre os anos de 1897 a 1908, e entre 1912 a 1915.

Em 1919, sob a gestão de Cosme Alves Couto, a municipalidade autorizou que se remodelasse e consertasse o matadouro público, adaptando-o “convenientemente ao fim destinado, tendo em vista toda medida higienica; modificando em fim o systema bárbaro de matança do gado”. Também criava um “terreno necessário para recolher a rez abatida, construindo pias e depósitos d’água do rego publico com torneiras para o asseio diário do mesmo matadouro” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 26 de setembro de 1919).

Apesar de tais melhoramentos, a população continuava a reclamar da qualidade da carne abatida, informando ao jornal que “no dia 10 do corrente, sexta-feira, foi abatido no Matadouro Municipal um garrote magríssimo e coberto de vermes!” (Queixas do povo, *Pão de Santo Antônio*, 26 de setembro de 1920). Além de duvidar da saúde do animal abatido no matadouro público, o jornal mostrava-se apreensivo com a ausência de fiscalização necessária sobre a peste bovina no interior, sobre a qual os habitantes deveriam ficar de sobreaviso com a carne seca (*Carne Sêcca, Pão de Santo Antônio*, 03 de maio de 1921).

Preocupados com a qualidade do transporte das carnes que seriam consumidas pela população, em 1923, na administração de Juscelino Dermeval da Fonseca, os vereadores da Câmara aprovaram o projeto de número 7, autorizando o agente executivo a “adquirir por conta da municipalidade uma carroça apropriada para o transporte de carne verde do matadouro para os açougues”. Acrescentava que logo que entrasse “em serviço essa carroça, ficaria proibido o transporte de carne verde em outro qualquer vehiculo particular” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 29 de janeiro de 1923). Entretanto, apesar das medidas divulgadas, as críticas perduraram pela década de 1920 em diante. Os periódicos também divulgavam orientações à população quanto ao consumo adequado de carne, chamando a atenção para a qualidade do serviço e avisando sobre as doenças transmitidas pela carne, pois, segundo *O Pão de Santo Antônio*, informar e instruir eram as melhores prevenções (*O*

Pão de Santo Antônio. Pela saúde pública, 07 de janeiro de 1922; A carne que comemos, 09 de dezembro de 1923; A carne, 06 de janeiro de 1924).

No texto *A carne que comemos*, por exemplo, o jornal justificou as informações publicadas nas edições passadas alertando sobre o consumo de animais, afirmando que a carne “póde produzir, sob o ponto de vista hygienico, accidentes ligados ás condições em que se encontrava o animal por ocasião de ser morto e tambem relacionados aos vermes que o infestavam”. Informava também sobre quais eram as principais doenças transmitidas pelo seu consumo . As moléstias de estômago foram as mais citadas: “as solitárias mais frequentes entre nós são as que denomina *tenia saginata e tenia solium*”. O jornal ainda esclareceu:

[...] é fácil a todos evitar, por si mesmo, as solitárias e as trichinas. A carne não deve ser ingerida crua ou mal cozida. A nossa alimentação deve ser cuidadosamente examinada e o consumidor é o melhor fiscal, uma vez que seja convenientemente instruído a respeito da bôa alimentação, para assim rejeitar tudo aquilo que é nocivo à saúde (*A carne que comemos, O Pão de Santo Antônio*, 09 de dezembro de 1923)..

Cabe lembrar a função pedagógica assumida pelos periódicos, educando e orientando a população na consecução do grande objetivo de civilizar e modernizar a cidade. Sob este aspecto, as páginas serviram constantemente de veículo de divulgação de preceitos e informações sobre a manutenção da higiene pessoal e da salubridade urbana.

Se as discussões em torno dos açougues e matadouros evidenciam a preocupação das elites em determinar os espaços corretos e/ou adequados para realização desses serviços, o mesmo será observado em relação à criação de um cemitério municipal. Em nenhum outro momento na história de Diamantina se cobrou e se debateu tanto sobre a necessidade de se realizar os sepultamentos fora das igrejas, em um espaço específico apartado da cidade e que atendesse às exigências sanitárias da época. A defesa sobre o fim dos enterramentos nas igrejas foi posição assumida pela maioria dos jornais, mas não de forma unânime. É sobre esse tema que se discute a seguir.

2.2.3 Da construção do cemitério público à proibição dos enterros nas igrejas

Segundo João José Reis (1991) em estudo sobre os ritos fúnebres e as resistências populares no Brasil do século XIX, a preocupação de médicos e “homens cultos” com os enterros realizados no Brasil data, aproximadamente, do final do século XVIII. Por essa época, profissionais da medicina já alertavam a Câmara do Rio de Janeiro, por exemplo, para o perigo dos sepultamentos realizados nas Igrejas. Na década de 1830, teses médicas publicadas na cidade fluminense e na Bahia também versavam sobre o tema, criticando o costume religioso e a negligência das autoridades a esse respeito (REIS, 1991, p. 254-257). Segundo Reis (1991), para os médicos do período, os cemitérios deveriam localizar-se fora da cidade, sem fontes de água por perto, em terrenos altos e arejados, onde os ventos não se dirigissem para a cidade. Nos grandes centros urbanos, como Salvador e Rio de Janeiro, era necessário ter mais de um cemitério, não podendo esse fazer imediações com casas residenciais (REIS, 1991, p. 260).

A Lei Imperial de 1828 já tratava do tema, dando autonomia para os municípios e apontando suas atribuições em avaliar, junto com a autoridade eclesiástica do local, sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos (CARTA de lei de 1º de outubro de 1828..., 2015). Entretanto as medidas sancionadas pelas municipalidades não tiveram aceitação imediata. Os estudos realizados por João José Reis (1991) apontam para o fato de que na Bahia, onde a Câmara de Salvador já havia tentado proibir os enterros nas igrejas antes mesmo do decreto imperial, as práticas dos sepultamentos fora do cemitério público permaneceram, tendo como ápice o movimento da “Cemiterada”, em 1836. Liderado principalmente pelas confrarias, o movimento foi um marco de resistência da população contra as determinações que procuravam gerir sobre os ritos que envolviam a morte.

Assim como em outros lugares do país, em Diamantina, as disputas em torno da criação do cemitério municipal e da definitiva proibição dos sepultamentos nas igrejas não tiveram início com o advento da República. O tema já vinha sendo discutido desde o século anterior, aparecendo com maior vigor sempre que havia alguma ameaça epidêmica. No entanto, foi somente em 1891 que as autoridades tomaram a iniciativa para a construção do cemitério público na cidade. Tendo se iniciado com o advento da República, o projeto foi paralisado algumas vezes. Conforme salientou José Moreira de Souza (1993), o projeto esteve inserido no bojo de transformações das relações sociais então verificadas no interior da sociedade brasileira. Além de referir-se às questões

higiênicas, o tema também dizia respeito aos conflitos entre igreja e estado, e em especial ao projeto de secularização das lideranças republicanas.

Informando sobre a continuação das obras do cemitério público em Diamantina, os redatores do *Cidade Diamantina* torciam para que a administração realizasse finalmente “essa medida de tamanha necessidade” (*Cidade Diamantina*, 25 de junho de 1893). Anos mais tarde, o jornal afirmava ainda que o sepultamento fora das igrejas continuava a ser um problema de utilidade pública, sendo tema dos homens da ciência há bastante tempo:

O cemitério público, segundo a opinião dos homens da ciência, constitui uma medida de alta importância para as cidades populosas, principalmente aquelas que são predispostas para certas epidemias. Não podemos absolutamente compreender qual a causa que teve a Câmara Municipal para mandar parar as obras do nosso cemitério municipal. (...) O enterramento nas igrejas está hoje completamente condenado pelos princípios da higiene (...) A Diamantina que tem ultimamente recebido a prejudicial visita da varíola, precisa, quanto antes, impedir a propagação desse terrível micróbio (*Cidade Diamantina*, 1897 apud Souza, 1993, p. 208).

Segundo o semanário, as obras do cemitério eram interrompidas periodicamente, prejudicando o estado sanitário da cidade, que poderia ser acometida por epidemias, como a da varíola. Vale lembrar que, conforme analisou João José Reis, “a criação dos cemitérios fazia parte da batalha pelo saneamento das cidades. Os mortos, ou pelo menos os seus corpos, eram sem cerimônias associados a águas infectas, imundices e corrupção do ar” (REIS, 1991, p. 276) – algo já propalado pelas teorias científicas do período que associavam o ambiente e a sujeira com a presença de doenças.

Demonstrando estar atento a essas concepções do período, em 1896, o agente executivo e médico da cidade, Alexandre Maia, promulgou a resolução da Câmara proibindo os enterramentos no cemitério do Burgalhau – um cemitério antigo, dos primeiros anos do arraial, localizado à margem direita do Rio Tijuco, mais ao centro da cidade (MATA MACHADO FILHO, 1980, p. 10). A partir daquela data, os sepultamentos deveriam então ser realizados no cemitério público (Resolução n. 8 de 16 de julho de 1896, *O Município*, 24 de julho de 1896).

O projeto que proibiria definitivamente os sepultamentos em igrejas não foi acolhido imediatamente, enfrentando resistência de líderes conservadores, principalmente de membros da Igreja católica. Nesse sentido, como não haviam sido concluídas as obras do novo cemitério, a novela sobre os sepultamentos se prolongou

anos afora. A aprovação do Código de Posturas na administração de Olympio Julio Oliveira Mourão, em 1900, deve ser entendida como um fato inserido nessa narrativa. A seção intitulada *Infracção contra hygiene, salubridade e limpeza pública* do referido código permitia que os enterramentos fossem realizados dentro das igrejas, determinando somente que não fossem realizados fora desse espaço ou do cemitério público. Nesse período, conforme foi demonstrado no início desta seção, já existiam orientações médicas e mesmo uma legislação que proibia o enterramento nas igrejas. Portanto, os vereadores da Câmara de Diamantina na administração de Mourão procuraram estabelecer normas mais modernas de higiene, sem, no entanto, contrariar práticas tradicionais, principalmente aquelas ligadas à tradição religiosa.

Somente em 1905 foram concluídas as obras do cemitério. A lei municipal n. 163 de 13 de outubro daquele ano, além de estabelecer o seu funcionamento, trazia outras determinações relativas aos sepultamentos na cidade. O artigo 3 estabelecia que, após 12 meses da inauguração do cemitério, ficaria proibido o enterramento nas igrejas. Mas mesmo com as obras do cemitério concluídas, o problema continuava devido à resistência de religiosos e leigos em enterrar os mortos fora do “campo santo”, confirmando a forte presença do catolicismo na sociedade diamantinense. Segundo José Moreira de Souza (1993), o falecimento do bispo D. João Antônio dos Santos em 1905, que acabara não benzendo o novo cemitério, e seu sepultamento na Sé-catedral, corroborou a resistência das pessoas em enterrar seus parentes no cemitério público.

Nem mesmo o sepultamento do Coronel Antônio Eulálio de Souza, o maior negociante local de diamantes, no cemitério público alterou o costume local. O jornal *O Itambé* comentou que o enterro, sucedido conforme era a vontade do Coronel, deveria ser um exemplo para a população da cidade. Os redatores aproveitaram a notícia para pedir a criação de uma lei proibindo o enterramento nas igrejas e dentro do perímetro da cidade. Segundo o periódico, dentre as várias questões consideradas imprescindíveis para a salubridade de Diamantina, esta era uma das mais urgentes (Coronel Antonio Eulalio de Sousa, *O Itambé*, outubro de 1905).

Vale destacar que outros elementos entravam no conflito em questão. O Coronel era líder Maçom e o clero diamantinense era ultramontano, logo, antimaçônico. Por isso, o seu pedido para não ser enterrado na igreja.

As páginas de *O Jequitinhonha* também trouxeram notas sobre os inconvenientes dos enterramentos feitos no centro da cidade. Em março de 1906

chamou a atenção das autoridades sanitárias municipais para o desmoronamento do paredão que fazia divisa entre o cemitério da Igreja de Nossa Senhora do Amparo com as casas vizinhas, questionando:

Mas se esse paredão continuar a desmoronar-se, com as chuvas que infelizmente não têm cessado, qual será o resultado? A resposta é simples. O resultado será começarem aparecer os corpos de cadáveres em plena composição e acção do tempo, e em seguida a Diamantina terá de lutar com a epidemia das febres de mau character, embora tenhamos um clima excepcionalmente bom. Não será melhor que as auctoridades competentes se previnam, enquanto é tempo, afim de evitar mais esta calamidade? (*O Jequitinhonha*, 31 de março de 1906).

A notícia era finalizada com uma frase afirmando que esses eram os inconvenientes “dos enterramentos feitos no centro da cidade”, pois poderiam causar a contaminação do ambiente e formação de epidemias. Segundo era a expectativa do jornal, tal situação só seria resolvida no final do ano em função da Lei n. 163 de 13 de outubro de 1905, mencionada anteriormente.

Conforme verifica-se nos jornais do ano seguinte, para além dos debates sobre os sepultamentos dentro da igreja que continuaram mobilizando a sociedade local, a falta de manutenção do cemitério público tornou-se pauta dos jornais. Em junho de 1907, *A Idea Nova* publicou artigo associando o abandono a que se encontrava relegado o cemitério à ineficiência da administração municipal. Vê-se assim certa recorrência no argumento utilizado pelo periódico para explicar a sujeira das ruas, dos matadouros, dos açougues e do mercado municipal, decorrência em parte de sua posição de oposição ao governo municipal. Na ocasião, o jornal, procurando mostrar que parte da população concordava com suas exigências, publicou uma carta de um leitor pedindo ao agente executivo mais atenção às condições em que se encontravam o cemitério público: “immundo, abandonado, cheio de grama, onde vão pastar os animaes!” (Para quem appellar?, *A Idea Nova*, 30 de junho de 1907).

O problema com as condições do cemitério e com os enterramentos na igreja arrastaram-se até a década seguinte. Em 1912, com a mudança dos membros da Câmara, *A Idea Nova* publicava um artigo no qual apelava aos novos governantes que realizassem as obras tão necessárias à cidade: a canalização de água potável, a rede de esgoto, a proibição de enterros em igrejas, etc. (*A Idea Nova*, 02 de junho de 1912). O jornal informava a existência da antiga lei de 13 de outubro de 1905, que proibia o

enterro dos cadáveres nos cemitérios e carneiros das igrejas, tornando obrigatório o enterramento no cemitério municipal. Elogiando a determinação de medida tão higiênica, chamava a atenção para o fato de que a Câmara atual ainda tinha uma série de questões a resolver para viabilizar a proibição, entre elas a reforma do cemitério, por tanto tempo abandonado, com a construção de uma capela, nomeação de um diretor, a divisão dos lotes etc. (*A Idea Nova*, 16 de junho de 1912).

Como órgão de difusão da Igreja, *A Estrella Polar* deixava claro o posicionamento dos religiosos diante da questão, considerado mesmo como uma explicação importante para o abandono a que esteve relegado o cemitério. Segundo o jornal, a igreja não se colocava contra o novo cemitério, mas sim contra a ideia de secularização dos sepultamentos, como o banimento das liturgias associadas à morte. Referindo-se ao novo governo e à visita que seus integrantes haviam feito à redação do periódico para explicar sobre a necessidade da proibição dos sepultamentos fora do cemitério público (Nova Câmara, *A Estrella Polar*, 16 de junho de 1912), dizia:

Resumiu o programma do novo governo o sr. major Hilario Sebastião de Figueiredo, vereador pelo districto de Nossa Senhora da Gloria. Segundo o distincto vereador, a edilidade muito vae trabalhar em prol da indústria e da hygiene, de que tanto está precisando a nossa cidade. Só não concordamos com a secularisação dos cemitérios, a não ser que a secularização não se tome no sentido que ordinariamente dão. Niguem mais do que nós deseja que os enterramentos se façam fora das egrejas, mas queremos que os corpos dos nossos irmãos de crenças vão esperar a ressurreição final em verdadeiro *campo* santo (*Chronica local*, *A Estella Polar*, 09 de junho de 1912).

Hipotecando apoio às propostas do governo eleito, a igreja almejava garantir, junto aos novos dirigentes do município, espaço no novo cemitério destinado especificamente ao sepultamento de seus fiéis segundo os preceitos e ritos católicos. Na semana seguinte, explicando a determinação do fim do sepultamento fora do cemitério público, o jornal afirmava:

O que, pórem quer a Camara de Diamantina não é, felizmente usurpar nem tampouco profanar os cemitérios ecclesiasticos existentes. O que quer é que os enterramentos não mais se façam no centro da cidade, e fiscalisar a hygiene no cemitério. Isto nos garantiram os distinctos camaristas que se dignaram vir á nossa redacção, como em outra parte damos conta. E não somente isto, mas ainda mais nos asseguraram que a Camara nada resolverá sem primeiro ouvir ao exmo. sr. Bispo e com elle entrar em acordo. Assim temos razão para esperar que, no caso de não poderem os catholicos ter o seu cemitério proprio e distincto, no cemitério geral terão uma área reservada, á

qual receberá a benção, da Igreja, terá uma capella litúrgica e onde os enterramentos de catholicos poderão ser livremente feitos conforme o Ritual Romano. Em outra palavra, nessa área poderão ser executadas todas as prescrições da Igreja, quanto a sepultura e funeraes (Cemiterio Municipal, *A Estrella Polar*, 16 de junho de 1912).

Em setembro de 1912, atendendo a todas essas solicitações, o município publicava lei autorizando o agente executivo proceder com a reforma do cemitério e a construção de uma capela mortuária, e por fim a sua inauguração. A nova lei autorizava também que o agente executivo entrasse em acordo com as confrarias legalmente constituídas, para que obtivessem “áreas divididas para enterramento de seus confrades” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 20 de setembro de 1912). Tão logo concluídas as obras, ficariam, portanto, proibidas os enterros nas igrejas (*A Estrella Polar*, 06 de outubro de 1912). Mas foi só em 18 de julho de 1914 que foi sancionada a lei nº 249, estabelecendo o regulamento do Cemitério Municipal e reafirmando a determinação de que nenhum enterramento fosse realizado no interior ou nos cemitérios contíguos às igrejas. Vale mencionar que essa nova lei entraria definitivamente em vigor somente em 1915.

No ano seguinte, a Câmara, sob chefia de José Eulálio, procurava dar prosseguimento à determinação imposta, adequando a nova lei aos costumes religiosos. Atendendo ao pedido das confrarias que requisitavam espaço no cemitério público, o Agente Executivo estava autorizando a conceder à congregação de S. Vicente de Paula, da “melhor forma que entender de conformidade com o regulamento do cemitério [...] o quadro de terreno necessário à construção de um jazigo”. Os camarários aceitavam os carneiros destinados aos enterramentos das congregações religiosas, pois levavam em consideração que os enterramentos nas igrejas eram “tolerados por todas as autoridades dos tempos passados” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 06 de outubro de 1916).

Conforme apresentado aqui, o movimento em torno da secularização dos cemitérios se inseriu no pensamento que buscava modernizar e civilizar o espaço e os comportamentos urbanos em Diamantina, inscrevendo-se nos debates em torno do saneamento da cidade.

Se este foi um problema que encontrou solução já nos meados da década de 1910, outros problemas, como o abastecimento de água potável e o serviço de esgotos, permearam a vida dos diamantinenses por todo o período da Primeira República.

2.2.4 As obras de canalização de água potável e da rede de esgotos

No final do século XIX, o engenheiro diamantinense Catão Jardim escreveu um artigo para a *Revista Industrial de Minas*, no qual fez um apanhado geral sobre o município de Diamantina, principalmente nos aspectos econômicos e geográficos. Teceu também diversos comentários quanto às condições sanitárias da cidade. Suas impressões vieram a público em Diamantina através das páginas de *O Município*, em 1896. Segundo sua avaliação, a cidade era abastecida por excelente água potável oriunda de vários mananciais e nascentes da região. Os edifícios, por sua vez, deixavam “muito a desejar” e o sistema de rede de esgotos, “ainda herdado de nossos antepassados, era o pior possível”. O engenheiro ainda acrescentou: “as águas estagnadas nas péssimas calçadas das ruas, tornariam insalubre esta cidade, se não fossem as boas condições climatológicas que ella possui [...]” (*O Município*, 10 de julho de 1896). Certamente, aos olhos do engenheiro, a infraestrutura sanitária de Diamantina, apresentando construções do período colonial, não correspondia às normas de higiene do período. Conforme salientado pelo engenheiro Catão Jardim, a administração pública ainda não havia realizado os melhoramentos por ele apontados. Esses problemas também não fugiram aos olhos dos redatores, que deram amplo espaço ao tema do abastecimento e da rede de esgotos da cidade.

Se o engenheiro havia elogiado a qualidade das águas que eram captadas pela cidade, a população reclamava nos jornais sobre a qualidade dos serviços de abastecimento oferecidos pelo município, chamando a atenção dos vereadores para as condições higiênicas dos chafarizes e dos encanamentos (*O Município*, 06 de abril de 1899; 15 de março de 1900). É interessante perceber como no imaginário social a imprensa ocupava um posto importante na comunicação entre o povo e o governo municipal, como na própria avaliação desse governo. Não foi à toa que o vereador se preocupou em dar satisfação à imprensa.⁵⁵ Ainda no final do século XIX, medidas preventivas e pontuais haviam sido realizadas pela Câmara: obras de esgotamento em algumas ruas do centro e serviços de limpeza e consertos do rego público, das pias da

⁵⁵Atendendo às reclamações feitas pela população sobre a distribuição de água no rego público, alguns vereadores justificaram que a falta de água era resultado do seu uso na mineração e ao calor excessivo. Temendo a saúde pública e o risco de epidemias, um dos vereadores chamou a atenção do agente executivo para que ele tomasse as devidas providências para solucionar o problema pelo bem da saúde pública e em resposta à imprensa e ao povo (*O município*, 06 de abril de 1899).

aguada pública, dos chafarizes e dos encanamentos públicos (Secretaria do Governo Municipal, *O Município*, 05 de junho de 1897; *O Município*, 08 de junho de 1896; Ordem do dia, *O Município*, 16 de junho de 1900). Todos esses serviços eram realizados por terceiros através de contratos celebrados pela Câmara Municipal (Pagamentos autorizados, *O Município*, 28 de novembro de 1899).

No início do século XX, para além das medidas pontuais mencionadas, que continuaram a fazer parte das ações do poder público, houve uma acirrada disputa local para que se fossem arrançadas definitivamente as obras de saneamento. Conforme observado nas outras secções deste capítulo, o jornal *A Idea Nova*, participando ativamente dos conflitos locais, questionou por diversas vezes a falta de atuação da Câmara Municipal em relação a diversos aspectos relativos à higiene urbana. Sobre as obras de canalização da água potável e da rede de esgoto, o posicionamento do semanário não foi diferente, mostrando preocupação com as doenças que podiam ser transmitidas pelas águas.

Em 1907, o jornal dava voz a um morador que atribuía à administração municipal a culpa pelos males que acometiam a população da cidade, agravando o estado sanitário de Diamantina. O morador asseverou a existência de determinadas doenças, que acometiam os cidadãos pela incúria e pelo relaxamento da Câmara, que apesar de conhecer a etiologia da moléstia, que causava as epidemias de “febres de mau carácter”, não implementava nenhum melhoramento necessário para transformar aquela “triste realidade”. O autor recorria ao exemplo do Rio de Janeiro que, segundo ele, com uma população bastante superior à de Diamantina e com condições climáticas inferiores, havia extinguido essas doenças com medidas profiláticas “aconselhadas pela moderna hygiene”. Segundo sua opinião:

[...] o único vehiculo de infecção que há em Diamantina é a água, devido às condições em que corre, inteiramente descoberta, em um percurso de mais de 3 kilometros, desde a sua nascente até o ponto em que começa a ser canalizada, dentro já do perímetro da cidade (Com a Camara Sr. Redactor. *A Idea Nova*, 31 de março de 1907).

Para piorar a situação, diversos pontos do rego público eram cortados por estradas que davam passagem a animais, carros de bois e outras espécies de veículos, acabando por corromper a qualidade da água. Além disso, destacava-se que o uso do rego por lavadeiras – considerado como “cúmulo da vergonha” - só agravava a situação.

Por fim, ele cobrava da Câmara soluções para o problema, dizendo que os impostos eram altos e deveriam ser melhor aplicados para benefício da população (Com a Camara Sr. Redactor. *A Idea Nova*, 31 de março de 1907).

A partir de 1908, apoiando a administração de Caldeira Brant, chefe do executivo naquele ano, o jornal comentou e elogiou as medidas implementadas pelos novos membros da Câmara. Mas em nenhum momento deixou de lembrar a ineficiência do governo de Olympio Mourão, o qual, segundo o redator, havia deixado o rego publico entregue ao descaso, apesar das “continuas reclamações da imprensa e do povo” (Obras publicas, *A Idea Nova*, 02 de agosto de 1908). Mais uma vez, percebe-se como parte dos jornais publicavam requisições pedindo respostas das autoridades sobre as solicitações e reclamações feitas em suas páginas. No entendimento dos redatores esta era a função da imprensa: cobrar das autoridades os melhoramentos necessários.

As altercações sobre o abastecimento regular e higiênico de água potável na cidade se intensificaram ao findar do ano de 1909. A eminente chegada da estrada de ferro - a “menina dos olhos” das elites diamantinenses - exigia outros melhoramentos, como o saneamento urbano, que foi discutido pelos camarários. Na reunião extraordinária na 1ª sessão da Câmara do dia 26 de novembro de 1909, por exemplo, os vereadores propuseram a implementação do serviço de abastecimento regular e higiênico de água potável, justificando a medida pelo fato de que em pouco tempo a cidade seria contemplada com a ligação férrea. Com efeito, era necessário tal serviço para que se colocasse “a cidade de accordo com o alto grau de civilização de seus habitantes, e com as relações commerciaes que advirem, attrahindo a essa porção bella do Estado, industriaes e que a enriquecerão explorando, com os filhos da terra, suas riquezas”. A ata da reunião trazia ainda uma proposta apresentada pelo engenheiro Henrique Paixão, requerendo a implantação do serviço, tendo em vista o provável crescimento da população que a inauguração da estrada de ferro provocaria, sendo imprescindível garantir o abastecimento de água em hospitais e todas as demais localidades de Diamantina (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 26 de novembro de 1909).

No ano seguinte, o jornal *A Idea Nova* fez um balanço geral das ações do governo de Caldeira Brant para responder às supostas “calumnias” propaladas pela oposição. Entre elas, a acusação relativa à falta de canalização de água potável e de uma rede de esgotos em Diamantina. Em resposta, o jornal afirmava que a Câmara havia

buscado resolver o problema “estabelecendo as bases de um contracto com um distincto profissional”. No entanto, destacava que esse serviço deveria ser executado somente pela futura administração (Ao povo do município de Diamantina, *A Idea Nova*, 26 de junho de 1910).

As bases do contrato para as obras de saneamento se tornariam possíveis porque a cidade iria se beneficiar da lei estadual número 546, de 27 de setembro de 1910, que autorizava o Presidente do estado a promover obras de saneamento e melhoramentos nos municípios. Segundo *A Idea Nova*, o abastecimento de água potável em Diamantina ocorria por minas existentes em terrenos particulares, que, além de serem muito irregulares, estavam sujeitas a interrupções periódicas. A câmara deveria expropriar os terrenos para utilidade pública. Em relação à rede de esgotos, dizia ser esta outra “necessidade inadiável e urgente para esta cidade, pois os raros encanamentos subterrâneos que aqui há são ainda do tempo do Tijuco e são pouquíssimas as casas que tem instalações sanitárias hygienicas e decentes” (Água e exgotos. Unificação da dívida municipal, *A Idea Nova*, 01 de janeiro de 1911).

A possibilidade de que as obras pudessem ser realizadas foi saudada com entusiasmo pelo jornal, que a cada dia elogiava a administração e publicava observações e informações sobre os acordos estabelecidos entre a Câmara Municipal e os empreiteiros (*A Idea Nova*, 07 de janeiro de 1912; Observações sobre a perfeita distribuição de água em Diamantina, *A Idea Nova*, 03 de setembro de 1911; Água e exgotos, *A Idea Nova*, 08 de outubro de 1911).

Entretanto, a indicação de que a nova administração eleita em 1912 não concretizaria os acordos e as obras programadas foi tratada pelo redatores do *A Idea Nova* com ofensa e ironia (Já começam bem..., *A Idea Nova*, 07 de abril de 1912). Em maio, os julgamentos feitos pelo semanário sobre as decisões tomadas pelos novos membros do governo deram origem a artigos que procuraram convencer a população de que esses políticos não governavam pensando no bem público. Diante da possibilidade de o governo investir na construção de uma Escola Normal no lugar dos serviços de águas e esgotos, o jornal defendeu as obras de saneamento, argumentando que o empréstimo obtido pelo Coronel Augusto Caldeira Brant havia feito “brilhar no horizonte amplo da civilização, uma fulgurante centelha de luminosa esperança”(Água e Esgotos, ou Escola Normal?, *A Idea Nova*, 12 de maio de 1912). Afinal, conforme afirmava o jornal, ainda que Diamantina fosse privilegiada por conta de suas condições

climáticas favoráveis, era necessário que os governantes providenciassem os meios necessários para o crescimento da cidade, que, aumentando a sua população, não poderia comprometer a qualidade da água que abastece a cidade, investindo e melhorando o serviço público sanitário. O autor do texto prosseguia argumentando que a água era “o maior vehiculo transmissor de uma infinidade de moléstias”, pois o seu trajeto era feito, ao menos em Diamantina, “accumulando miasmas infecciosos, que muito contribuem para a inoculação no nosso povo, de uma quantidade de microbios capaz de levar-nos, especialmente, ao incurável estado de tuberculose”. Dessa maneira, dizia que ninguém poderia contestar a necessidade de organizar a rede de esgotos, nem mesmo a municipalidade (Água e Esgotos, ou Escola Normal?, *A Idea Nova*, 12 de maio de 1912).

A situação de Diamantina piorava quando se analisavam as construções da cidade. Pois “varias são as casas que têm quartos de dormitório por cima das privadas; não havendo sufficiente determinação d’água para completa limpeza dos depósitos accumulados” (Água e Esgotos, ou Escola Normal?, *A Idea Nova*, 12 de maio de 1912). A situação piorava quando se percebia que muitas casas não contavam com “*water-closets* e banheiros” e, em muitos pontos da cidade, os dejetos eram “atirados às ruas!” (O saneamento da cidade ou a Escola Normal?, *A Idea Nova*, 19 de maio de 1912).

Para comprovar que a rede de esgoto de Diamantina não atendia às demandas da cidade, o semanário descreveu as condições sanitárias do edifício do grupo escolar e da cadeia pública. No prédio do grupo, as privadas ficavam constantemente sem água “necessária à remoção das impurezas”, constituindo uma “séria ameaça à vida de centenas de creancinhas, que vêm-se forçadas, na alegria da inconsciência do perigo, à aspiração de um ambiente sufficientemente perturbado por uma infinidade de micróbios”. Segundo o jornal, funcionários do Governo do Estado, incumbidos de fiscalizar as escolas estaduais, já haviam clamado contra as instalações sanitárias de um local como esse. Quanto às condições de higiene da cadeia, os presos viviam isolados em “cubículos por quatro paredes impregnadas de um bafio corrosivo, e de uma friagem assassinada!”. Para piorar, há poucos passos das celas, estava depositada um “monturo mor das infecções”, que poderia ser facilmente resolvido se fosse “collocado alli um cano de esgotos, conductor das immundicies pestilentas” (A questão da actualidade, *A Idea Nova*, 19 de maio de 1912).

Dessa maneira, nesses artigos, os redatores organizavam seus argumentos a favor do saneamento urbano e descreviam o estado sanitário de Diamantina, destacando as condições do ambiente, o aparecimento de micróbios e a provável contaminação do meio. Como forma de alimentar essa discussão, sobre a qualidade do serviço público de saneamento urbano, *A Idea Nova*, em sua edição de 19 de maio de 1912, convocou os médicos da cidade para opinarem a respeito de duas questões específicas:

- 1º) Há urgente necessidade da canalização da água potável e da construção da rede de esgotos nesta cidade?
 2º) Quaes são as moléstias reinantes nesta cidade, por deficiência d'este melhoramento? (A' distincta classe medica de Diamantina, *A Idea Nova*, 19 de maio de 1912).

Dois médicos – Alexandre Maia (antigo Delegado de Higiene e Agente Executivo) e Berzelius (que na edição do dia 16 de junho soube-se que se tratava de um pseudônimo para David Corrêa Rabello) - responderam à demanda em 26 de maio de 1912. Eles escreveram aprovando as obras de saneamento e, fazendo coro ao que apontava o periódico. Afirmaram ainda a péssima qualidade dos serviços de abastecimento em funcionamento na cidade. Os dois médicos - Davi Côrrea Rabello um pouco mais do que Alexandre Maia – alertaram sobre os micróbios presentes nas águas que supriam as necessidade da cidade e que poderiam ocasionar diferentes moléstias, entre elas verminoses diversas e até mesmo o cólera (À distincta classe medica de Diamantina, *A Idea Nova*, 26 de maio de 1912)

Alexandre Maia dizia que “com o augmento considerável de sua população, não se pode, em absoluto, dispensar ou adiar a construção de uma bôa rede de esgotos e perfeita canalização d'água”. Vale lembrar que ao saber que Diamantina receberia a estrada de ferro, políticos, médicos, “homens de imprensa” imaginavam que a população da cidade aumentaria consideravelmente, justificando melhoramentos como apontados pelo clínico. David Rabello defendia que, apesar de pequenos episódios de “febres typhoides” na cidade, não ocorriam grandes epidemias em Diamantina porque a população já estava “mais ou menos vaccinada pela ingestão quotidiana de grande quantidade de micróbios”. Demonstrando conhecimento sobre as práticas da imunização já divulgadas no período, o médico informava que este era “um dos meios usados na sciencia para se praticar a vaccinação prophylatica contra a typhoide”. Dentre um número conhecido de bactérias inofensivas ao organismo, segundo o clínico, havia, no

grupo desses vermes, alguns “indivíduos eminentemente perigosos”, como as “*ascarides lombricoides*” e a “*tennia echinococcus*”, que, transmitidas pela água, provocavam doenças do intestino no ser humano. Finalizou dizendo que fez apenas um esboço sobre os males que a água contaminada poderia causar à população. Acrescentou ainda que, para além de se preocupar com as doenças originárias da falta de esgoto, era um sonho para os diamantinenses poder dirigir-se ao chuveiro pela manhã e tomar um banho “para de lá voltar com o espírito alevantado e alma reconfortada”. Afinal, mais do que medida de higiene, água canalizada era, portanto, sinônimo de conforto da vida moderna.

O discurso dos dois médicos, que coadunava com o pensamento dos redatores do *A Idea Nova*, se pautava no que creditavam ser de utilidade pública. Implementar os serviços de água e esgotos era questão essencial. Já impedir nestas condições o saneamento da cidade era “crime de lesa patriotismo que não tem explicação possível à não ser o despeito, o rancor, o ódio político, por ter sido uma medida votada pela patriótica administração, cujo o mandato vai expirar” (O saneamento da cidade ou a Escola Normal?, *A Idea Nova*, 19 de maio de 1912).

Conforme analisa-se ao longo deste capítulo, os redatores do semanário, apoiando a administração de Caldeira Brant, temiam que os novos governantes não realizassem tais obras de saneamento. Argumentavam dizendo que investir em saúde pública era essencial para o desenvolvimento da cidade, que deveria cuidar melhor de seus moradores.

Num certo paiz chamado Adamantino havia um homem de nome Camara, tutor do menor Tijuco. Certo dia Camara chamou o tutelado e lhe disse:- Vem cá meu filho. Como sabes, tens em minhas mãos um pecúlio de 240\$000(duzentos e quarenta mil reis). Esse dinheiro teu pae te deixou para te tratares, pois estás cheio de caspa, leproso, immundo, coberto de andrajos. Entretanto eu pretendo dar outra applicação a esse pecúlio, já sabes ler, escrever, tens mesmo alguma instrucção; mas é tão bonito tirar o titulo de normalista! É desta maneira que uma Camara patriótica pretende tratar Diamantina (Um conto da actualidade, *A Idea Nova*, 19 de maio de 1912).

O articulista usou da ironia para falar dos males da cidade, sugerindo que Diamantina tinha vários problemas de saúde pública que demandavam solução premente, no entanto, os representantes do povo (a câmara e o chefe do executivo municipal) ocupavam-se antes de lhe dar um lustro enciclopédico em vez de garantir sua sobrevivência. Do que adiantava Adamantino ter o título da Escola Normal se

estava doente? A opinião proclamada pelo jornal estava em sintonia com aquela expressa pelos médicos do período sobre o país e que ganharia proeminência através do movimento sanitarista da década de 1910, liderado por Belisário Pena e Artur Neiva.

Por essa época, o discurso de Miguel Pereira, que afirmava que o “o Brasil é um imenso hospital”, inaugurou um “amplo movimento de opinião pública que diagnosticava a doença como o principal problema nacional, e o descaso das elites, a razão pela qual pouco se fizera para solucioná-lo” (HOCHMAN, 2006, p. 66). Com efeito, com imensas áreas desassistidas, o Estado brasileiro deveria organizar suas ações no que diz respeito à saúde pública, promovendo melhorias sanitárias nos sertões do Brasil. Além do discurso de Miguel Pereira, a publicação, em 1916, dos cadernos de viagem dos médicos do Instituto Oswaldo Cruz que promoveram expedição científica pelo norte e nordeste do país em 1912, foram o ponto de partida do movimento sanitarista, marcando a superação da sua fase urbana com a nova bandeira do “saneamento dos sertões” (SANTOS, 1985, p. 7).

Apesar de essas viagens terem sido empreendidas principalmente ao Norte e Nordeste do país, existirá uma clara relação para o significado de *sertão*, entre a presença da doença e ausência do poder público (HOCHMAN, 2006, p. 69). As péssimas condições de vida das populações que viviam em áreas afastadas das ações do Estado, assoladas por inúmeras doenças, caracterizou a categoria *sertão* nesse momento. Em tal contexto, diziam os médicos e intelectuais preocupados com a condição de vida do sertanejo: do que adiantava ter indústrias, realizar grandes reformas urbanas nas cidades do litoral se o brasileiro, aquele que morava no sertão, está cheio de moléstias?

Voltando para o artigo publicado pelo *A Ideia Nova*, a população de Diamantina, da “Princeza do Norte”, enfrentava problemas com a distribuição de água, com a rede de esgotos e, com efeito, com as doenças. Esses problemas colocavam a cidade inserida no imaginário sobre o sertão, do norte mineiro ou brasileiro, que opunha civilização e barbárie, saúde e doença, atraso e progresso. Retornar-se-á a essa questão no próximo capítulo.

A comissão formada na administração de Juscelino Pio Fernandes, em 1912, a qual produziu o relatório de higiene já mencionado nas seções anteriores, elogiou a iniciativa da municipalidade de fazer um levantamento sobre o estado sanitário da cidade. Os membros sugeriram ainda que a falta de limpeza e obras de saneamento tinham suas origens na administração passada, que fez decair a imagem da cidade dos

tempos áureos do Tejuco, rebaixando “a economia de tão nobre cidade ao ínfimo nível”. Mais uma vez, há indicações do paradoxo entre negar a paisagem colonial, defasada pelas precárias condições de saneamento, e saudar os tempos em que a cidade tinha importância reconhecida no cenário econômico do estado. Nesse momento, a má administração foi um elemento utilizado pela comissão e vereadores para justificar que a cidade tinha perdido importância na região.

Sobre as condições de saneamento urbano, a comissão fez novamente críticas à administração até então vigente, dizendo que pouco fez, e o que foi feito o foi de maneira impositiva, autoritária. Diziam ainda que não só houve absoluta inobservância, “mas desconhecimento completo das prescrições mais elementares em todos os serviços regulamentares da hygiene sanitária” (Relatório, *A Estrella Polar*, 11 de agosto de 1912).

O jornal *A Idea Nova* questionou a isenção da comissão organizada pelo município, afirmando ser estranho não terem sido eleitos para a mesma os srs. José Eulálio de Souza e Redelvim Andrade, respectivamente médico e farmacêutico da cidade. Para o jornal, a prefeitura não se lembrou das pessoas gabaritadas, informadas pelo saber técnico-científico para opinar sobre essa questão. Ou, como o jornal estampava em nota do dia 6 de junho de 1912: “os únicos competentes para opinião sensata, pelo menos tem a seu favor presumpção de competência, por terem estudado na Academia de Medicina do Rio e terem posteriormente longos annos de clinica médica” (Commissão de Hygiene. *A Idea Nova*, 16 de junho de 1912). O jornal reclamou também sobre a falta de interesse dos médicos da região em responderem à sua iniciativa de indagamem aos profissionais da área a respeito das condições sanitárias da cidade. Referindo-se ao questionário do artigo “Á Distincta classe medica de Diamantina” publicado no jornal do dia 19 de maio, o autor do texto comentou: “Si os outros médicos tivessem respondido favoravelmente aos nossos quesitos, ter-se-hia levantado uma corrente formidável da opinião pública contraria ao monstruoso projecto em gestação na Camara Municipal, para o aniquilamento da canalisação e da rêde de esgotos”. Lamentando o ocorrido, o jornal previu que infelizmente a comissão publicaria um relatório afirmando o bom estado sanitário de Diamantina (Commissão de Hygiene. *A Idea Nova*, 16 de junho de 1912).

A Idea Nova parou de circular na cidade ainda em 1912, conforme noticiado pelo jornal *A Estrella Polar*, em 21 de julho daquele ano. Dessa forma, como não houve

acesso a outro jornal que fizesse oposição ao governo como fez o semanário dos Mata Machado, não foi possível acompanhar os comentários suscitados pelo parecer da comissão de higiene, divulgados em agosto e setembro de 1912. Em um de seus últimos números, os redatores comentaram sobre a importância de seguir o exemplo de outras cidades do estado, como Bello Horizonte, Ouro Preto, S. João D'El Rey e do restante do país, caso de São Paulo, do Rio de Janeiro, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, entre outras. Todas essas cidades, afirmava o periódico, com mais de 6000 mil habitantes, já tinham regularizado os serviços de água e esgotos (Em prol de Diamantina, *A Idea Nova*, 09 de junho de 1912).

No artigo, comentou-se ainda que o município deveria levar em consideração as particularidades de Diamantina, restringindo a implantação da canalização da água às áreas centrais da cidade. Justificava a prescrição dizendo que a população dos bairros mais pobres (como Capim da Palha, Venda Nova, Rio Grande, dentre outros) não teria condições de pagar os impostos que precisariam ser cobrados sobre estes serviços. Nesses locais, deveriam ser instaladas fontes modernas e higiênicas a fim de atender à população. Por fim, o jornal chamou a atenção para a necessidade de desapropriar as águas pertencentes a particulares, de se garantir a prudência, economia e embelezamento e que se firmasse também contrato com uma empresa que calçasse devidamente as ruas (Em prol de Diamantina, *A Idea Nova*, 09 de junho de 1912).

Em maio de 1912, pela primeira vez, o jornal católico *A Estrella Polar* se posicionou abertamente diante das considerações publicadas pelo *A Idea Nova*, que cobravam da municipalidade as obras de esgoto e de canalização da água. O periódico justificava sua ingerência na “importantíssima questão do saneamento da cidade”, afirmando ser ela uma demanda da própria população diamantinense, pois, segundo o jornal, “muitos paes de família” procuraram a redação solicitando um posicionamento da igreja sobre o assunto. No entanto, apesar de seu pronunciamento, o semanário argumentou que garantiria a manutenção de sua neutralidade nos assuntos políticos. Entre as posições defendidas estava a afirmação que rescindir o contrato feito com o Governo do Estado para o saneamento a favor de uma Escola Normal seria “um descabro”. Completava com a observação de que acreditava que a nova câmara a ser empossada, longe de rescindir o contrato, prosseguiria as obras de saneamento da cidade “com o mesmo ardor e patriotismo da actual [...] Os vereadores de que ella se

compõem, inspiram-nos, felizmente confiança” (A’ Estrella Polar, *A Estrella Polar*, 26 de junho de 1912).

A consulta ao livro de Atas da Câmara Municipal entre os anos de 1912 a 1913 permite dizer que na administração de Juscelino Pio Fernandes os vereadores procuraram justificar a não realização das obras requeridas pelo fato de o contrato estabelecido por Caldeira Brant com o Governo do Estado ser inconveniente, pois sobrecarregava os cofres públicos. Em 16 de setembro de 1912 foi submetida aos vereadores a proposta de modificação de tal contrato, colocando em suspenso os estudos para as obras de saneamento. O senador Olympio Julio Oliveira Mourão, aceitando fazer a procuração da Câmara de graça, pedia ao poder público estadual a redução do empréstimo (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 16 de setembro de 1912). No entanto, em 1914, os vereadores da Câmara não só autorizaram que o agente executivo mantivesse o empréstimo do Governo do Estado como pediram o acréscimo de 30:000\$000 (trinta contos de réis) para o saneamento urbano e a canalização d’água “na sede dos destrictos de Curralinho, Rio Manso, Arassuahy e Curimatahy” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 18 de julho de 1914). A proposta não vingou e, em dezembro do mesmo ano, a municipalidade desfez o contrato com o governo (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 24 de dezembro de 1914).

A discussão e notícias referentes às obras de canalização de água potável e rede de esgotos reapareceram na década de 1920, quando finalmente foram concretizadas. O edital de concorrência pública para a realização das mesmas foi publicado nas páginas do *Pão de Santo Antônio* em dezembro de 1926 (05 de dezembro de 1926). O empreendimento foi elogiado pelo *Diamantina*, que fazia propaganda do governo, dizendo ser um sonho finalmente realizado. Abrigar um serviço sanitário semelhante ao ofertado nas grandes cidades, garantindo higiene urbana e saúde da população, era o mesmo que alçar Diamantina a um patamar de civilização semelhante ao alcançado pelos centros urbanos modernos. Para o jornal e administração, que defendiam as obras, a água potável e a rede de esgoto poderiam ser associadas ao grau de cultura e prosperidade da sociedade:

De facto: esse serviço é a saúde, o saneamento, a hygiene da cidade; elle vem assegurar à nossa população um dos maiores confortos da vida civilizada: constituirá elle, por isso, o mais alto índice de cultura e prosperidade de nossa terra. Já um dos nossos illustrados clínicos declarou, com espírito, que, canalizada a água como está sendo, perderão os médicos grande parte de sua

clientela em Diamantina. E só isso, só o desaparecimento de várias moléstias infecciosas, que a imperfeição do nosso abastecimento d'agua e rede de exgottos mantem endemicamente na cidade, ceifando annualmente innumeras vidas de adultos e crianças, só isso constitue beneficio de tal ordem, que difficilmente poderá ser igualado, mas nunca ultrapassado (*Diamantina*, 19 de dezembro de 1926).

O jornal brincou com a situação dizendo que o beneficio seria enorme para todos, menos para os médicos, que não teriam clientes, uma vez que Diamantina nunca mais sofreria com as doenças infecciosas. Tudo levava a crer, aos olhos dos redatores, que seria impossível a cidade assistir a outro melhoramento melhor do que este.

As obras tão ansiadas iniciaram-se dois anos depois, em 1928. A notícia foi divulgada pelas páginas do órgão oficial do município com entusiasmo, que avaliou que tal melhoramento se revestia, em um sentido bem amplo, de libertação do atraso no qual a população da cidade vivia: “uma verdadeira carta de alforria, pela qual vínhamos ansiando há tantos annos” (*Diamantina*, 12 de março de 1928). Os vereadores procuravam marcar aquele governo como o que “abriu as portas” de um desembaraço para que Diamantina pudesse então trilhar o caminho do progresso. Dava-se adeus não só às antigas estruturas coloniais, mas a todo um imaginário que associava a região ao retrocesso. Na notícia, percebe-se ainda que o significado de alforria se transformou. Mais do que superar um suposto atraso por meio da conquista de símbolos materiais do que significava o progresso, os diamantinenses estavam, a partir daquele momento, vencendo a difícil luta contras as doenças e a miséria. Afinal,

Povo fraco, minado pela doença é povo vencido antes da lucta. Por melhores que sejam os seus dotes de intelligencia, por mais praticáveis que se lhe antolhem os caminhos do progresso, nada fará de útil, nada poderá conseguir, porque o desanimo lhe ata os braços com os seus pesados grilhões de ferro. Sanear o ambiente das cidades, garantir às suas populações saúde estável, dotando-as dos requisitos de hygiene necessários à sua vida e actividade, é libertal-as da peor das escravidões – a escravidão do desconforto, da moléstia, da miséria physica, que infallivelmente se reflete no equilíbrio mental e moral dos indivíduos (*Diamantina*, 12 de março de 1928).

Como dito acima, para o jornal, a concretização das obras de saneamento da cidade era uma das etapas mais importantes na conquista do progresso. Para a realização das obras foi acionado um engenheiro, dr. Symphronio Brochado Junior, considerado pelo jornal “um profissional de muita competência e que tem grande pratica de serviços de engenharia sanitária” (O governo municipal, iniciando ante-hontem a construcção do

reservatório do Grupiara, deu começo às grandes obras de canalização d'água desta cidade, *Diamantina*, 12 de março de 1928).

As obras de abastecimento d'água e construção da rede de esgoto só foram possíveis por meio do empréstimo contraído com o Estado de Minas Gerais, em 29 de abril de 1925. Parte do valor total foi repassado para a Estrada de Ferro Central do Brasil, que, por meio de um acordo com o Município de Diamantina, realizaria as obras de abastecimento de água desta cidade. “O Serviço de abastecimento de água as oficinas e estações e demais dependências da estrada” deveriam ser “aproveitados pela Câmara Municipal”. Esta, por sua vez, deveria “auxiliar na captação de água e outros serviços necessários. A câmara continuará a ter plena propriedade dos terrenos da aguada”. Já a Estação de Ferro Central do Brasil teria gratuidade na água (FONSECA, 1931, p. 9).

Segundo consta no relatório de prestação de contas do governo de Juscelino Dermeval da Fonseca, publicado em 1931, para a realização das obras, a grande diferença de nível entre a parte mais alta e baixa fez com que a cidade fosse dividida em três zonas que seriam abastecidas por três reservatórios distintos: a “zona alta, servida pelo reservatório superior; média, servido pelo reservatório da Grupiara; e baixa; pelo da Praça B. Guaruhy” (FONSECA, 1931, p. 25-26). Procurando fazer parecer que essas obras eram algo grandioso para a cidade, que se assemelhavam às reformas urbanas realizadas nos grandes centros do país, Juscelino D. Fonseca esclareceu que a compra do material “metálico” foi realizada por concorrência pública entre as “melhores casas” do Rio de Janeiro e São Paulo. Esclareceu ainda que o sistema adotado em Diamantina era semelhante ao idealizado por Saturnino Britto, engenheiro responsável pela reforma urbana de Santos (FONSECA, 1931, p. 9).

De maneira geral, Juscelino Dermeval da Fonseca fez questão de dizer que ele havia realizado a maior obra de saneamento e progresso que os moradores da cidade já tinham visto. Fez, assim, que surgisse da paisagem antiga, colonial, uma cidade moderna com “ótimo sistema de abastecimento d'água potável, executado de inteiro acordo com as exigências da engenharia sanitária”. Além disso, na sua concepção, ele havia resolvido o problema “constante de estrago do calçamento: a abertura diária de ruas para concerto dos antigos encanamentos” (FONSECA, 1931, p. 9). Demonstrando preocupação com o embelezamento da cidade, construiu jardins em volta do reservatório localizado no centro, na praça Barão de Guaruhy. Portanto, por todas essas

medidas, aos olhos do agente executivo, as obras trouxeram melhoramentos indiscutíveis. A cidade caminhava agora nos trilhos do progresso e a sua população estaria livre das moléstias.

Entretanto, assim como em muitos projetos realizados pelo país afora, em Diamantina a modernidade não era para todos. Regiões mais afastadas do centro, como o Arraial de Baixo, não foram atendidas pela distribuição de água potável. Quanto à rede de esgotos, Dermeval da Fonseca procurou esclarecer que esta abrangia “a parte mais importante e povoada da cidade”, isto é, o centro. Procurando dar um tom mais democrático para o que realizara, demonstrando estar atento às demandas e problemas locais, o chefe do executivo salientou, porém, que fez, “questão” de estender a rede de esgoto “à zona onde todos os anos se registravam casos de infecções typhicas e paratyphicas – o Macau”. Esclareceu ainda que foi “por deficiência de verba” que “não pode o serviço abranger toda a cidade”, como era o seu desejo. Dermeval da Fonseca finalizou dizendo ainda ter feito questão de estabelecer as bases necessárias para a ampliação dos sistemas (FONSECA, 1931, p. 9).

3. CONSTATAÇÃO E REAÇÕES A PARTIR DO IMAGINÁRIO ASSOCIADO AO SERTÃO: Diamantina no norte de Minas Gerais

3.1 Considerações sobre o imaginário social brasileiro da Primeira República sobre o sertão

O sertão tem sido tema recorrente em estudos que buscam analisar o Brasil e suas interpretações sobre ele construídas. Dessa forma, o termo tem assumido o papel de categoria essencial para o entendimento da história do país, sua organização social e política e formação identitária. Esses aspectos estabelecem as bases que ajudam a entender o desenvolvimento de uma nação cuja sociedade se constituiu de forma desigual e hierarquizada, havendo a participação dessemelhante da população nas decisões políticas e no desenvolvimento econômico e social do país.

Nísia Trindade Lima (2013), no prefácio da segunda edição do seu livro *Um sertão chamado Brasil*, destacou que algumas questões apresentadas por ela na primeira publicação de 1999, tal como a distribuição desigual de bens entre as regiões, estão sendo retomadas como questão de pesquisa. A autora procura entender as formas de representação dos contrastes tanto no passado como no presente do que ela denominou “uma sociedade constitutivamente desigual e hierarquizada, na qual parece ser sempre distante a conquista da cidadania democrática”. A atualidade desse problema, dos contrastes, hierarquias e desigualdades da nossa sociedade, foi atribuída por Lima a Elide Rugai Bastos, que, ao falar a dualidade nação/região, destacou como houve na história do Brasil dessemelhanças não apenas em relação à distribuição da renda, mas no “acesso à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, aos bens culturais, aos direitos de cidadania, à representação política”. Nísia Trindade Lima reforçou essa ideia, afirmando que houve ainda a “participação desigual no processo de desenvolvimento econômico e social que requer a ciência, a tecnologia e a inovação como seus fundamentos” (LIMA, 2013, p. 15).

Dessa forma, discutir o imaginário sobre o sertão denota repensar a forma como o termo revelou (e revela) classificações e hierarquizações dos espaços e dos modos de vida de brasileiros ao longo dos anos. Pode-se dizer ainda, que dizer sobre o sertão traz à tona a compreensão desigual sobre o pertencimento à nação (isto é, de se ver/ser parte da nação brasileira). Se for possível pensar em um momento da história em que os

significados de sertão – muitas vezes associados ao atraso, à tradição e ao jeito de viver refratários à mudança - se concretizaram em projetos nacionais, que tinham como objetivo enfrentar os dilemas de um Brasil que desejava firmar-se como moderno, para isso, deverá ser analisado, especialmente o período da Primeira República.

Por essa época, o *sertão* passou a configurar elemento essencial no debate sobre a nação brasileira. As representações construídas sobre os significados de *litoral* e o *sertão* condensavam as contradições presentes na sociedade, revelando que o sertão estava em oposição ao que se estabeleceu nas cidades costeiras, onde, segundo o pensamento da época, prevalecia o moderno, o ordenado, o científico, a lei. Foi, portanto, naquele momento, que os intelectuais brasileiros indicaram a existência de dualidades distintas que se opunham sob o signo da civilização e do progresso.

Janaina Amado (1995), em seu texto breve, mas elucidador sobre a categoria espacial, cultural e social denominada *sertão*, chamou a atenção de como o litoral e o sertão receberam, desde o século XVI, qualificações distintas no imaginário social brasileiro, representando categorias ao mesmo tempo opostas e complementares (AMADO, 1995, p. 148). Segundo a autora, o ponto de observação para a construção dessas duas categorias foram sempre elas mesmas, de modo que o *litoral* e o *sertão* se opõem e se complementam ao mesmo tempo: uma é o reverso da outra, mas uma só existe em função da outra. Dessa forma, além da orientação geográfica (região costeira e interior), as duas categorias assumiram um conjunto de sentidos também a partir das condições demográficas e econômicas, especificando distintos modos da experiência vivida e de compreensão da sociedade brasileira e dos seus processos de mudanças. Em suma, as duas categorias referem-se a dois tipos de ordem social, duas temporalidades distintas que, no entanto, coexistiram simultaneamente.

No período colonial, por exemplo, o *litoral* delimitava a faixa costeira do continente, o espaço conhecido e dominado pelo colonizador que firmava sua cultura e modos de vida sobre o território. O *sertão*, por sua vez, era a antítese desse espaço. Era o interior, área vasta e habitada pelo outro. Conforme analisou Luiz Molinari (2009), em seu estudo sobre a cartografia nos oitocentos, à medida que a colonização avançava as fronteiras do que era *sertão* eram repensadas. Isto é, eram “constantemente vist[a]s e revist[a]s conforme o conhecimento, a ocupação, a expressão da lei e a inserção do aparato administrativo e judiciário em determinada porção do território” (MOLINARI,

2009, p. 39). Portanto, o *sertão* não representava delimitação espacial precisa, correspondendo às áreas da colônia longe dos centros urbanos e administrativos.

Como essas regiões eram ocupadas principalmente por índios, sertanejos e escravos fugidos, prevaleciam tradições e modos de vida que muitas vezes ignoravam as leis e costumes dos centros urbanos. Em trabalho no qual analisa a formação de rede urbana em Minas Gerais, Fernanda Borges de Moraes (2007) aponta que, durante os oitocentos, os sertões figuravam aos olhos dos colonizadores como lugares de “revolta e motins; refúgio de quilombolas, de vagabundos, de bandidos e contrabandistas; domínio de gentio bravo; espaço à margem da lei e dos valores de uma vida civilizada; cenário de insubmissão e resistência” (MORAES, 2007, p. 77).

Segundo essas interpretações, o *sertão* era o oposto da *civilização*, portanto o local da *barbárie*. Nísia Trindade Lima (2013) destaca que os estudos publicados sobre o pensamento político pós-Independência vêm destacando a obra do Visconde de Uruguai como um dos primeiros autores a propor a dicotomia *sertão/civilização*. Também Gabriela Nunes Ferreira, em estudo comparativo entre as perspectivas de Tavares Bastos e Paulino de Sousa, o Visconde de Uruguai, observa que este último enquadrava o *sertão* como local da *barbárie*, o que era resultado do fato de que essas regiões do país estavam fora de alcance do governo e das autoridades locais. Por isso, segundo Ferreira, civilizar significava, segundo o pensamento do Visconde, estender o raio de ação da autoridade, generalizando o princípio da ordem (apud LIMA, 2013, p. 23).

Durante todo o século XIX, o *sertão* continuou a referenciar locais marcados pela escassez de populações e recursos, longe das ações administrativas e sem delimitação precisa. A dualidade *sertão/litoral* reforçava a posição de superioridade e de centralidade da sociedade do litoral, marginalizando as regiões interioranas.

Nísia Trindade Lima (2013) destaca que a palavra *sertão* pode ser entendida como um recurso organizador do pensamento nacional, pois integrava, para o pensamento do início do século XX, o “mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista” (LIMA, 2013, p. 107). As elites políticas e intelectuais enfrentavam os dilemas de um processo civilizatório, na busca pelo progresso e modernização nacional, elaborando um projeto de nação que revelava a necessidade de incorporar e superar aquilo que distanciou os sertanejos dos brasileiros do litoral no curso do desenvolvimento do país. Partindo de uma perspectiva de um

olhar litorâneo, que se voltou para o interior e enxergou dessemelhança, resistência e inércia, a ideia que prevalecia era de que o sertão estava distante em relação ao poder público e aos projetos modernizadores. Ao mesmo tempo, foi por intermédio desse mesmo olhar que se conseguiu saber sobre as condições de existência dessa parcela significativa da população brasileira.

Em 1902, Euclides da Cunha dizia que o Brasil era um país de inúmeros contrastes, defendendo que, para sua superação era preciso resolver os entraves que impediam o desenvolvimento do país, incorporando o interior na agenda política dos governantes. Em seu estudo sobre a dualidade *litoral/sertão* no pensamento social brasileiro, Candice Vidal e Souza (1997) afirmou que, em *Os Sertões*, Euclides da Cunha pôs em questão a existência de um Brasil único. Em 1902, Euclides foi enviado pelo jornal *O Estado de São Paulo* ao povoado de Canudos para relatar o episódio envolvendo os seguidores de Antônio Conselheiro. O resultado de suas observações trouxe à tona “outra sociedade formada sob processos históricos distintos do restante do povo brasileiro” que, “insultados em seu viver, dispensaram a atenção dos remotos patrícios da cidade, mantendo-se desconhecidos e esquecidos nos confins do sertão” (SOUZA, 1997, p. 91). Como aponta a autora, para Euclides da Cunha, esse outro país distanciava-se das cidades da costa não apenas geograficamente, mas no curso do tempo, localizando-se num estágio atrasado em relação às cidades litorâneas, que modernizaram se esquecendo das regiões interioranas.

Seguindo Euclides da Cunha, o progresso alcançado pelas cidades litorâneas fundamentou-se nos signos da modernidade escolhidos em diálogo com a Europa (e com os Estados Unidos) e que, sendo feito em detrimento de outros grupos da própria sociedade brasileira, caracterizou um desequilíbrio que comprometia o desenvolvimento do país, prejudicando a unidade nacional (SOUZA, 1997, p. 92). Entretanto, como analisa Candice Vidal e Souza, no pensamento euclidiano,

[...] o litoral, enganosamente vigoroso em seu progresso, representava um estado de decadência já indisfarçável, pois que seus avanços eram produto de processo mimético e artificial. Forjado em desobediência aos determinantes verdadeiramente nacionais, o estágio civilizatório do litoral foi atingido sob o preço do esquecimento de outros grupos da sociedade brasileira. Para Euclides, participante assumido de um nós litorâneo, a atualidade com o moderno se fez nas regiões costeiras por um custo precioso para o país como um todo (SOUZA, 1997, p. 92).

Para Euclides da Cunha, nenhuma das duas sociedades - uma corrompida, que utilizou de elementos externos para alcançar o progresso, e a outra atrasada, parada no tempo - representariam o ideal de Brasil vislumbrado por ele. A solução seria, além da necessária incorporação dos sertões nos projetos nacionais, a alteração daquilo que, existente em cada local, prejudicava o desenvolvimento do país. Dessa maneira, Euclides da Cunha defendeu a união dessas partes disjuntas com o objetivo de colocá-las em sintonia do progresso.

Nas décadas de 1910 e 1920, outros intelectuais também voltaram suas atenções para o interior do território, defendendo a necessidade de incorporá-lo aos projetos de modernização do país. Esse foi o pensamento que orientou médicos, geólogos, engenheiros, militares e cientistas de instituições de saúde⁵⁶ que também revelaram a oposição entre a “civilização de copistas” e a “cultura autêntica” (LIMA, 2013, p. 110). O primeiro termo referia-se à elite do litoral, que sempre procurou olhar para a Europa para imaginar sua própria realidade, e o segundo ao sertão, local onde existia uma cultura que ainda estava por ser descoberta, simbolizando a possibilidade do “desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional” (LIMA, 2013, p. 109-110). Sob esses aspectos, para muitos intelectuais o sertão era o lugar do verdadeiro brasileiro, mas que, no entanto, encontrava-se esquecido e degradado, demandando a presença e manutenção do estado, principalmente no que se referia às questões sanitárias. Para esse momento, existia uma clara relação entre a presença da doença e ausência do poder público para o significado assumido pelo termo *sertão* (HOCHMAN, 2006; LIMA, 2013).

Dos relatórios produzidos por cientistas que viajavam pelo país em estudos voltados para a utilização de recursos naturais, delimitação de fronteiras, povoamento e saneamento, resultaram as percepções de que, no interior, os trabalhadores e as populações locais viviam em precárias condições de vida. Nesses relatórios, muitas vezes elaborados por médicos, observavam-se as possibilidades de povoamento e desenvolvimento de diferentes regiões, atentando-se, porém para as medidas sanitárias que então recomendavam (LIMA, 2013, p. 137).

Como exemplo dessas viagens pelo interior do país nos primeiros anos da República, tem-se aquelas realizadas pelos médicos do Instituto Oswaldo Cruz, voltadas

⁵⁶Para o papel de determinados grupos da chamada *intelligentsia* brasileira no projeto de incorporação e de superação dos problemas enfrentados pelo país, ver o estudo de Nísia Trindade Lima (2013).

para o trabalho profilático em locais onde doenças como a malária, leishmaniose, beribéri e febre amarela dizimavam trabalhadores envolvidos nas mais diferentes obras e atividades, como a da extração da borracha nos Amazonas. Esses relatórios eram considerados fontes importantes no estudo epidemiológico de diferentes regiões.

Mais do que trabalhos profiláticos que acompanharam ações relacionadas às atividades exportadoras e modernizadoras, essas viagens compunham, segundo Nísia Trindade Lima (2013), um movimento simbólico de descoberta, que a intelectualidade referenciava como “missões civilizatórias” que contribuiriam para a construção da nação. Afinal, os textos dos relatórios que versavam sobre a temática do saneamento do Brasil “constituíram um quadro de referência importante para o debate sobre a identidade nacional, recorrendo à metáfora da doença como explicação para os problemas do atraso e dos contrastes nacionais” (LIMA, 2013, p. 139).

A tese que identifica o pensamento sanitarista da Primeira República como uma ideologia de construção da nacionalidade é de Luiz A. de Castro Santos (1985), que defende que a luta pelo saneamento correspondia a uma corrente de pensamento que se preocupava em recuperar, no interior do país, as raízes da nacionalidade. Chamando a atenção para as doenças endêmicas, buscava-se integrar o sertanejo ao projeto de construção nacional.

Como aponta a historiografia, e como bem resumiu Gilberto Hochman (2006), o discurso de Miguel Pereira (1871-1918), proferido em 1916 para recepcionar Aloysio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, inaugurou um “amplo movimento de opinião pública que diagnosticava a doença como o principal problema nacional, e o descaso das elites, a razão pela qual pouco se fizera para solucioná-lo” (HOCHMAN, 2006, p. 66). Baseando-se nos relatórios da expedição científica organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz, em 1912, Miguel Pereira afirmou que o Brasil era “um imenso hospital”, com uma população assolada por inúmeras doenças, estando à mercê da sorte e sem qualquer ação do Estado (SÁ, 2009). Aloysio de Castro acabara de chegar da Conferência Internacional de Bacteriologia e Higiene, realizada em Buenos Aires, em conjunto com o Primeiro Congresso Médico Nacional. Além do diretor da faculdade, estava também presente ao evento o médico Carlos Chagas, que respondeu a inúmeras críticas em relação à doença recém-identificada por ele e que levava o seu nome. Sobre as controvérsias que envolviam a descoberta de Carlos Chagas, Miguel Pereira, elogiando a participação brasileira nos encontros de medicina, reiterou a

importância da descoberta da doença de Chagas, que, segundo ele, arrasava os sertões do Brasil. Miguel Pereira também criticava a fala de Carlos Peixoto, deputado federal de Minas Gerais, que cogitou a possibilidade de, em caso de invasão, convocar os caboclos do sertão para defender o país. Para Pereira, ele desconhecia a verdadeira realidade do Brasil: um país cheio de moribundos doentes (HOCHMAN, 2006, p. 64). Com efeito, com imensas áreas desassistidas, o Estado brasileiro deveria organizar suas ações no que diz respeito à saúde pública, promovendo melhorias sanitárias nos sertões do Brasil.

A publicação, em 1916, dos cadernos de viagem dos médicos do Instituto Oswaldo Cruz como resultado da mencionada missão em 1912, são o ponto de partida do movimento sanitarista, marcando a superação da sua fase urbana com a nova bandeira do “saneamento dos sertões” (SANTOS, 1985, p. 7).

Apesar de essas viagens terem sido empreendidas principalmente ao Norte e Nordeste do país, o que caracterizava o *sertão* eram as questões sociais e políticas e não mais a geográfica. Dessa forma, os sertões do Brasil não seriam apenas uma “referência simbólica ou geográfica do interior” como nos séculos passados, mas “a existência do binômio *abandono e doença*”. Sendo assim, “a doença, o verdadeiro elo da Federação, redefiniria o próprio mapa do Brasil” (HOCHMAN, 2006, p. 70).

Diante disso, a doença passou a significar um entrave para o progresso e desenvolvimento do país, pois o trabalhador doente não produziria nada. Médicos e intelectuais passaram a cobrar ações efetivas do governo. A adesão cada vez maior de outros setores da sociedade na defesa da centralização das ações referentes à saúde pública nas mãos do poder público reflete a percepção que, além dos problemas de ordem econômica, trazidos pelas enfermidades, as doenças eram transmissíveis, podendo acometer qualquer pessoa de qualquer região do país, incluindo as elites.

A defesa central da tese de Gilberto Hochman (2006), no que diz respeito ao movimento sanitarista desse período, baseia-se, dentre várias questões políticas, na descoberta da interdependência sanitária, isto é, na percepção por parte das elites da transmissibilidade das doenças – o que norteou mais ainda o movimento sanitário das décadas finais da Primeira República. Para o autor, essas ações marcaram o alargamento do poder do Estado sobre o território brasileiro.

Ao longo de todo o século XIX, apesar do esforço de centralização do estado imperial, no âmbito da saúde, o que frequentemente predominavam eram ações locais e

desarticuladas. Na República, principalmente a partir da década de 1910, a consciência por parte das elites de que o problema sanitário brasileiro se estendia por todo o território contribuiu para a ampliação das políticas de proteção social que emergiam por meio da articulação entre a “consciência social das elites e seus interesses materiais a partir de oportunidades por elas vislumbradas com a coletivização do bem-estar”.⁵⁷ A ação em prol da saúde pública se fortaleceu, então, “a partir de uma negociação entre os estados e o poder central” (HOCHMAN, 2006, p. 16).

Nesse sentido, diversos atores se mobilizaram em torno da questão sanitária. Citando novamente Hochman (2006), os “círculos médicos, científicos e profissionais, funcionários dos serviços sanitários e intelectuais em geral” são personagens “capazes de transformar os efeitos externos da doença em consciência da interdependência social, difundindo socialmente o caráter público da doença e um diagnóstico sobre as condições sanitárias do país”. Dessa maneira, “são atores politicamente relevantes, capazes de pressionar, convencer e formular políticas de saúde” (HOCHMAN, 2006, p. 40-41) mesmo sem deter os atributos de decidir sobre a estatização de uma atividade, o que, por sua vez, é competência dos estados da federação e do governo central.

A Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 1918, procurava alertar as elites políticas e intelectuais para os problemas sanitários enfrentados pelo país a fim de obter apoio na cobrança pela ação pública no interior. Para isso, Belisário Penna, médico e líder da Liga, que atuou divulgando e discursando na imprensa, em eventos políticos e fóruns sobre as condições de saúde da população brasileira, defendia a centralização das ações públicas.

A adesão ao movimento, afirmando na sociedade a importância dos avanços sanitários, é, em grande parte, reflexo da divulgação de artigos de médicos na imprensa, que também passou a apoiar o movimento, legitimando-o. Os jornais tanto elogiavam medidas implementadas pelos governos, evidenciando mais ainda a importância do movimento da higiene e saúde, e da ação do Estado, como denunciavam a presença de doenças no Norte e Nordeste como uma ameaça às outras regiões do país, podendo prejudicar o comércio exterior brasileiro (HOCHMAN, 2006, p. 111-115). A criação em 1918 do Serviço de Profilaxia Rural, no governo de Venceslau Brás, por exemplo, foi

⁵⁷Ao lado da ideia da transmissibilidade da doença, Gilberto Hochman defende a tese de que as políticas públicas e nacionais de saúde são resultado, dentre outros fatores, da consciência da interdependência social, que, segundo o autor, é “um elemento crucial na constituição de uma coletividade, na percepção da existência de laços com uma comunidade nacional” (HOCHMAN, 2006, p. 38-39).

saudada pela imprensa com entusiasmo, afirmando que finalmente o governo lançava um programa oficial para o interior que procurava tratar das populações rurais afligidas pela malária e que visava erradicar o amarelão e a doença de Chagas (SANTOS, 1985, p. 12).

Dando continuidade à narrativa sobre a crescente intervenção estatal nos serviços de saúde do país, no governo de Epitácio Pessoa os recursos de impostos federais advindos das “bebidas alcoólicas, álcool, produtos farmacêuticos e casas de jogos” foram destinados para os programas de saneamento dirigidos por Belisário Pena, diretor dos Serviços de Saneamento Rural daquele governo (SANTOS, 1985, p. 12). Já em 1920, foi criado o novo código sanitário, dando maiores poderes ao governo federal para intervir nos estados, e que logo criou postos de profilaxia no interior. No governo de Arthur Bernardes, as campanhas a favor do saneamento movidas pelo governo federal intensificaram-se.

De 1926 a 1930, durante o governo de Washington Luís, alguns postos de profilaxia rural chegaram a ser fechados, porém, segundo Santos (1985), isto não foi suficiente para que o ideal do movimento sanitaria se perdesse seu vigor, que persistiu durante os últimos anos da Primeira República com viagens de Belisário Pena, então Inspetor Federal de Educação Sanitária, ao interior de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e vários estados do nordeste (SANTOS, 1985, p. 12-13).

Entretanto, a partir de 1930, com Getúlio Vargas, a força ideológica do movimento perdeu o ímpeto das décadas anteriores, apesar das campanhas sanitárias continuarem. Para Luiz Antonio de Castro Santos (1985), elas estavam muito mais focadas em combater as epidemias do que as doenças e, mais que isso, o movimento foi transformado em “projeto governamental”, que não enfrentou, ao contrário do que defendiam os sanitaristas, as oligarquias locais – alvo principal na luta para melhorar as condições de vida da população rural e erradicar as endemias do campo. Para completar, o Estado varguista priorizou sua atuação nos grandes centros urbanos, promovendo uma ideologia de controle e integração dos trabalhadores da cidade, que desafiava, por meio dos sindicatos, os interesses dos empresariados (SANTOS, 1985, p. 16-19).

O movimento sanitaria se, mesmo com seu esfacelamento e perda da força ideológica, ofereceu as bases para as políticas públicas em saúde no Brasil. O movimento em torno da modernização do país por meio da integração e alargamento do poder do Estado sobre os sertões brasileiros evidenciou a preocupação de diferentes

atores sociais do período em promover o desenvolvimento do país, significando, de certa maneira, uma continuação da agitação presenciada anos antes nos centros urbanos.

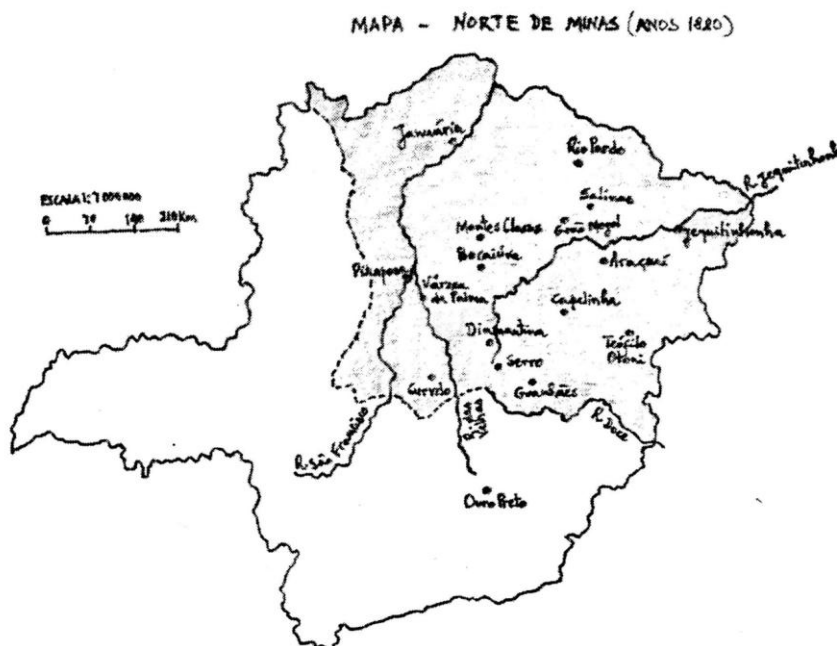
De maneira geral, a revisão feita sobre os significados de *sertão* informou sobre a complexa carga simbólica agregada à região, revelando que era representada por signos de abandono, atraso e doenças, mas também como essência da vida nacional. Em Minas Gerais, a porção norte era a região que se encaixava de forma mais adequada nessa noção sobre *sertão*, sendo, portanto, o objeto de reflexão nas páginas a seguir.

3.2 O imaginário dos “homens de imprensa” de Diamantina sobre o sertão: o norte de Minas como abandono, carência e doenças

Com base na definição apresentada por Marcos Lobato Martins (2014), em estudo sobre sociedade, cultura e economia de Diamantina no século XIX, o “vasto ‘Norte de Minas’” incluía, na segunda metade dos oitocentos, a maior parte do território da antiga Comarca de Sabará e toda a área que compreendia a antiga Comarca do Serro Frio. Portanto, o “Norte de Minas” abrangia áreas das bacias do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Mucuri até as fronteiras dos estados da Bahia, Goiás e Espírito Santo (MARTINS, 2014, p. 364).

Ainda segundo o autor, no final do século XIX, o que os políticos chamavam por “Norte de Minas” abrangia as comarcas de Serro (municípios de Serro, Diamantina e Conceição), Jequitinhonha (Minas Novas e Araçuaí), Rio Pardo (Rio Pardo e Grão Mogol) e São Francisco (Montes Claros, São Romão e Januária), incluindo também as matas do Suaçuí, Doce e Turvo (MARTINS, 2014, p. 108-109). A cidade de Diamantina mantinha sob sua influência boa parte da região:

Figura 1- Área sob influência de Diamantina no oitocentos



Fonte: MARTINS, 2004, p.109.

Nas primeiras décadas da República, a ascensão econômica da Zona da Mata e do Sul do estado acentuou o relativo declínio da porção norte de Minas Gerais, nos aspectos demográficos, econômicos e políticos do estado. A este respeito, chama-se a atenção para um conjunto de forças políticas no início do período republicano que tentaram colocar em prática um projeto de modernização de cima para baixo. As elites mineiras representadas, principalmente, pelos cafeicultores da Zona da Mata e Sul do estado, priorizaram o desenvolvimento de suas regiões criando um discurso totalizador, que inclui projetos de modernização e a construção de uma nova capital.⁵⁸

Denunciando a diferença de investimentos realizados nas diferentes regiões pelo governo federal e estadual, o jornal *O Município* de 1896, apoiando o clínico Telles de Menezes, candidato diamantinense às eleições para o senado federal, destacava que o norte de Minas carecia na representação estadual e federal de “bons talentos servidos

⁵⁸A “mineiridade” surgiu como um discurso ideologicamente construído pelas elites para garantir a integração do território e consolidar a República em Minas. Para ler sobre os conflitos políticos no período republicano e sobre a construção de Belo Horizonte, ver o estudo de Maria Efigênia Lage Resende (1974). Sobre os discursos e práticas das classes conservadoras, ver: Maria Auxiliadora Faria (1992).

por bons caracteres” a fim de que fossem garantidos “os nossos direitos eguais aos de quaesquer outras zonas do paiz ou do estado” (*O Município*, 24 de outubro de 1896). Nesse contexto, as representações formuladas pelos diamantinenses sobre o norte mineiro perpassavam, sobretudo, pelos signos de atraso, abandono, falta de investimentos públicos e carência. Na concepção local, foi negada à região a estrada de ferro, as navegações, as estradas de rodagem, os externatos, a luz elétrica etc. (*Cidade Diamantina*, 24 de dezembro de 1893).

Nas notícias e artigos dos jornais analisados, identificou-se que uma das principais referências para a construção das representações sobre o norte de Minas foi a dualidade entre *sertão* e o *litoral* e entre *sul e norte* de Minas Gerais, fazendo menção, neste último caso, às políticas modernizadoras implementadas na região centro sul de Minas em detrimento ao norte do estado.

Como percebe-se em duas passagens do jornal *A Idea Nova*, citadas adiante, fica evidente a insatisfação por parte de seus autores com a política dos governantes eleitos até aquele momento. Diante desse imaginário fomentado pelos jornais e, em parte, partilhado pela população local, a imagem que permanece é de um norte de Minas esquecido, ao qual sempre lhe eram negados os investimentos materiais que garantiriam o alcance do progresso. Para os redatores do *A Idea Nova*, nem mesmo um olhar atento ou mais sensibilizado foi direcionado ao norte, “deslebrado como uma região maldita de misérias” (Esquecimento e abandono. *A Idea Nova*, 02 de agosto de 1908).

O artigo evidenciava ainda que a região vivia uma “ironia amarga”, que revelava o contraste entre a “opulência dos thesouros naturaes” e a “desolação da terra e o desanimo do povo”. O autor do texto questionava do que valiam as matas “riquíssimas do Rio Doce, as margens do Jequitinhonha”, que se estendia em toda fachada de terrenos diamantinos, “si as estradas continuam no miserável estado do tempo colonial, impondo toda espécie de entraves aquelles que, uma vontade heroica leva na sua peregrinação dolorosa por estes sertões”. Ele mesmo respondia dizendo que o norte já havia se acostumado a ser tratado como um “*res nullius*”, isto é, como um não lugar, nulo e a qual era negado a qualquer sorte. Frente ao que era exposto, aclamava por maior atenção dos governantes, lembrando de que a região comprovava com sua história sua condição de local habitado por “tradições de civismo, de viril independencia, de estoica incorruptibilidade”. Esperava, por fim, que João Pinheiro, conterrâneo e presidente do estado, lembrasse do que lhe foi dito no Congresso das

Municipalidades do Norte ⁵⁹, realizado anos antes em Diamantina, quando lhe foi pedido que fossem solucionados os “grandes e vitais problemas do Norte”, onde o “systema de viação merecia uma transformação completa; o analphabetismo aqui proliferava em proporções assustadoras, e até o próprio policiamento no extremo norte estava deslembado” (Esquecimento e abandono. *A Idea Nova*, 02 de agosto de 1908).

Em nova publicação do semanário, o jornal procurou evidenciar que o descaso que a região enfrentava decorria dos investimentos que eram realizados apenas no sul do estado: “Depois da República tem sido este o lemma das administrações estaduais: Tudo para o Sul, nada para o Norte”. Expunha ainda que, ao contrário do cenário que marcava o sul de Minas, o norte permanecia isolado, pela ausência de uma estrada de ferro, de estradas de rodagem, ou ainda pelas péssimas instalações telegráficas (Eterno abandono, *A Idea Nova*, 09 de agosto de 1908).

Foi por causa dessa imagem de uma região carente de investimentos, na qual os representantes não utilizavam os recursos públicos devidamente, que os jornais diamantinenses publicavam textos que tinham por objetivo orientar os votos dos eleitores nortistas. Como exemplo, cita-se o texto “Cartas do Norte” publicado pelo *A Estrella Polar*, em 1912.

Por conta das eleições municipais que ocorreriam naquele ano, um colaborador, se identificando como Demophilo, comentava que, enquanto alguns municípios poderiam reeleger suas Câmaras que vinham dando “provas de patriotismo e honestidade, trabalhando com ardor pelo desenvolvimento crescente das finanças, instruções e indústrias próprias”, havia, no entanto, outras que “politicaram muito e não administraram nada”. Sobre essas, Demophilo fazia críticas, observando que, em suas excursões pela região, havia encontrado muitos municípios que sofriam “com profunda amargura as consequências de administrações dirigidas por incompetentes, egoístas desastrados, às vezes, até pouco escrupulosos para cumulo de todo mal.”. Segundo o articulista, o norte tinha “direito irrefragável a melhores dias”, pois, “opulento e fecundo”, era um solo abençoado que queria apenas “proteção, para fazer saltar” a riqueza das entranhas de suas minas. Para promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, bastava permitir que essa região recebesse melhoramentos. Dessa maneira, defendia que os eleitores entregassem os “seus destinos aos homens de bem, desinteressados e patriotas”. Concluía: “quem não reunir estas condições, poderá

⁵⁹Sobre o Congresso das Municipalidades, conferir o Capítulo 2, seção 2.2.1.

servir para outra coisa, menos vereador. Nortistas de coração, desejo que o norte possa concorrer com o sul no grande certamen da civilização” (Cartas do Norte, *A Estrella Polar*, 17 de março de 1912).

Nesse artigo, verifica-se mais uma vez que a dualidade *norte/sul* orientava o discurso local, evidenciando certa disputa política entre as duas regiões. O texto falava sobre as potencialidades do norte de Minas, demonstrando que, apesar de tudo, ainda lhe faltavam maiores investimentos na exploração das riquezas de seu solo. Vale lembrar que, no imaginário local, foi nos tempos do Tejuco e da exploração diamantífera que a região se desenvolveu e contribuiu para o enriquecimento de toda Minas Gerais. Por isso, de maneira semelhante ao que foi sugerido no artigo de *A Idea Nova*, Demophilo acreditava nas potencialidades do norte de Minas, bastava boa vontade governamental.

Consideraram-se nesta análise, três artigos que foram tomados como opinião dominante. No imaginário local, o atraso do norte mineiro denunciava a ineficiência pública, que não era capaz de atrair investimentos mais significativos para região, ou não era capaz de investir de forma eficiente, os poucos recursos existente, esvaindo-os em obras sem necessidade. Para os redatores do *A Idea Nova*, muitos dos investimentos, como os industriais, comerciais, entre outros, dependiam de políticos influentes e atentos às demandas locais. Exemplo disso pode ser identificado no artigo publicado no semanário à época de sua inauguração. Um colaborador, assinando como Athos, demonstrava apoio ao jornal que, segundo ele, iria banir “completamente do seu programma essa podridão que traz o nome de política e que tem servido somente para infelicitar este pobre paiz”. Por isso, defendia a candidatura de João Pinheiro como “futuro presidente de Minas”. Vale lembrar também que, conforme procurou-se evidenciar no capítulo anterior, muitas dessas falas revelavam disputas políticas locais, como a que existia entre o jornal *A Idea Nova* e o governo municipal. Por mais que falasse do governo estadual, o jornal não deixava de mostrar que, como oposição, procuraria defender as necessidades do povo (Novos Horizontes, *A Idea Nova*, 22 de abril de 1906).

Para os “homens de imprensa”, o norte de Minas compartilhava com outras regiões do país um histórico de carências, abandono e misérias, uma vez que todo interior do território brasileiro havia sido negligenciado em função dos avanços promovidos no litoral. Essa ideia pode ser observada em textos que tratam a associação

entre o norte de Minas e o sertão brasileiro utilizando como referência a dualidade *sertão/litoral*.

Em um texto publicado pelo *A Estrella Polar*, o autor, que se identificava como E.A, questionava o lema “Ordem e Progresso” da bandeira nacional, destacando que as duas palavras, que orientavam a política nacional, eram “sarcasticamente irônicas”, pois evidenciavam um paradoxo presente na sociedade brasileira: a de que a ordem e, sobretudo, o progresso só aconteciam nas cidades do litoral, como na capital federal, onde se abriam “esplendidas avenidas”, erguiam-se “soberbos palacetes” ou onde cortavam-se “num voo estensas distancias”, graças aos automoveis. E.A denunciava, portanto, que, ao contrário do que ocorria no Rio de Janeiro (e também Belo Horizonte, Juiz de Fora) que a cada dia desenvolvia-se materialmente, no interior do país acontecia o contrário. O “Norte de Minas”, denunciou o autor, “não só vegeta em assombroso atraso material, mas até merece ser classificado como enteado da nação”. Completava dizendo que “o povo dos sertões e das mattas, celeiros de centros improdutores, pinga miséria”. Nesse sentido, o sertanejo acostumava-se a um paradoxo: não tinha dinheiro porque não podia exportar, e não exportava porque lhe não davam os investimentos necessários.

Demonstrando preocupação com as condições de vida das populações dessas localidades, o autor chamava a atenção para a epidemia de malária, que dizimava famílias inteiras, “desprovidas, nos sertões e nas mattas, de médicos e pharmacias”. Nesse quadro de abandono, a doença também fazia suspender os trabalhos da estrada de ferro, que, segundo o autor, só ocorria por negligência dos governantes, “os representantes da Nação”, que “se envergonham ou não tem aptidão para reclamarem dos poderes constituídos os inadiáveis melhoramentos”. Ironizava dizendo que isso é que era o “*progresso!*... de caranguejo... Não menor ironia é a proclamada *ordem* do pendão nacional”. Dessa forma, para E.A, os políticos não assumiam a função que lhes era destinada, trabalhando em prol da população e promovendo “inadiáveis melhoramentos”. Afinal, o país não caminharia no sentido do progresso se obras como as da ferrovia fossem suspensas e se parte dos brasileiros morressem doentes e/ou de fome nos confins do sertão. O autor finalizou o texto dizendo que o povo brasileiro, mesmo vivendo em uma república – “terra da livre América” – era escrava inconsciente de sua realidade, pois estava presa a uma situação que lhe foi imposta. Ele criticava,

dizendo que as conquistas da República não representavam qualquer ganho para a população mais pobre (Figura de rethorica, *A Estrella Polar*, 30 de junho de 1908).

Outro texto que abordou o desenvolvimento promovido no litoral do país em detrimento dos sertões é “Mais impostos?”, do jornal *Pão de Santo Antônio*. Sua autora, Maria Antonieta – diga-se de passagem, uma das poucas mulheres que colaborou em jornais de Diamantina – fez críticas sobre os impostos que recaíam sobre a população mais pobre, destacando que se os políticos soubessem como viviam as gentes por essas terras – os sertões – não gastariam com festas e nem outras obras que não houvesse necessidade para a população. Ela finalizou o texto dizendo como era importante que o eleitor soubesse empregar bem o seu voto, pois, a situação de muitas localidades era resultado da eleição desses “marombeiros de casão”, que só conheciam os seus eleitores, quando “care[ciam] dos seus serviços, dos seus votinhos”. Completando seu raciocínio, afirmava que era preciso denunciar que, enquanto se “reformam prédios, se edificam palacetes luxuosos e se abrem ruas e avenidas bellissimas; enquanto os *magnatas* sobem as escadas *altas* dos palácios dourados, com suas damas, que arrastam sêda e velludo; enquanto consomem jantares supimpas”, “cá pelos sertões” pingava miséria, “com centenares de famílias e criancinhas anêmicas, semi-nuas, hirtas de frio, [que] morrem no abandono, sem recursos, sem pão (Mais impostos?, *Pão de Santo Antônio*, 28 de novembro de 1920).

Os dois artigos reafirmam o imaginário sobre o sertão divulgado pelos intelectuais da Primeira República, associando-o ao descaso, às carências e às doenças. Nesse sentido, existia a percepção de que o abandono no qual vivia a região norte do estado era partilhado por diferentes localidades do país. Dessa forma, a imprensa diamantinense e de outras localidades, denunciando o esquecimento a que estava relegada a região, cobrou das autoridades uma atuação mais forte e propositiva.

Em 1899, três telegramas enviados de Arassuahy, município vizinho, localizado a nordeste de Diamantina, em apelo por ajuda financeira do governo federal, foram publicados pelo jornal *O Município*. Essas correspondências advertiam sobre os três principais males que assombravam a região: a seca, a fome e a peste.

No alto da página em que se publicavam os telegramas, o jornal comentava sobre a seca que levou as autoridades a pedirem auxílio ao governo, descrevendo a situação de famílias que, oriundas da Bahia e do norte de Minas Gerais, abandonavam seus lares, passavam por Diamantina e iam em direção à Zona da Mata atrás de

melhores condições de vida. O texto alertava que situação semelhante poderia ser encontrada também no município de Diamantina, onde além da fome, grassavam “febres de mau character que dizimam de modo incrível a população”.

Segundo o artigo, o governo do estado deu auxílio de “cinco contos ordenados”, entretanto, já esgotado, não era suficiente, pois nem mesmo a caridade pública poderia dar conta de uma “multidão sempre crescente de pedintes”. Dizia ainda que pediam ajuda a um povo que estava “morrendo em massa pelas estradas, extenuado pela fome, pelo cansaço, pela mais profunda anemia, e pelas muitíssimas doenças produzidas pelo máo passadio e insuficiente alimentação”. Finalizava alertando que o norte de Minas estava se “despovoando completamente” (Notícias: Fome e Peste, *O Município*, 24 de outubro de 1899).

Ciro Arno, em *Memórias dum estudante*, comentava sobre uma situação parecida que ocorreu na região nos primeiros meses após a proclamação da República. Segundo o memorialista, o norte de Minas passou por carestia de víveres devido a um período de longa estiagem, levando à pobreza tanto da cidade quanto de toda a região. No extremo norte do estado, “se produziam cenas idênticas às sucedidas no Nordeste do país, quando flagelado pelas secas periódicas”.

Segundo o autor, os gêneros alimentícios atingiram preços inacessíveis às classes menos abastadas, obrigando-as ao êxodo. A miséria era tanta, que *Ciro Arno* contava um caso, ocorrido no município de Salinas, em que “um grupo de facínoras, obrigados à antropofagia pela fome, matava as pessoas que passavam por perto, para devorá-las”. Depois de um tempo, o autor comentava que o Governo Provisório “providenciou remessas de víveres para as zonas flageladas, mandando estabelecer nas cidades e povoados cozinhas públicas, que forneciam comida aos necessitados” (ARNO, 1949, p. 16).

Ao que parece, os problemas decorrentes da seca, que impunha a fome, moléstias e a chegada frequente de imigrantes a Diamantina, contribuía ainda mais para o quadro de misérias tanto na cidade quanto na região. Nas duas situações descritas, os diamantinenses vivenciaram situações degradantes que impunham limites para a própria modernização urbana. Afinal, como seria possível melhorar o lugar se o atraso surgia na cidade a todo instante? Se já havia os problemas locais, com a chegada de retirantes a situação pareceria cada vez pior.

O Relatório da Santa Casa de Caridade da Cidade de Diamantina, entre os anos de 1900 a 1901, confirma o papel dessa Instituição na promoção de saúde e assistência na sociedade nortista. Ao falar das atividades realizadas, o relatório procurou demonstrar que a Instituição promovia grande benefício à população mais pobre da cidade e suas circunvizinhanças, pois dizia atender à “classe pobre desta infeliz zona do Estado, desprotegida dos poderes públicos e que se viu quase aniquilada”. Segundo o relatório, era grande o número de pessoas que se consultavam na policlínica. Além do tratamento aos que se encontravam com tuberculose, a Santa Casa de Caridade de Diamantina também mantinha uma farmácia e atendia aos alienados no Hospício, que fora construído e administrado pela instituição no último quartel do século XIX.⁶⁰ (Relatório da Santa Casa de Caridade da Cidade de Diamantina, *O Município*, 18 de março de 1902).

Reafirma-se nessas passagens a imagem que se tinha do norte de Minas pobre, habitado por uma população crescente de miseráveis e afastado de qualquer ação do poder público. Tal situação corrobora para a caracterização de uma assistência à saúde descentralizada e desarticulada, retomando o quadro descrito por Anny Jackeline Torres da Silveira e Betânia Gonçalves Figueiredo (2011) em estudo sobre a assistência a saúde em Minas Gerais no período provincial. Conforme expuseram as autoras, a situação que predominava na área da saúde no período do Império era a de ações locais e desarticuladas, estando a população mais carente dependente da prática da filantropia. Segundo as autoras, “os socorros à população eram articulados entre as autoridades municipais e os moradores – especialmente, mas não exclusivamente, aqueles mais favorecidos - que buscavam suprir as necessidades das camadas mais pobres da população por meio da prática da caridade e da filantropia” (SILVEIRA; FIGUEIREDO, 2011, p. 13). Essa postura, as autoras esclarecem, não era uma especificidade da realidade mineira, mas caracterizava a situação de todo território brasileiro.

⁶⁰Segundo Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani (2008), a história do hospício de Diamantina deve ser compreendida como parte da modernização da cidade a partir do final do século XIX. Dessa maneira, segundo a autora, é preciso entender a construção da instituição a partir da interlocução do discurso da cidade moderna, do hospício e da loucura. Essa última sob a ótica da psiquiatria, que “transformou a loucura em alienação mental e pretendeu curá-la”. Dessa forma, a história do hospício em Diamantina refere-se tanto aos preceitos de urbanidade, que se desejava firmar, quanto a um saber médico que se estabelecia juntamente com ela. Para saber mais sobre o hospício de alienados em Diamantina e sua relação com o processo de modernização urbana e discursos médicos, consultar o texto de Maria Claudia Almeida Orlando Magnani (2008).

A primeira tentativa de organizar os serviços de saúde em Minas Gerais foi com a regulamentação de um Serviço Sanitário, em 1895. Na época, o governo criou um Conselho de Saúde Pública e Diretoria de Higiene, delegacias de higiene e vacinação que foram instaladas em alguns municípios. Cabia à Diretoria a execução do regulamento sanitário. O serviço, no entanto, foi desativado em 1898 e reestruturado somente em 1910.

A vacinação foi um dos primeiros serviços a compor a higiene pública. Em Diamantina o médico e agente executivo, Alexandre da Silva Maia, foi médico vacinador, publicando notas nos jornais do município para divulgar as datas e locais das aplicações das vacinas (Medico vacinador, *O Município*, 07 de setembro de 1895; Edital, *O Município*, 05 de outubro de 1895; *O Município*, 30 de novembro de 1895). De maneira semelhante ao que poderia ocorrer em outros locais do país, os casos de epidemia em cidades vizinhas eram amplamente divulgados pelos impressos diamantinenses. Os objetivos principais eram alertar a sociedade e cobrar providências do governo e, com frequência, além de trazer informação sobre a ocorrência de doenças, essas notícias apontavam também para a atuação dos médicos, informando sobre como, no imaginário dos “homens de imprensa”, o norte de Minas, assim como outras regiões, estava aquém das ações da saúde pública.

Em 1910, no texto “Que será?”, o jornal *A Estrella Polar* publicava informações sobre a ocorrência de uma epidemia em S. Miguel do Jequitinhonha, noticiando que, mesmo não sabendo se tratava-se de epidemia de febre amarela ou cólera era preciso rápidas providências dos governantes, independente da causa das mortes: “Seja como for, é necessário que o governo volte para a região assolada às suas vistas, e mande tomar serias providencias para se debellar o mal, que não poucas victimas já tem feito” (Que será?, *A Estrella Polar*, 31 de março de 1910).

Em caso de epidemias, além das vítimas, as perdas econômicas traziam outros agravantes para a região. Em 1910, o jornal *A Idea Nova* publicou notas que tentavam “desviar” as atenções dos leitores para os casos de varíola notificados em Diamantina. O debate entre os médicos da cidade se concentrou na tentativa de responder se fora varíola ou varicella, uma variante da primeira doença, que havia atingido a cidade. Na ocasião, o médico de higiene Alexandre da Silva Maia escreveu para o *A Estrella Polar* dizendo que se tratava de varíola. A nota foi comentada pelos redatores do *A Idea Nova* (Varicella, *A Idea Nova*, 23 de outubro de 1910), que em seguida publicou outro texto

contrariando as observações de Maia. Nele observava que outros médicos afirmavam não ser varíola a doença que estava grassando em Diamantina. Não era de interesse, esclareceu o jornal, melindrar o atual médico, mas apenas fazer “affluir ao mercado vendedores de gêneros, que continuamos a acreditar afastados da praça pelas notícias alarmantes sobre o nosso estado sanitário” (Variola em Diamantina?, *A Idea Nova*, 23 de outubro de 1910).

O conhecimento das condições endêmicas que grassavam na região dependia das notificações elaboradas pelas câmaras, uma vez que a administração estadual não dispunha de funcionários para a realização dessa tarefa. Essa situação ainda iria permanecer mesmo depois da reestruturação da Diretoria de Higiene, em 1910.

Por essa mesma época, a falta de saneamento chamou a atenção de médicos sanitaristas que viajaram para a região na primeira década do século XX. Belisário Penna visitou o norte de Minas em 1907 a pedido da companhia Estrada de Ferro Central do Brasil, visando promover a profilaxia da malária. Em 1918, ele publicou um livro, *Minas e Rio Grande do sul: Estado da doença, Estado da saúde*, no qual comparava a saúde pública nos dois estados, descrevendo a “miserável situação sanitária da população agrária brasileira”. Em Minas Gerais, dizia Belisário Pena, era degradante a miséria física de inúmeros trabalhadores que exerciam suas atividades sem tréguas e acometidos “por várias endemias evitáveis” (PENA, 1918, p. 5-6). O médico acusava os governos estadual e municipais de Minas de descaso e de indiferença, ainda mais sabendo que a ciência já havia estabelecido o tratamento e profilaxia de várias doenças. Afirmava que esses problemas sacrificavam a população e a vida econômica do estado (PENA, 1918, p. 7).

Não se limitando à tese que afirmava as incúrias da raça brasileira, o sanitarista defendia que os trabalhadores não eram “malandros ou preguiçosos”; na verdade, eram “uns pobres diabos desnutridos, meio famintos, doentes todos, e na sua maioria cachaceiros, porque é com a cachaça que elles disfarçam a deficiência da alimentação e as torturas da sua vida desolada” (PENA, 1918, p. 7). Para dizer do quadro degradante que vivia boa parte da população brasileira dos sertões, Belisário Pena comparava o imigrante nacional com o estrangeiro, defendendo que o primeiro produzia menos porque estava sempre doente e fraco. Em consequência disso e do pagamento, que era feito pela quantidade colhida, o trabalhador nacional recebia a metade do estrangeiro, “ou geralmente apenas um terço do que cabe ao companheiro estrangeiro, ou mesmo

patrício, quando casualmente é saudável e robusto” (PENA, 1918, p. 7). O sertanejo não tinha ambições nem aspirações e limitava o “seu esforço ao indispensável para não morrer de fome”. Nessa fala, o médico confrontava a miséria com a descendência “já definhada, e por sua vez doente, desanimado, descrente, apathico e preso à vida tão somente pelo instinto”. Afinal, denunciava o médico, o mineiro era um “pária abandonado à sua triste sorte, vegetando miseravelmente uma vida de sofrimentos e misérias” (PENA, 1918, p. 7).

O sanitarista observava ainda o contraste entre a natureza rica e exuberante e a população “degenerada de papudos, de cretinos, de aleijados, vítimas do ‘barbeiro’, ou de cacheíticos e estafados, vítimas do impaludismo e ancilostomíase” e que viviam “miseravelmente sem nada a produzir” (PENA, 1918, p. 9 -10).

As considerações de Belisário Penna eram compartilhadas por outros médicos que também atuaram em Minas Gerais. Eles reconheciam a existência dos problemas sanitários e as dificuldades em resolvê-los. Nas palavras do referido sanitarista as consequências do descaso do governo mineiro pela saúde pública e da precária situação sanitária da população, manifestavam-se “palpáveis e evidentes na sua pobreza, na sua tristeza e retratamento, na derrocada financeira do Estado, cada ano mais accentuada, e na sua miséria econômica” (PENNA, 1918, p. 11).

Com o objetivo de transformar a realidade descrita pelos médicos sanitaristas sobre o interior brasileiro, o governo federal, sob a presidência de Venceslau Brás firmou, em 1918, um convênio com a Fundação Rockefeller, dos Estados Unidos. O acordo foi encarado como um passo importante para a resolução dos problemas sanitários do Brasil. A Fundação atuou com o objetivo de determinar a extensão e a intensidade da ancilostomíase (popularmente conhecida como amarelão) e seus efeitos na população rural. A doença atingia principalmente aqueles que lidavam com a terra, tornando-se endêmica no interior do país. Nos Estados Unidos, onde se iniciou um combate mais sistemático contra a ancilostomíase, “medidas permanentes de higiene pública, aliadas aos conhecimentos da moderna medicina científica, foram fundamentais”. Na percepção dos membros da Fundação Rockefeller, a ancilostomíase era um importante fator do retardo econômico, social, intelectual e do progresso moral da humanidade, o que a fez criar, em 27 de junho de 1913, a *Internacional Health Commission* com o objetivo de expandir a ação da Comissão Rockefeller para todo o mundo (MARQUES, 2004, p. 179).

Em 1915, a Fundação estendeu seu programa de erradicação da ancilostomíase para a América do Sul. Dos estados brasileiros, Minas Gerais foi um dos que mais recebeu investimentos. Os médicos da Comissão atuaram dando apoio técnico em vários municípios no combate às verminoses, distribuindo remédios, realizando atendimento ambulatorial, cuidando da hospitalização, realizando exames etc. A vocação agrícola do Brasil e os estudos desenvolvidos pelo Instituto Oswaldo Cruz sobre a doença explicam os altos investimentos da instituição no país, podendo ser considerado um dos locais mais privilegiados das ações da Fundação (MARQUES, 2004, p. 179).

Em 1918, o governo federal, demonstrando estar atento às chamadas “endemias dos sertões” - a ancilostomíase, a malária e a doença de chagas – e procurando intervir no campo da saúde, até então a cargo dos estados, criou o programa de Serviço de Profilaxia Rural, por meio de dois decretos do Presidente Venceslau Brás. A lei criava e regulamentava o novo serviço de saúde, estabelecendo o convênio com a Fundação Rockefeller.⁶¹ Em Minas Gerais, a Lei nº 791, de 18 de dezembro de 1920, autorizava, dentre outras questões, a reorganização dos serviços da Diretoria de Higiene e a celebração de um acordo com o governo federal para a execução dos serviços de profilaxia rural (MARQUES, 2004, p. 185).⁶²

Com efeito, em diversas cidades mineiras foram instalados tais postos. No norte de Minas Gerais, a cidade de Diamantina recebeu um posto de profilaxia rural dirigido pelo médico Antenor Noronha, que desembarcou no local para desempenhar o cargo de médico no referido posto. Conforme noticiado pelo jornal *Diamantina*, órgão oficial do município na época, o posto, localizado na praça D. João, atendia a todas as pessoas portadoras de vermes intestinais, examinando-as e fornecendo-lhes o medicamento necessário à sua cura. A notícia informava ainda que todo o serviço prestado e os remédios fornecidos eram inteiramente gratuitos (Verminoses intestinais, *Diamantina*, 16 de outubro de 1927).

A ausência de literatura específica e o tempo curto para uma pesquisa documental sobre a atuação do Serviço de Profilaxia Rural em Diamantina

⁶¹Segundo Rita de Cássia Marques (2004), ainda que a orientação partisse do governo federal, a proposta era a descentralização.

⁶²Para saber mais sobre a atuação da Fundação Rockefeller no Brasil, consulte-se a dissertação de Lina Faria (1994). Sobre a ação da Fundação em Minas Gerais, consulte-se o artigo de Rita de Cássia Marques (2004).

impossibilitou dar informações mais detalhadas sobre os serviços prestados. Sabe-se, no entanto, que o número de pessoas com verminoses intestinais na região preocupou o município, que tornou manifesto, por meio de seu jornal, o seu posicionamento a favor do combate às endemias.

Em 11 de fevereiro de 1927, o jornal *Diamantina* publicou um artigo intitulado “Um importante problema. A defesa sanitária dos nossos sertões”, onde tratou do saneamento rural como possibilidade de desenvolvimento da região sertaneja, “cuja solução se impõe como condição essencial ao perfeito desenvolvimento da ubérrima e futura região sertaneja”. O artigo ainda elogiou os políticos de Minas e os Serviços de Profilaxia Rural, afirmando que os dirigentes do estado, ao criarem tais serviços, demonstravam saber “a noção exacta das nossas necessidades mais urgentes na luta travada pelo homem contra o meio ambiente, por vezes hostil, mas sempre promissor e dadivoso, quando vencido e conquistado pela inquebrantável tenacidade do nosso sertanejo” (*Diamantina*, 11 de fevereiro de 1927).

A imagem traçada sobre o sertanejo nada tinha a ver com a noção de apatia vinculada pelos princípios do determinismo racial que configurou o pensamento brasileiro até por volta de 1915. Na verdade, dizia o texto, o que consistia em fator de depauperamento daquela gente era o “phantasma do impaludismo”, isto é, as doenças, em especial, a malária. Como diziam os sanitaristas das décadas de 1910 e 1920, o problema era de saúde, não da raça.

Dessa forma, o jornal defendeu a terapêutica, a profilaxia aos vetores das doenças. Também alertou sobre a situação de outras regiões do norte de Minas onde diferentes doenças emergiam por causa das enchentes - situação que acreditavam propiciar a formação de detritos orgânicos e que se transformavam em viveiros de mosquitos. Por fim, afirmando que era preciso recorrer à engenharia sanitária, o redator convocava o saber especializado na luta travada contra o impaludismo, defendendo a presença de técnicos e agentes do governo nos afastados sertões (*Diamantina*, 11 de fevereiro de 1927).

O que se percebe através desses artigos é a existência de uma ideia em consonância com o pensamento de médicos sanitaristas das décadas de 1910 e 1920, que justificavam o suposto atraso do sertão a partir das patologias que impediam o desenvolvimento físico, moral e intelectual da população sertaneja. No Brasil, até 1915, havia quem defendesse a imigração como medida essencial para a concretização da

modernização. Depois disso, o determinismo biológico foi perdendo espaço para as justificativas que apontavam para as questões da saúde – a salubridade e doenças endêmicas e epidemias - como um dos principais problemas da nação. Luiz A. de Castro Santos (1985) esclareceu melhor sobre esse contexto e a mudança de pensamento, retomando a ideia de que no contexto da modernização dos centros urbanos, a vinda do imigrante europeu representava o “trunfo das elites para a desejada salvação nacional”. Entretanto, segundo o autor, essa situação modificou-se já durante a primeira Guerra Mundial, que abriu caminho para propostas alternativas. Os sanitaristas acenavam com uma proposta que atraía as elites de todo o país. “Nosso atraso, diziam, se devia à doença, não ao determinismo biológico”. A construção da nacionalidade exigia, portanto, “que as elites desviassem os olhos sempre postos na Europa para o interior do Brasil, para as grandes endemias dos sertões”. Dessa maneira, “a (re)integração dos sertões à civilização do litoral representava o grande desafio para o fortalecimento da nacionalidade, pois população doente era igual a raça fraca e, por conseguinte, igual a uma nação sem futuro (SANTOS, 1985, p. 11).

Todavia, a defesa da imigração como fator estimulante para a modernização brasileira também encontrou eco na imprensa diamantinense durante os primeiros anos da República. No *Cidade Diamantina* e no *A Idea Nova* é possível identificar artigos defendendo a introdução do elemento estrangeiro e de novas técnicas de exploração dos recursos naturais como solução para o progresso do lugar. O modelo que corroborava para esse tipo de associação era a cidade de São Paulo, tomada como uma potência industrial do país, com a riqueza gerada pelo café e a presença de empresários e da mão de obra estrangeira (A agricultura no Norte de Minas, *Cidade Diamantina*, 25/06/1893; Cartas Paulistanas, *A Idea Nova*, 02/09/1906; *Urbe et Orbe*, *A Idea Nova*, 17 de fevereiro de 1907).

O jornal *A Idea Nova* trouxe em sua coluna “*Urbe et Orbe*”, do dia 14 de abril de 1907, um texto de Ciro Arno comentando o artigo publicado dias antes pelo *O Norte*, também de Diamantina, relativo aos comentários de um certo V. Jardim sobre a “psychologia do brasileiro dos sertões, desenhando triste e dolorosamente na incuria e na rotina pertinaz da raça, tão nova ainda e parecendo já velha e caduca”. Ciro Arno falou sobre a imagem do sertanejo para defender a imigração como a única solução para o atraso do sertão. Apesar de discutir a raça como elemento importante para explicar o a situação ruim do brasileiro, o articulista não deixou de culpar os governantes pela falta

de investimento na estrada de ferro, na navegação, entre outros. (*Urbe et orbe, A Idea Nova*, 14 de abril de 1907).

Demonstrando uma ruptura com esse pensamento e aceitando as considerações feitas pelos sanitaristas da década de 1910, diagnosticando as condições de vida nos sertões, o jornal *Diamantina* confirmava, em 1927, que os problemas apontados por Belisário Pena anos antes ainda eram atuais. Em matéria que intitulava o combate às endemias como um “Momentoso problema”, o jornal comentava com admiração a conferência de Belisário Pena realizada em Belo Horizonte, destacando que há muitos anos, o clínico se dedicava ao “saneamento do nosso *interland*”, combatendo sistematicamente “às endemias que vão permanentemente combalindo as forças *physicas*, *intellectuaes* e *moraes* das nossas populações sertanejas”. Segundo a notícia, o médico teria realizado recentemente em Belo Horizonte a primeira de uma serie de conferências que faria na Capital sobre verminoses e educação sanitária.

Segundo o jornal, depois de fazer várias considerações a respeito do estado patológico da gente brasileira, o conferencista tratava das três endemias que, segundo ele, exigiam, acima de todas as outras, “um combate immediato e enérgico: a uncinariose ou opilação, a malaria ou impaludismo e a lepra ou *morphèa*”. Sobre a lepra, considerado pelo jornal, o “mais grave problema sanitário do paiz”, Belisário Pena disse que não existia outro meio conhecido e seguro de exterminá-la, a não ser a criação de colônias ou municípios especiais de leprosos.⁶³ A propósito das verminoses intestinais, que, como foi dito no segundo capítulo, também se revelava como um grande problema na vida dos diamantinenses, o médico citou as estatísticas dos Serviços de Prophylaxia Rural e da Comissão Rockefeller, afirmando que “em quase todos os Estados do Brasil, que 95% dos brasileiros são portadores de vermes intestinais e, desses, 75% trazem o da opilação”. Para esta última moléstia, contudo, o clínico divulgava que já existia um remédio, um vermicida, lançado na Alemanha sob a denominação de “Necatorina Merck”. O artigo finalizava afirmando do sucesso da conferência de Belisário Pena, que “foi muito applaudida, causando profunda impressão

⁶³Em meados da década de 1920, em decorrência de uma epidemia de hanseníase (denominada por essa época como lepra) que atuava em vários estados brasileiros, medidas sanitárias como a de isolamento compulsório em colônias agrícolas, hospitais, asilos e sanatórios, por exemplo, foram adotadas pelos governos federal e estaduais. Ao lado da ancilostomíase, da febre amarela, da tuberculose e da malária, a hanseníase era tida como “uma ameaça a mais à civilização, à raça e à nação”. Por isso, “academias de medicina e centros de pesquisa engajaram-se no debate sobre as medidas necessárias de prevenção e controle” (SANTOS; FARIA; MENEZES, 2008).

em Belo Horizonte (Momentoso problema. O combate às endemias, *Diamantina*, 27 de agosto de 1927).

Como discutido anteriormente, para Belisário Pena, as doenças alimentavam os problemas nacionais no que tangia ao desenvolvimento do país. A elite de Diamantina utilizava dessa justificativa para desconstruir a imagem apática da população sertaneja, em especial a do diamantinense. O jornal *Diamantina*, órgão oficial do município, publicou, por exemplo, a seguinte nota: “O que torna muitos dos nossos irmãos inaptos para a lucta da vida e prematuramente velhos são as moléstias, e principalmente as verminoses intestinaes” (O povo de Diamantina não indolente nem fraco, *Diamantina*. 16 de outubro de 1927).

As classes políticas de Diamantina procuravam continuamente atrair recursos do governo. Por exemplo, em 18 de setembro de 1927, foi publicado no *Diamantina* um texto noticiando a reorganização dos serviços de saúde pública em Minas Gerais. No artigo foram encontradas falas defendendo que Diamantina fosse escolhida como um dos distritos sanitários do estado, criados em conformidade à lei estadual que determinou a criação da Diretoria de Saúde Pública em substituição à Diretoria de Higiene. A nova diretoria foi criada, por sua vez, como resultado de medidas que buscavam aperfeiçoar os serviços de saúde. Jean Luiz Neves Abreu (2010), citando o discurso do presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1870-1946), explicou que eram confiadas aos municípios, as “providências que se tornarem necessárias à saúde pública”. A reorganização dos serviços de saúde pública, explica Abreu, “subordinava-se ao ‘princípio de descentralização técnica e administrativa’, tendo em vista a extensão territorial do estado e as difíceis comunicações com o interior”. O autor complementa, “nesse contexto, os centros de saúde desempenharam relevante papel em vários municípios” (ABREU, 2010, p. 100).

A esperança do jornal era de que, com essa medida, as ações sobre a saúde não se restringissem mais à capital do estado, como, segundo o texto, “vinha acontecendo com a Directoria de hygiene”. Continuava afirmando que o habitante do interior ouvia falar, “somente de longe em longe” da diretoria, “quando irrompia alguma epidemia”. Por isso, defendendo o patriotismo e corroborando com as concepções da época que associavam o sertão à identidade nacional e ao abandono, afirmava que as ações em conjunto entre estados e municípios levariam a cabo a “verdadeira cruzada de patriotismo que é o saneamento do *hinterland* mineiro, que é a defesa da saúde do povo,

que é – em uma palavra–, a valorização do brasileiro”. Na notícia, reforçava-se o papel de destaque de Diamantina no norte de Minas. O articulista defendia que a cidade, beneficiada pela estrada de ferro, estava “naturalmente indicada como ponto mais próximo” dos municípios vizinhos. Confirmava-se, portanto, a projeção regional de Diamantina na região (*Mens sana in corpore sano. A reorganização dos serviços sanitários do estado. Diamantina*, 18 de setembro de 1927).

No entanto, na leitura das Atas da Câmara Municipal de Diamantina nos últimos anos da década de 1920, não foram encontrados dados informando se a cidade foi ou não escolhida como distrito sanitário. De acordo com Jean Abreu, em 1928, além de Belo Horizonte, essas unidades foram estabelecidas em Barbacena, Juiz de Fora, Três Corações, Teófilo Otoni e Uberaba (ABREU, 2010, p. 100).

Além de defender a instalação do distrito sanitário em Diamantina no final da década de 1920, o órgão oficial do município iniciou uma campanha de educação sanitária, publicando os artigos de autoria do higienista Antônio Peryassú, que eram compilações das colunas publicada no jornal *Minas Gerais*, órgão oficial do estado. Tais textos tinham como principal objetivo contribuir para o esclarecimento e o combate ao problema das verminoses intestinais, dando maior visibilidade às necessidades do “nosso povo” junto à opinião pública e às autoridades. Por isso, informavam sobre os agentes transmissores, sobre os sintomas de doenças, sobre diagnósticos e sobre tratamentos (*Educação Sanitária, Diamantina*, 28 de fevereiro de 1927; 06 de março de 1927; 13 de março de 1927; 22 de março de 1927; 27 de março de 1927; 03 de abril de 1927).

Em seu estudo, Jean Abreu aponta que pesquisas recentes demonstram que “a educação sanitária foi um dos aspectos centrais das políticas de saúde implantadas em alguns estados brasileiros” nas primeiras décadas do século XX (ABREU, 2010, p. 204). Como afirma, um dos principais pilares do pensamento sanitário e de suas ações, por essa época, foi a educação para a saúde. Os sanitaristas partiam do pressuposto que a ignorância era uma das principais causas das enfermidades (ABREU, 2010). Por isso, propunham que era necessário que o Estado e a medicina não limitassem suas atuações às grandes cidades, mas resolvessem também outro grande problema da sociedade: a ignorância na qual, ao lado das doenças e do alcoolismo, encontrava-se o interior do país (HERSCHMANN, 1996, p. 34).

A imagem que associava o sertanejo à ignorância foi bem explorada na figura do personagem criado por Monteiro Lobato, o Jeca Tatu, que era fruto da associação entre a falta de higiene e a falta de informação. Faz-se alusão à última fase do personagem, que foi criado por Lobato em uma conjuntura em que se pensava qual o lugar do homem do campo na modernidade brasileira. Monteiro Lobato, num primeiro contato com o sertanejo, caracterizou o Jeca Tatu como um preguiçoso, fazendo clara referência à imagem degenerada do brasileiro do interior – a culpa do seu isolamento e atraso eram fatores associados à particularidade de sua sub-raça. Mais tarde, incorporando as ideias defendidas pelo movimento sanitário surgido na década de 1910, Monteiro Lobato colocava o Jeca Tatu como doente, justificando que o problema do país não estava mais na sua gente, mas nas doenças que assolavam várias regiões do Brasil. Curado da doença, o Jeca Tatu poderia trabalhar, crescer na vida e ajudar o país a encontrar o rumo para o progresso. Dessa maneira, sugeria que o Jeca Tatu estava doente pela falta de informação e pelo descaso do Estado, que em prol da modernização das cidades “se esqueceu” do homem do campo (RODRIGUES, 2008; LIMA, 2013).

Dessa forma, em Minas Gerais, como em todo o Brasil, a utilização da imprensa foi uma das principais estratégias de educação sanitária. Desde 1920, salienta o Jean Abreu (2010), “o governo estadual procurou intensificar a propaganda e educação higiênica por meio de palestras, distribuição de folhetos, artigos, notas de imprensa e filmes”. Os objetivos eram instruir a população, conservar a saúde e evitar as doenças (ABREU, 2010, p. 204).

A divulgação dessas informações no *Diamantina* significou um importante elemento de propaganda do sanitarismo no norte de Minas. Ao menos, essa era uma das pretensões das elites diamantinenses que procuraram firmar a cidade como um local onde se implementariam as principais bases da política sanitária no norte de Minas, através da criação na cidade de um dos serviços da Diretoria de Saúde Pública.

Como tem-se buscado esclarecer neste capítulo, no imaginário das elites brasileiras as doenças configuravam um elemento que representava a realidade enfrentada pela sociedade de várias localidades do país. Esse pensamento foi compartilhado pelas elites diamantinenses, que representavam o vasto norte de Minas como região do abandono, das carências e das doenças. Como essa realidade também dizia respeito à cidade de Diamantina, a análise que se fará agora diz respeito à forma como as elites e os jornais locais manearam conceitos, ideias e propostas sobre higiene

que então circulavam na sociedade brasileira na construção da imagem d'“A Princesa do Norte”.

3.3 “Princesa do Norte”: construindo uma imagem de cidade progressista no sertão mineiro

Conforme analisou Martins (2014), no decorrer do XIX e primeiras décadas do século XX, o nordeste de Minas Gerais, por meio de seus serviços de mineração, constituiu o centro mais dinâmico da economia estadual. Os municípios vizinhos a Diamantina exportavam para a cidade seus produtos agrícolas e, em contrapartida, buscavam nas suas casas comerciais diversos produtos manufaturados e de luxo. Dessa maneira, Diamantina liderou o norte de Minas, constituindo-se uma forte economia, com projeção regional, internamente articulada, menos sujeita ao controle mercantil do Rio de Janeiro (MARTINS, 2014).

Não foi à toa, conforme referenciou Martins (2014), que, aos olhos do político Nelson de Senna, Diamantina integrava, ao lado de cidades como Ouro Preto, Juiz de Fora, Barbacena, São João Del Rei, um dos poucos polos que movimentavam a vida urbana, política e cultural em Minas Gerais. Na virada do século XIX para o XX, políticos, fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes de todo o norte de Minas convergiam seus olhares para Diamantina (MARTINS, 2014, p. 107). Nesse sentido, a cidade destacou-se no cenário regional principalmente pela expansão do setor de serviços, em função da concentração de órgãos de administração pública e eclesiástica. Por exemplo, segundo Marcos Lobato Martins (2000), em 1864 a cidade tornou-se sede da Arquidiocese, contribuindo para ampliar sua área de influência sobre o norte mineiro. Ainda manteve instituições de ensino, como o Colégio Nossa Senhora das Dores, fundado na década de 1860, e o Seminário Episcopal, criado a partir da escola Ateneu São Vicente de Paula (escola criada pelas elites locais na década de 1850), que foram responsáveis pela educação de moças e moços de boa parte do norte de Minas e da Bahia. O autor destaca que, na virada do século, Diamantina recebia muitos doentes oriundos do norte e nordeste do estado em razão de possuir um Hospital de Alienados, uma Santa Casa de Caridade de Santa Isabel e o Hospital de Nossa Senhora da Saúde. Além disso, mantinha um número de médicos e farmacêuticos acima da média do estado. Na cidade, ainda ficavam as

sedes do 3º Batalhão de Polícia, da Sub-Administração dos Correios e da Repartição Geral dos Telégrafos (instaladas em 1905), das Coletorias Federal e Estadual e a administração dos terrenos diamantinos (MARTINS, 2000, p. 290).

Nesse contexto, as lideranças políticas, religiosas, assim como membros de famílias tradicionais e influentes de Diamantina apresentaram estratégias de desenvolvimento para o norte de Minas com o objetivo de redesenhar o quadro político, econômico e cultural do estado, discutindo a implementação de políticas de desenvolvimento regional. Os propósitos convergiam no sentido de se construir um futuro mais promissor para a região.

Entre os anos de 1889 e 1930, a grande preocupação das elites diamantinenses foi reforçar o peso político-administrativo de Diamantina no norte mineiro por meio da atração de órgãos públicos estaduais e federais para a cidade. Utilizando-se dos jornais, essa parcela da elite procurou evidenciar a importância da cidade como catalisadora dos investimentos, garantindo o desenvolvimento da região. Para isso, a imprensa construiu e divulgou uma imagem que vinculava a cidade ao progresso. A “Princesa do Norte” era, portanto, a cidade mais adiantada e civilizada da região, devendo ser o centro de convergência de toda zona nortista, recebendo os investimentos necessários, como era o caso da estrada de ferro.

Em 1895, por exemplo, aproveitando da condição assumida por dois nortistas no cenário político mineiro, Antonio Olyntho dos Santos Pires e Francisco Sá, respectivamente Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas durante a presidência de Prudente J. de Moraes Barros (presidente de Minas Gerais) e deputado estadual, os redatores de *O Município* publicaram uma carta pedindo que fosse levada até Diamantina a estrada de ferro. Segundo o jornal, o norte de Minas, dividido em duas porções – ao oriente, a “Mesopotâmia mineira” (privilegiada por importantes estradas que a colocava em contato com os estados da Bahia e Espírito Santo) e ao ocidente, “a vasta região no Valle do caudaloso S. Francisco” (privilegiada pela estrada de Central do Brasil) –, que tinham em seu centro a cidade de Diamantina, que se encontrava “desolada” entre esses dois mundos. Feliz pela potencialidade das duas porções, mas triste pela posição de “desolação – insultados que somos nas alturas do platô ocupado por nós”, os redatores pediam que os dois políticos olhassem para sua terra, também cheia de potencialidades. Eles ainda acrescentaram que este ramal, vindo de Curvello, prolongado até o município vizinho, o Serro, beneficiaria lugares

importantes, transformando a região de Diamantina em um “cordão umbelical” entre as duas regiões citadas. Através disso, promoveria o desenvolvimento, mais do que necessário, de toda a zona (*O Município*, 19 de outubro de 1895).

No começo do século XX, momento em que o sonho de ser alimentada pela via férrea se tornava mais real, os jornais passaram mais do que nunca a chamar a atenção dos governantes para a importância que eles acreditavam ter Diamantina. Os redatores não deixavam de falar que o lugar era “o centro de convergência d’aquella zona”, podendo-se até dizer “capital do norte [...] uma cidade das mais prosperas e adiantadas” (*O Jequitinhonha*, 17 de novembro de 1904). Diziam ainda que Diamantina era o “centro commercial forçado de todo o Norte de Minas”, uma vez que todas as importações e exportações da região passavam pela cidade (*A Idea Nova*, 11 de novembro de 1906). Constituindo “indubitavelmente o centro, o foco para onde convergem todas as forças nortistas do estado”, era “o vestíbulo do Norte de Minas”. Afinal, ninguém poderia dizer que conhecia o norte de Minas se não conhecesse Diamantina (*A Idea Nova*, 06 de dezembro de 1908).

Naquele momento, o desenvolvimento da região, com a eminente criação na cidade de um ramal da estrada de ferro, era considerado elemento garantidor da sonhada modernidade. A via de transporte, representando o progresso material de uma sociedade, garantiria o acesso dos diamantinenses às experiências, aos produtos e aos comportamentos presentes nas modernas e civilizadas cidades do litoral.

Demonstrando orgulho com as imagens construídas sobre a cidade, em alguns casos os redatores divulgavam em suas páginas textos de outros jornais com impressões sobre a cidade. No dia 7 de maio de 1910, por exemplo, *O Paiz*, do Rio de Janeiro, publicou um texto focalizando Diamantina, e não tardou para que *A Idea Nova* o reproduzisse em suas páginas. O jornal carioca dizia ser a cidade “o centro mais importante da vasta região sertaneja do norte de Minas, chamada mesmo a capital do norte”, além de informar que em breve a cidade também contaria com os benefícios da linha férrea. Dizia Porpuyrio Camelo, autor da reportagem publicada em *O Paiz*, que a localização excepcional de Diamantina simplificava bem o problema de viação do norte pela boa localização em relação à “vasta zona sertaneja” e “pelas relações commerciaes” que a cidade mantinha com todo o sertão. Afirmava ainda ser Diamantina um polo irradiador e, ao mesmo tempo, central, para onde convergiam as atuais estradas de vários municípios do entorno. Mais uma vez, defendendo a

instalação da ferrovia na cidade, dizia que, plantada esta no coração do norte de Minas, a região estaria em comunicação com Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e Caravela, ao sul da Bahia por meio da via ferra de Diamantina.

O sonho das elites em transformar a cidade em um entroncamento ferroviário, era antigo, datando desde 1870. Segundo Marcos Lobato Martins (2014), no período de 1870 a 1920 a cidade de Diamantina contava com poucos e precários caminhos ligando ao centro do estado ou mesmo aos núcleos urbanos do norte e nordeste de Minas Gerais. Segundo o autor, “esses caminhos eram as velhas trilhas abertas pelas tropas de muares, que permaneceram bastante ativas na região até meados do século XX” (MARTINS, 2014, p. 153). No entanto, mesmo com o avanço da estrada de ferro em direção a Diamantina, as tropas continuaram a ter seu sentido social e econômico de abastecimento na cidade. Ocorria que os trilhos encurtaram os percursos das tropas, mas o comércio “burriqueiro” passou a transitar em torno da linha férrea (MARTINS, 2014, p. 166).

Através dos jornais era possível acompanhar toda a movimentação no congresso mineiro para a aprovação da construção do ramal da Central do Brasil em Diamantina. Na defesa pelo moderno melhoramento, as elites diamantinenses concordavam ser esse um instrumento de desenvolvimento não apenas da cidade, mas de todo o norte de Minas. Assim os discursos que defendiam o desenvolvimento de Diamantina e da região se imbricavam.

No entanto, é preciso chamar a atenção para a mudança de discurso em relação ao que era denominado “Norte” e quais eram os interesses para a região. Em 1905, o terminal ferroviário em Currálinho (atual Corinto) era o ponto de ligação nortista. A partir de 1909, houve uma disputa intensa no sentido de desvincular Diamantina ao eixo Curvelo-Currálinho (GOODWIN JR., 2007). Portanto, o objetivo principal, mais do que defender os interesses do “Norte”, era ligar ao restante do estado e do país.

Outros melhoramentos de que a cidade era palco também ganhavam as páginas dos periódicos, frequentemente com grande entusiasmo. Ao aproximar a inauguração da estrada de ferro, *A Estrella Polar* publicou um artigo de João Henrique Costa, intitulado “O Progresso de Diamantina”, elogiando as melhorias implementadas no município. A inauguração era apresentada como realização do “sonho dourado dos diamantinenses” e a cidade alimentava-se de outros melhoramentos, como a construção da nova cadeia, do teatro, da avenida que vai até o cemitério etc. As obras urbanas, definidas como meios

importantes para que Diamantina alcançasse progresso similar ao das modernas cidades do país, eram também sinalizadas como um modelo a ser seguido por outros municípios da região:

O povo de Diamantina e seu município deve ponderar profundamente nesta bonita acção do digno Agente Executivo; é por essa razão que a operosa Camara Municipal desta cidade é considerada como o modelo das municipalidades do Norte de Minas. [...]” (*Estrella Polar*, 26 de outubro de 1913).

Aproximando-se a inauguração do sonhado ramal, a sugestão de que a cidade devia preparar-se para o novo momento, ganhava as páginas dos jornais:

Para recebermos a estrada de ferro, que sempre foi o sonho dourado da nossa vida da cidade, é mister que preparemos as ruas, capinadas e limpas, principalmente as ruas centraes [...] e que asseiamos o exterior das nossas casas para dar à cidade o aspecto que alegre e encanta ao viajante, que aqui aporta sem suppor que pisa uma cidade civilisada [...] (*Diamantina*, 06 de dezembro de 1913).

Para o autor do texto, a cidade, plantada no decadente interior mineiro, perdida no sertão e longe do burburinho dos grandes centros urbanos, era uma cidade civilizada e moderna, que deveria manter o posto para receber novos visitantes, que, supostamente oriundos do litoral, se surpreenderiam com a beleza e limpeza da cidade.

Dessa maneira, apesar de serem também veículos de crítica, com frequência as páginas dos jornais acabavam afirmando uma imagem próspera e moderna da cidade. É o que se vê na nota publicada por *A Estrella Polar*, revelando a presença de costumes que na opinião do cronista não combinavam com a imagem da cidade e sua gente.

Uma cidade como a nossa, admirada e conhecida como um Oasis no sertão de Minas, onde o visitante ou o viajor vem tonificar o seu espírito e banhar-se num remanso de civilisação e adiantamento, não pode e não deve tolerar que ainda se deem scenas tão escandalosas dos bons costumes quaes as que acompanham a esses usos selvagens de brinquedos bárbaros (*A Estrella Polar*, 09 de junho de 1910).

A notícia era um mote para elogiar as medidas emitidas pelo então delegado auxiliar de se proibir o uso de “busca-pés no perímetro urbano da cidade, e queimarem-se bombões e dynamites nas ruas e praças e viella publicas, depois de 10 horas da noite”. Segundo os redatores de *A Estrella Polar*, era inadmissível a presença de

comportamentos tão pouco civilizados, ainda mais no centro da cidade. Para o jornal, o governo municipal, por meio de suas autoridades, deveria manter a imagem adiantada da “Princesa do Norte”, eliminando comportamentos associados a uma classe menos favorecida, que mantinha a tradição de soltar foguetes pelas ruas. Na visão das elites, esse costume contrastava com o que se imaginava ser uma sociedade civilizada, isto é, com regras de boa educação e comportamento regulando o uso feito do espaço público.

Anos mais tarde, já depois de inaugurada a estrada de ferro e da implantação de outros tantos melhoramentos, o jornal *Pão de Santo Antônio* continuava a reproduzir discurso semelhante, enfatizando as conquistas já realizadas e a necessidade de novas transformações. Na década de 1920, afirmava que o desenvolvimento da cidade não escapava “aos olhos do observador inteligente”. Entre os elementos a comprová-los estavam: casas comerciais, vida noturna, cafés, restaurantes, hotéis e pensão... (*Pão de Santo Antônio*, 07 de setembro de 1921). Porém, enquanto destacava esses signos de progresso e civilização incrustados no tecido urbano, também mencionava aquilo que precisava ser realizado.

A cidade de hoje, bem illuminada e movimentada, já não é a de 20 annos atrás. Alargaram-se algumas ruas, abriram avenidas, calçaram-se diversos trechos de ruas intransitáveis, e, aos poucos, vae-se substituindo os edificios velhos e insalubres, por outros que satisfaçam as exigências da hygiene e commodidade, bem como retirando-se muitos focos de epidemia e immundicies, numa palavra, procura-se por todos os modos, satisfazer as justas reclamações dos seus habitantes. Sem nos intromethermos em questões, mais ou menos justificadas, cumpre-nos, apenas, como filhos da terra, que nos interessamos pelo seu progresso, ir apontando os melhoramentos de que mais necessita. Não se falando na canalização de água do rego público, obra de grande interesse, oxalá se resolva, quanto antes, a construcção de um novo mercado publico, porque o nosso muito nos envergonha (*Pão de Santo Antônio*, 18 de outubro de 1921).

Que muita coisa ainda precisava ser feita não parecia ser dúvida para ninguém. Cabia aos “filhos da terra” – entre os quais estes que escreviam nos jornais e que se interessavam pelo progresso da cidade, muitas vezes como porta-vozes dos interesses de grupos políticos e econômicos regionais – apontar os melhoramentos que Diamantina mais precisava. No entanto, ao lado dos limites impostos pela realidade urbana experimentada em Diamantina, os jornais também sempre procuraram evidenciar uma certa imagem progressista da cidade. Salvo em conflitos políticos, momento no qual os

problemas emergiam como instrumentos de ataque entre os contendores⁶⁴, essa imagem da cidade vinculada ao progresso e civilização precisava prevalecer. Como foi salientado no começo desta secção, para as elites que escreviam nos jornais, que compartilhavam do desejo de promover o desenvolvimento material, industrial, comercial e moral da cidade, era preciso que investimentos do governo fossem para Diamantina. O objetivo era firmar, cada vez mais, a influência política e econômica das elites da cidade no conjunto da região do norte do estado. Neste estudo considerou-se que esse pensamento orientou o discurso das elites por todo o período aqui analisado.

Em 1925, por exemplo, Juscelino Dermeval da Fonseca, então agente executivo do município, escreveu uma carta memorial endereçada ao Presidente do Estado com a proposta de que Diamantina abrigasse uma das escolas normais oficiais do estado. Segundo o político, a cidade era, desde os tempos coloniais, a “capital intellectual do Norte de Minas”. Para sustentar sua afirmação citou um relato do viajante naturalista Saint-Hilaire no qual este afirmava que encontrara no “Tijuco mais instrução, mais gosto pela litteratura e um desejo mais vivo de aprender, do que em todo o resto da província”. De acordo com Fonseca, toda a população do norte mineiro vai a Diamantina “beber civilização”. Citando o Congresso das Municipalidades do Norte, mencionado em outras passagens deste texto, o agente executivo afirmava que João Pinheiro da Silva, presidente do estado à época, chamou Diamantina de “pátria espiritual do Norte”, que instruiu “quase todos os norte-mineiros illustres” em todas as áreas. Ainda dando exemplos da importância de Diamantina, Dermeval da Fonseca afirmava que a cidade abrigava instituições de peso, como a sede do arcebispado, o batalhão de polícia, duas escolas normais, entre outros, que faziam dela centro cultural, moral, intelectual, religioso e social. Afirmava ainda que, por seu clima e excelentes nascentes, tornava-se também uma verdadeira “cidade-sanatório”.

No entanto, em resposta ao pedido do Agente Executivo, o Presidente do Estado Antônio Carlos afirmou ser impossível criar uma escola normal frente à necessidade de atender outras regiões, como Montes Claros e Itabira. Reconhecia a importância da cidade no estado, afirmando que se empenharia para realizar, num futuro próximo, o referido requerimento (Livro de Atas da Câmara Municipal de Diamantina, 25 de abril de 1928).

⁶⁴Reveja o capítulo 2.

Diante de tudo que foi exposto, se o objetivo do discurso das elites e da imprensa era firmar e ampliar o campo de influência de Diamantina no Norte de Minas. O que orientou a construção dessa imagem de uma Diamantina moderna, digna dos investimentos requeridos, foi o imaginário em torno da cidade ideal. Os redatores e políticos preocupavam-se em evidenciar todos os melhoramentos urbanos conquistados para dizer que se algo faltava à “Princesa do Norte” era porque faltaram maiores investimentos, especialmente estaduais e/ou federais.

Até o final dos anos 1920, as indústrias de tecidos e bebidas, que surgiram na região ainda em 1870, quando a crise internacional de preço dos diamantes atingiu a cidade, conseguiram concorrer com a produção paulista e carioca no abastecimento das populações de partes das bacias do São Francisco e Jequitinhonha (MARTINS, 2014, p. 127). Segundo Marcos Lobato Martins (2014), a presença de fábricas de tecido na cidade fez do município um dos principais centros industriais de Minas Gerais na virada do século XIX para o século XX. As famílias Felício dos Santos e Mata Machado tiveram nomes associados a esse setor (MARTINS, 2014, p. 132-133). Entretanto, segundo o autor, a falência das fábricas de tecidos e bebidas no município fez fugir capitais que já não eram tão abundantes na região. Na verdade, os poucos e precários caminhos que ligavam a cidade à zona central ou ao norte e nordeste de Minas Gerais, indicando problemas de abastecimento dos núcleos urbanos do Alto Jequitinhonha, já apontavam para os limites do desenvolvimento local, mesmo com a importância industrial da cidade para o cenário mineiro. Esses péssimos caminhos marcavam a realidade do município, tanto no final do século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX. A criação da ferrovia em 1914 garantiu que Diamantina tivesse uma ligação moderna, rápida e segura com Belo Horizonte e com o Rio de Janeiro; no entanto, continuaram a existir as dificuldades de transporte da cidade para todo o norte mineiro, prejudicando o desenvolvimento do comércio com os outros centros urbanos dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce. Na década de 1940, quando foram criadas as rodovias na região, o poder de Diamantina como polo comercial no norte foi reduzido. Afinal, essas estradas, beneficiando cidades como Teófilo Otoni ou oferecendo alternativas de ligação mais baratas e rápidas para os municípios da região, abriram os mercados regionais definitivamente para as empresas de São Paulo e Rio de Janeiro. Além dos transportes e das fábricas de tecido e de bebidas, as indústrias de mineração não se modernizaram, impedindo o aparecimento de máquinas e motores que poderiam

também refletir no surgimento de outras empresas na cidade (MARTINS, 2014). Para além dos aspectos comerciais, alguns investimentos requeridos ainda no início do século XX, como a Escola Normal ou a construção em Diamantina de um posto de higiene estadual mencionados, não foram atendidos. Essas e outras aquisições serviriam ao objetivo das elites diamantinenses de reafirmar a importância da cidade para a região.

3.3.1 *Diamantina no entre-lugar*

Analisando a economia e a sociedade mineira do século XIX, Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy (2002) apontam que a então província de Minas Gerais apresentava áreas de classificação de desenvolvimento que variavam entre alto, médio e baixo desenvolvimento. Sendo aplicado ao estado como um todo, tais índices também servem para análises mais regionais. Assim, tomada em relação a outras regiões, o norte de Minas surge como uma região com índices de “alto desenvolvimento”, apresentando um dinamismo econômico forte em relação às atividades mineradoras e mercantis realizadas por duas de suas principais cidades: Serro e Diamantina, que dividiam no período colonial, o papel de centro da região mineradora. Os caminhos e núcleos urbanos das duas localidades eram movimentados e a população escrava era alta. Certas famílias acumularam fortunas consideráveis por meio das atividades de lavras e comércio.

Apesar de predominantemente voltado para as atividades pecuária e mercantil, o norte de Minas foi bastante diversificado no que se refere às paisagens naturais e aspectos históricos durante o século XIX. Para essa época, Maria Auxiliadora Faria (1992) afirma que Minas Gerais não apresentava unidade e coesão nas suas atividades econômicas e na ocupação territorial, com alguns locais bem mais populosos do que outros. Dois polos opostos destacaram-se na formação histórica do estado: as *Minas* e os *Gerai*s. O primeiro referindo-se à sociedade que se formou em torno da mineração nos núcleos urbanos. O segundo polo fazia alusão à sociedade organizada a partir da criação de pecuária nos sertões, principalmente na porção norte do estado (FARIA, 1992).

Para esse contexto, Clotilde Paiva e Marcelo Magalhães Godoy (2002) deram à região de Diamantina a mesma classificação (“alto desenvolvimento”) dada às regiões Mineradora Central-Oeste (região de Ouro Preto) e Sudeste (região de São João Del

Rei). Esse vínculo histórico da região, e de Diamantina em particular, com a sociedade das *Minas*, foi constantemente lembrado pelas famílias tradicionais da cidade, saudosistas com o peso político e econômico que Diamantina havia alcançado no período colonial.⁶⁵

Por outro lado, suas relações econômicas com as regiões do Vale do Alto-Médio São Francisco, Sertão e Minas Novas também possibilita refletir sobre qual era sua ligação com o mundo dos *Gerais*. Pois essas três regiões do norte exportavam para Diamantina, principalmente, algodão e mantimentos. Em contrapartida, as tropas vindas do Sertão e de Minas Novas que se concentravam na Praça do Mercado, frequentemente retornavam de Diamantina com produtos importados originários do Rio de Janeiro.

Essa situação induz a pensar na forma como essas relações econômicas de interdependência ajudaram a reforçar a importância econômica, política e cultural de Diamantina no interior da região norte do estado. Afinal, nessa área a população, dependente dos produtos importados pelos diamantinos, enxergava a cidade como uma espécie de ponte que ligaria os sertões ao mundo civilizado, com seus produtos, seus costumes, etc.

Dessa forma, ao longo da análise dos artigos publicados em jornais de Diamantina e dos documentos da municipalidade no período da Primeira República, uma questão chama a atenção: mesmo procurando firmar uma imagem de centro moderno e civilizado (“Princesa do Norte”), as lideranças políticas diziam pertencer ao “nós, norte mineiros”, confirmando que se situavam em uma região comumente identificada ao atraso, ao abandono e às doenças.

Com efeito, em meio ao paradoxo de se verem enquanto cidade no sertão, essas lideranças políticas lançaram um debate sobre as potencialidades regionais, discutiram sobre os entraves ao crescimento da região e apresentaram estratégias de desenvolvimento. Esses discursos aparecem como forma de reação ao imaginário de sertão, discutido na primeira seção deste capítulo. A solução encontrada para angariar recursos para essa parte do estado foi firmar Diamantina como um centro importante do norte mineiro. Foi sobre isso que foi falado na seção anterior. Dessa maneira, além de projetar a imagem de “Princesa do Norte”, defende-se agora que os “homens de imprensa” em Diamantina situavam-se num *entre-lugar*.

⁶⁵ Conferir o Capítulo 1, seção 1.2.2.

No livro *O local da cultura*, Homi K. Bhabha (2001) propõe que os estudos sobre formação cultural dos sujeitos se façam a partir da ideia de hibridismo cultural ou no que ele chama de aqueles “momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (BHABHA, 2001, p. 20). Frente a isso, segundo Bhabha, o *entre-lugar* é o espaço liminar situado no meio das dualidades opostas que designam identidades, fornecendo o terreno para a elaboração “de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a **novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade**” (BHABHA, 2001, p. 20, grifo nosso).

Dessa forma, as elites políticas e os “homens de imprensa” em Diamantina elaboraram um conjunto de representações sobre a sociedade diamantinense que deixavam transparecer os seus desejos de situar a cidade no mundo que consideravam ser moderno e progressista. Para isso, eles conformaram e divulgaram signos do que avaliavam ser uma sociedade ideal: uma representação do urbano em detrimento do rural. Eles ainda procuraram evocar o passado, os momentos em que a cidade teve importância como centro minerador e contribuía de forma expressiva para o desenvolvimento das Minas Gerais.

Os signos duais “atraso” e “progresso”; “urbano” e “rural”; “civilizado” e “não-civilizado” orientaram os discursos das elites e dos “homens de imprensa”, refletindo na forma como construíram a própria representação sobre Diamantina e sobre o norte de Minas. Esses signos, esboçando dualidades opostas, são resultados do que Bhabha (2001) chamou de “**signos da emergência da comunidade concebida como projeto** – ao mesmo tempo uma visão e uma construção” (BHABHA, 2001, p. 21, grifo nosso). Em outras palavras, eles se conformaram dentro do projeto republicano de sociedade moderna, progressista, civilizada e higiênica, no qual aquilo que se distanciava desses ideais modernizadores foi representado como o avesso do moderno. É o caso do sertão norte mineiro.

Verificando que as condições sanitárias impunham limites para o “projeto” modernizador das elites, essa parcela da sociedade de Diamantina se viu situada no mesmo mundo marginalizado do sertão norte mineiro. Aos olhos das elites diamantinenses, os signos de abandono, carência, esquecimento e doenças. “uniam” o vasto norte de Minas, até mesmo “Princesa do Norte”.

Vivendo o paradoxo entre cidade moderna e cidade do sertão, defende-se que os diamantinenses viviam num *entre-lugar*: situados no espaço entre dualidades opostas que designavam identidades: o norte / o sul, o sertão / o litoral. De forma mais clara, em Diamantina os sujeitos vivenciaram a existência de um duplo vínculo com as sociedades que se formaram tanto nos centros urbanos como na área rural, isto é, entre as dualidades opostas norte/sul, urbano/rural. Como consequência desse imaginário, procuraram transformar-se desejando ser o polo superior. Forjaram, portanto, a imagem da “Princesa do Norte”. Uma cidade civilizada no sertão atrasado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre os projetos/discursos de modernidade em Diamantina durante a Primeira República fez-se a partir do entendimento de que a elite diamantinense compartilhava da concepção de sociedade ideal, que se fundamentava nos signos do progresso, da civilização e da cidade moderna circulantes na sociedade ocidental na virada do século XIX para o XX. Expressos através da imprensa e por meio dos projetos políticos discutidos na Câmara Municipal, o ideal da modernidade divulgado revelava a apropriação e enunciação de um discurso respaldado na concepção de que a ordem urbana e a falta de saneamento local eram elementos que impediam o progresso da cidade. Dessa forma, as questões sanitárias também compunham os impasses da modernidade em Diamantina.

A análise realizada no primeiro capítulo a partir do conceito de *imaginário social* estabeleceu os parâmetros necessários para o entendimento do papel dos redatores dos jornais na conformação e divulgação dos signos e elementos modernos. Rio de Janeiro e São Paulo, principais centros urbanos do país e grande importância política, econômica e cultural, foram referências de cidade moderna as elites diamantinenses, que procuravam construir sua própria “Metrópole do Norte”.

Esse grupo era formado por membros de famílias influentes, da igreja católica ou pela própria municipalidade, que utilizavam dos jornais como espaço para defender a inserção ou transformação de elementos arquitetônicos, prezar pela ordem urbana, defender o saneamento e ditar certa moralidade dos habitantes como forma de promover o desenvolvimento da urbe. As apostas concentravam-se nos investimentos materiais, como a inauguração da estrada de ferro, da iluminação elétrica, mas também na modificação dos costumes, instruindo e moralizando a sociedade local. Também existiam artigos que cobravam investimentos econômicos das autoridades políticas, requerendo maior visibilidade para Diamantina no cenário estadual.

Ao longo da pesquisa, também foi possível perceber que a modernização traria o progresso, visto algumas vezes com ressalvas, revelando o dilema local entre tradição e modernidade. Nessa conjuntura, a história de Diamantina, principalmente o passado colonial, era constantemente lembrada, demonstrando o desejo das elites diamantinenses de recuperar a opulência dos tempos em que a cidade era Arraial do Tejuco, importante centro minerador de Minas Gerais e do país. Não se desejava reviver

o passado, mas a importância que a cidade teve um dia, enquanto centro dinâmico econômico e político.

Dessa maneira, ao analisar os projetos e expectativas sobre Diamantina expressos nos jornais, procurou-se situá-los na conjuntura vivida pelas elites brasileiras, no que diziam sobre a modernidade, projetando sobre a cidade seus desejos e aspirações de transformar o país em uma nação moderna. O primeiro capítulo informou, portanto, sobre o papel dos jornais em Diamantina, com seus projetos e visões de mundo, procurando acompanhar o movimento das ideias que circulavam no Brasil no período da Primeira República.

A narrativa do segundo capítulo se desenvolveu a partir do pressuposto que existia uma cidade ideal, expressa pelos jornais e pelas elites, que não se conseguia alcançar. Por isso, focalizou-se nos aspectos da experiência do viver em Diamantina no período destacado neste trabalho, principalmente aqueles referentes aos hábitos da população, à política municipal, aos projetos de saneamento urbano e aos debates sobre serviços de infraestrutura sanitária.

A leitura dos jornais e das atas da Câmara Municipal da cidade mostrou que as famílias tradicionais na política local desde o período do império, como os Mata Machado, Caldeira Brant e Mourão, continuaram também a ditar as regras do jogo da política na cidade durante a República. Cada um desses grupos e famílias partilhava de projetos de modernização urbana, recebendo críticas ou aprovações por parte da oposição e da população. O debate mais intenso foi travado na primeira década do século XX, entre membros da Câmara Municipal, sob chefia de Olympio Mourão, e os irmãos Mata Machado e simpatizantes, que criticavam de forma veemente a política “olympista” por meio dos jornais *Cidade Diamantina*, *A Idea Nova* e *O Itambé*.

Levando-se em conta o que foi observado, em muitos casos, esses projetos, abarcando propostas de saneamento urbano e melhoramentos dos serviços de infraestrutura sanitária, não beneficiavam toda a população. Compunham, sobretudo, serviços de embelezamento para o centro da cidade. Relacionado à essas medidas, existia um certo preconceito e temor em relação aos mais pobres, doentes e marginalizados, do qual se procurou banir certos hábitos e/ou retirar do convívio comum sob a justificativa que colocavam em perigo à imagem e à saúde da cidade. Dessa forma, assim como no restante do país, ficou evidente que, em muitos casos, a modernização incidia em medidas pontuais, cujo objetivo era fazer da cidade uma

vitrine que deveria impressionar aquele que a visitasse, e em ações coercitivas, que afastavam a população do direito à cidade.

Quanto ao terceiro capítulo, a investigação nos jornais mostrou que, de maneira semelhante ao que se dizia sobre o sertão brasileiro, os signos de abandono, carência e doenças compunham o repertório de representações divulgado pelos “homens de imprensa” sobre Diamantina e região. Esse imaginário confirmava o diagnóstico dos limites e contradições da modernidade local. Afinal, apesar de assumir o papel de centro dinâmico do norte de Minas pela importância política e econômica, estabelecendo trocas comerciais com o Rio de Janeiro e com cidades próximas, Diamantina estava no sertão. As elites diamantinenses reagiram a esse imaginário, que associava o norte mineiro às doenças e ao atraso, forjando a imagem da cidade como um local de desenvolvimento cultural, político e econômico, objetivando garantir maiores investimentos e firmar o município como porta-voz e centro urbano de referência para a região.

O conceito de *entre-lugar* serviu de orientação para que se sustentasse essa análise da construção da imagem de “Princesa do Norte” como reação ao imaginário de sertão. Em outras palavras, o objetivo era mostrar como as elites e os “homens de imprensa” em Diamantina, situados no espaço entre dualidades opostas que designavam identidades muitas vezes distintas - o norte/ o sul, o sertão/o litoral - compreenderam a existência de um duplo vínculo construindo a imagem de uma cidade civilizada, mesmo que localizada no sertão. O que os estudos sobre a modernidade em Diamantina na virada do século XIX para o XX abordam é que a cidade mantinha certa área de influência no norte mineiro, podendo ser mesmo considerada uma capital regional. Também destacam que a imagem de “Princesa do Norte” foi construída por essas elites que desejavam (re)afirmar essa importância da cidade. Entretanto, o que se fez aqui foi demonstrar que esses discursos, que propalavam a imagem de centro progressista, consistiam em uma espécie de reação ao imaginário que tratava o norte de Minas com abandono, carência e doenças.

Ao longo do período analisado e conforme foi apontado no segundo capítulo, a população da cidade assistiu a melhoramentos sanitários significativos, como o fim dos sepultamentos dentro das igrejas ainda no início do século XX e a construção da rede de esgotos na cidade, já no final da década de 1920. Essas medidas estavam em sintonia com o que era divulgado no período, caracterizando-se como parte de uma série de iniciativas que deveriam ser implementadas para que o antigo Arraial do Tejuco

entrasse na modernidade. No entanto, como mostra a bibliografia sobre a história de Diamantina, esses e outros anseios de modernização não garantiram que a cidade mantivesse sua projeção regional a partir da década de 1930. Conforme foi mencionado no terceiro capítulo, a falência das indústrias têxteis, a falta de investimentos no setor minerador - que poderiam promover o desenvolvimento e modernização do setor e o aparecimento de outras empresas - e a construção de rodovias na década de 1940 - que facilitou o comércio das outras cidades dos vales do São Francisco e Jequitinhonha com Rio de Janeiro e São Paulo - são fatos que contribuíram para que Diamantina perdesse significativamente o posto de centro convergente do norte mineiro.

Entretanto, diante das informações apresentadas ao longo da dissertação, não se põe um ponto final na história sobre a modernidade em Diamantina durante a Primeira República. Acredita-se que se abrem, a partir deste estudo, várias possibilidades que apontam diferentes caminhos para continuar a narrativa sobre os dilemas da modernização no período e na cidade. Assim como os estudos sobre a história da América Latina apontam, os projetos de modernidade nesses países continuaram a ditar as políticas de modernização ao longo de todo o século XX (GARCIA CANCLINI; LESSA; CINTRÃO, 2003).

Frente ao objetivo de tratar do imaginário sobre o norte de Minas, procurou-se relacionar os ideais e dilemas locais com o do movimento sanitarista pelo sertão brasileiro nas décadas de 1910 e 1920, que divulgava a imagem de um interior marcado pela ausência de poder público e pela presença das doenças. No entanto, saber como se dava a atuação da Fundação Rockefeller e como se sucederam as medidas governamentais para a promoção da saúde pública no norte de Minas são questões que, para serem melhor respondidas, merecem um estudo mais aprofundado, indo além da finalidade deste trabalho.

Por fim, chega-se ao final desta dissertação com a esperança de ter colaborado com estudos sobre a história de Diamantina nos séculos XIX-XX e com pesquisas que se dedicam ao tema da modernidade, dos projetos de modernização do Brasil, das discussões em torno da saúde pública, saneamento e ordem urbana em cidades do interior durante o período da Primeira República.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Impressas:

ARNO, Ciro. **Memórias dum estudante**. [s.l.]: [s.n.], [1949?].

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

Periódicos:

Do Arquivo Público Mineiro:

Cidade Diamantina, 1897.

O Município, 1896-1899, 1900.

O Tambor, 1890.

Sete de setembro, 1889.

Da Biblioteca Antônio Torres:

A Diamantina, 1909-1910.

A Idea Nova, 1905-1912.

Cidade Diamantina, 1893;1895-1896; 1898; 1903.

Diamantina, 1913; 1927-1930

Diamantina, 1913; 1927-1930

Estrella Polar 1903-1915; 1916; 1922.

O Itambé, 1902-1905.

O Jequitinhonha, 1904-1906.

O Município, 1893-1896; 1900-1903.

O Norte, 1906-1909.

Pão de Santo Antônio, 1907; 1911-1913; 1915-1917; 1920-1930.

Documentos oficiais:

Do Arquivo Público Mineiro:

FONSECA, Juscelino Dermeval da. **Prestação de contas da Câmara Municipal de Diamantina**: relatório apresentado em 2 de junho de 1931, ao Sr. Dr. Raymundo Gonçalves da Silva, M. M. Juiz de Direito da Comarca, pelo presidente da Câmara e agente executivo Juscelino Dermeval da Fonseca. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931.

Da Câmara Municipal de Diamantina:

Livros de Atas da Câmara Municipal de Diamantina:

Atas 1894-1898.

Atas 1899-1901.
 Atas 1901-1903.
 Atas 1903-1905.
 Atas 1910-1912.
 Atas 1912-1915.
 Atas 1916 a 1924.
 Atas 1924 a 1930.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jean Luiz Neves. Ciência, saúde e território em Minas Gerais (1895-1930). In: ABREU, Jean Luiz Neves; ESPINDOLA, Haruf Salmen (org.). **Território, sociedade e modernidade**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010. p. 95-119.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.15**, 1995, p. 145-151. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:QnXyBCsPdYEJ:bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/1990/1129+região,+sertão,+nação&hl=pt-BR&gl=br&>>. Acesso em: 12 set. 2011.

ANDRADE, Carlos Roberto M. O Plano Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. **Anais. Encontros nacionais da anpur. v. 4**. 1991. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2329>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

A PRIMEIRA hidrelétrica do país foi construída em Minas há mais de 100 anos. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/05/18/interna_gerais,389704/primeira-hidreletrica-do-pais-foi-construida-em-minas-ha-mais-de-100-anos.shtml>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

ARANHA, Gervácio B. Seduções do moderno na Parahyba do norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: AGRA DO Ó et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003, p. 79-132.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 191-231.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Antropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. 3. ed. São Paulo: Objetiva, Metalivros, 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical.** A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENCHIMOL, Jayme Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano.** O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 231-287.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura na modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Àvila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPONI, Sandra. MIASMAS, MICROBIOS Y CONVENTILLOS. **Asclepio-Vol. LIV-1-2002.**

CARTA de lei de 1º de outubro de 1828. Carta de Lei, pela qual Vossa Majestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral Legislativa que houve por bem sancionar, em que se estabelece a forma das eleições dos membros das Camaras das cidades e villas do Imperio; e marca as suas funções, e as dos empregados respectivos: tudo na forma acima declarada. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914:** no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando séculos).

DULCI, Otávio. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIA, Lina. (1994). *A fase pioneira da reforma sanitária no Brasil: a atuação da Fundação Rockefeller (1915/1930).* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Medicina Social, ERJ, Rio de Janeiro.

FARIA, Maria Auxiliadora. (1992). *“A política da Gleba”: As classes conservadoras mineiras. Discurso e prática na primeira República.* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Antonio Carlos. (2005). *Turíbulo e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. 1864-1917.* (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FONSECA, Janete Flor de Maio. Cartas da modernidade: brasileiros na Europa oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz.** Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM. Disponível em: < anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0483.pdf >. Acesso em: 26 nov. 2013.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas 1.** Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 303-321.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde:** o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares).

GARCIA CANCLINI, Néstor; LESSA, Ana Regina; CINTRÃO, Heloisa Pezza. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Ensaio Latino-americanos; 1).

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GLOSSÁRIO do legislativo; Eleição à Bico de Pena. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/eleicao-a-bico-de-pena>> Acesso em: 06 de julho de 2015.

GOODWIN JR., James William. (2007). *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914).* (Tese de Doutorado). Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Narrativas da modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 55-81.

HALL, Peter. A Cidade da Noite Apavorante: Reações à Cidade Encortçadas do Século XIX: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1880-1900). In: HALL, Peter. **Cidades do amanhã:** uma história intelectual do planejamento urbano do século XX. Tradução de Pérola de Carvalho São Paulo: Perspectiva, 2007.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: A construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. HERSCHMANN, Micael et al. **Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870-1937.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 11-69.

HERSCHMANN, Micael et al. **Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870-1937.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do saneamento.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

HORTA, Cid Rabelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. [1956] In: **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, 1 (2). p. 111-142, mai/ago, 1986.

JULIÃO, Letícia. (1992). *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. In: HERSCHMANN, Micael et al. **Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. 1870-1937.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 69-155.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO, C. de Mello. **História das expedições científicas no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1941.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.** 2. ed., aumentada. São Paulo: HUCITEC, 2013.

LINHA do tempo da energia. **Eletrobrás.** 2013. Disponível em: <<http://www.eletrobras.com/elb/services/eletrobras/trilhaenergia/pdfs/linha-do-tempo-da-energia.pdf>>. Acesso em 22 de julho de 2015.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. Introdução. In: **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 23-65.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Org.). **Os bispos do Brasil e a imprensa.** São Paulo: Loyola, 1983. 199 p. (Cadernos de História da Igreja no Brasil ; 2)

MAGNANI, Maria Claudia Almeida Orlando. **Hospício da Diamantina: a loucura na cidade moderna.** Belo Horizonte: Argymentvm, 2008.

MARQUES, Rita de Cássia. A filantropia científica nos tempos da romanização: a Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1928). In: **Horizontes**, Bragança Paulista, v.22, n.2, p.175-189, jul./dez. 2004.

MARTINS, Marcos Lobato. A Crise dos Negócios do Diamante e as Respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha, Décadas de 1870-1890. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638. Jul-set, 2008a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v38n3/v38n3a07.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. A presença da fábrica no “Grande Empório do Norte”: Surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930. In: IX SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. [2000?]. Disponível em: <[cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MARTINS.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/MARTINS.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MARTINS, Marcos Lobato. Os Mata Machado de Diamantina: Negócios e política na virada do século XIX para o século XX. In: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA. 2008b. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A104.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. **Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (século XIX).** Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MATA MACHADO FILHO, Aires da. **Arraial do Tijuco, cidade Diamantina.** 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MAUCH, Cláudia et al. **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade.** Porto Alegre/ Canoas/ São Leopoldo: Ed. Universidade UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994.

MOLINARI, Luis Gustavo. (2009). *De José Joaquim da Rocha a Frederich Wagner: civilização, nativos e colonos nas representações cartográficas dos sertões leste de Minas Gerais (1778 – 1855).* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. p. 31-86.

MORAES, Fernanda Borges. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigenia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. (orgs.). **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas.** v.1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 55-87.

MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Antonio de Paiva. Diamantina, passado e presente. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/?item=ALBUM&codAlbum=124>>. Acesso em: 28 de junho de 2015.

NEVES, Jayme. José Augusto Neves: o jornalista-escritor, sua obstinação e vocação ecológica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 13-45.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: econômica e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: X SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. [2002?]. Disponível em: <<http://www.cedeplar.face.ufmg.br/diamantina2002/textos/D17.PDF>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

PENA, Belisário. Minas e Rio Grande do Sul: Estado da doença, Estado da saúde. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1918. 126p.

PÉRSICO, Adriana Rodríguez. **Relatos de época**: Una cartografía de América Latina (1880-1920). Rosario, Beatriz Viterbo, 2008.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre, espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em Revista**, Pelotas, V.9, 105-134, dez. 2003.

PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Revista do Arquivo Público Mineiro, ano XLIV, n.1. Jan/jun, 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 89-121.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 7., 1973, Belo Horizonte. **Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A cidade e a História.** São Paulo: FFLCH-USP, 1974. p. 631-633. v. 1. Respostas às intervenções dos simposistas.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Jeca Tatu e os dilemas da modernização rural no Brasil. In: BORGES, Maria Eliza Linhares (org.). **Campo e cidade na modernidade brasileira:** literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

ROGERS, Naomi. **Dirt and disease: polio before FDR.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1996.

ROMERO, José Luis. As cidades burguesas. In: ROMERO, José Luis. **América Latina:** as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 283-353.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública.** 2ªed. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade Estadual Paulista: Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.16, supl.1, jul. 2009, p. 333-348.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de (2005). *A República e a espada: A primeira década republicana e o florianismo.* (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil.** Tradução de Leonam de Azeredo Pena. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1994.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Belo Horizonte:** o nascimento de uma capital. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1996. 23p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades capitais do século XIX:** racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001. 181p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis:** o progresso como missão. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 288p. (Centenário Fundação João Pinheiro).

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 193-210, 1985.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro; FARIA, Lina; MENEZES, Ricardo Fernandes de. Contrapontos da história da hanseníase no Brasil: cenários de estigma e confinamento. **Revista brasileira de estudos de população** [online]. 2008, vol.25, n.1,

p. 167-190. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000100010>.
Acesso em: 01 jul. 2015.

SILVA, Adalberto Prado e (org.). Politicagem. In: Silva, Adalberto Prado e (org.). **Michaelis**: moderno dicionário de língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1988. p. 1658.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como a representação do passado: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: papirus, 2000, p.81-99.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Civilização. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 59-63.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A Influenza Espanhola e a cidade planejada**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Fapemig; CAPES, 2008.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A saúde em Minas Gerais durante o século XIX. In: SILVA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; MARQUES, Rita de Cássia (org.) **História da Saúde em Minas Gerais**: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808 – 1958). Baurueri, SP: Minha Editora, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Maurard, 1999.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: UFG, 1997.

SOUZA, José Moreira de; Associação Nacional de Pos-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Cidade: momentos e processos**: Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1993.

SÜSSEKIND, Flora. A ciência da viagem. In: SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 104-156.

VEIGA, J. P. Xavier da. **A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)**. Ouro Preto: Imprensa oficial de Minas Gerais, 1898.